

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1

Educação Básica e os desafios atuais: retrocessos, práticas e estratégias de luta

1. AUTORA: LARISSA PAQUIELLA

EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE: A POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO, CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS

O resumo pretende fomentar reflexões sobre educação e territorialidade, a partir de análises sobre a política de expansão e interiorização da Rede de Ensino Profissional e de como se estabelece uma nova face da dualidade educacional, diante da lógica desigual e combinada constitutiva do capitalismo. O Instituto Federal de Rio de Janeiro - Campus São Gonçalo é o nosso objeto, a fim de compreendê-lo em sua totalidade e particularidades. À luz do pensamento sociológico e educacional de Florestan Fernandes, percebemos como o padrão dependente de desenvolvimento se relaciona diretamente com o padrão dependente educacional. Buscamos problematizar a função social dos Institutos Federais, o projeto de sociabilidade em pauta, o modelo de educação para a juventude - filha da classe trabalhadora -, por fim, pensar as ocupações secundaristas como potente forma de resistência.

Palavras-chave: Capitalismo dependente, Interiorização, Ocupações estudantis.

2. AUTORA: BARBARA BUENO DE CASTRO SILVA

CONTRARREFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DA LEI Nº 13.415/2017

Este trabalho busca analisar os pontos da Lei nº 13.415/2017 que institui a aqui chamada Contrarreforma do Ensino Médio articulando tal análise com o Guia de Implementação proposto pelo Ministério da Educação e as propostas dos grupos privados atuantes nela. A medida irá alterar a organização curricular, a carga horária, o sistema de financiamento e a CLT dos professores. Compreendemos o papel do professor como intelectual do pensamento escolar e assim também de suas questões estruturais, portanto, pretendemos analisar a lei a partir de nossas concepções sobre quais as questões estão sendo postas pela sua implementação. Quais são os sentidos políticos-ideológicos contidos no seu corpo? Entendemos que sua construção é feita a partir de um lugar e por um grupo de sujeitos que estão comprometidos a partir de um pensamento político, e, portanto, devem ser concebidos para a nossa análise. Levamos em conta a importância do conceito de trabalho para nossa pesquisa, o entendendo como o princípio educativo que se faz presente nas diversas sociedades em diversos tempos, e, também na nossa sociedade em contexto do modo de produção capitalista neoliberalista. Assim, para que e para quem serve a escola pública de ensino médio no Brasil? Para qual trabalho ela pretende formar? Essas questões são aqui desenvolvidas e

colocadas, a fim de contribuir para o debate de uma mudança tão recente e tão questionada na nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação básica, Contrarreforma, Trabalho e educação.

3. AUTOR: MARCUS VINICIUS SILVA FERREIRA DA CUNHA

A MATÉRIA ESCOLAR EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OS OBJETIVOS DA ESCOLA SEM PARTIDO

Este artigo tem como objetivo estabelecer os objetivos, valores e ideias da matéria escolar EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA e os objetivos da implantação da ESCOLA SEM PARTIDO. O que se pretende esclarecer é que os conteúdos da matéria EMC não são diferentes da proposta da ESCOLA SEM PARTIDO. A EMC foi pensada para sustentar valores da ditadura militar empresarial e para além da violência provocou prejuízo sobre a educação e que permanece até hoje. A implantação da Lei 5692-71, segundo Freitas, a Lei 5692-71, (2009, p.274) Da arte de produzir desertos, com a proposta de retirada de matérias como Sociologia, História, Geografia, Filosofia, tinha como pressuposto esvaziar o conteúdo crítico dos currículos. Conforme Chervel, (1990, p.177-229), a cada época a escola se coloca serviço de diversas finalidades, que essas mudanças e suas finalidades educativas vão transformar os conteúdos de instrução a serem ensinados Há uma imposição da ESCOLA SEM PARTIDO de determinar valores religiosos, morais e familiares que convergem com os princípios da matéria escolar EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA. Para Ghiraldelli (1990), o ensino é concebido como instrumento de controle ideológico. Estamos vivendo um retrocesso na educação, com propostas que estão tramitando no senado e na câmara com a volta da matéria escolar EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica, Escola sem Partido, Ditadura Militar Empresarial.

4. AUTORA: ANDRÉA RELVA DA FONTE ENDLICH

ENTRE POLÍTICAS E INFÂNCIAS: AMBIENTES PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Frente a ameaças aos direitos educacionais das crianças, especialmente dos bebês e crianças pequenas de até 3 anos, a investigação em pauta apresenta a análise de políticas públicas destinadas à construção de ambientes educativos para a primeira infância. Aponta como objeto de estudo duas políticas destinadas a esse fim: o Proinfância (BRASIL, 2007) e os Espaços de Desenvolvimento Infantil – EDI (RIO DE JANEIRO, 2009, 2010, 2013). O campo investigativo do estudo é composto por EDI localizados em uma Coordenadoria de Educação carioca. A pesquisa coloca em tela o Plano Estratégico da atual gestão municipal carioca (2017-2020) no que tange a proposta para a primeira infância, identificando rupturas com a premente expansão da Educação Infantil pública.

Palavras-chave: Creche; Proinfância; EDI.

5. AUTOR: EVERALDO COCO

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

O trabalho apresenta dados parciais de pesquisa de mestrado acadêmica em administração da Universidade Federal Fluminense, em desenvolvimento, sobre ações de assistência estudantil realizadas no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Em termos metodológicos, adota-se a pesquisa documental a fim de compreender o processamento dessas ações e suas relações com a garantia do direito à educação. Desse modo, identificamos no período (2011-2018), avanços relacionados as normativas destinadas a Política de Assistência Estudantil, que percorre uma trajetória de inclusão social e amplitude de atendimento aos discentes da instituição. Entretanto constata-se inúmeros desafios, principalmente: os cortes orçamentários na Educação, atrasos nos repasses dos recursos destinados a Assistência Estudantil, a permanência dos alunos em vulnerabilidade social, o combate à evasão e reprovação.

Palavras-chave: ações; política; assistência.

6. AUTOR: LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS CABRAL

O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA: UM DEBATE NECESSÁRIO

O recente desenvolvimento das políticas sociais na cena contemporânea impõe, a reflexão sobre seus impactos, limitações e possibilidades, bem como a sua relevância em determinados contextos e condições sócio-históricas. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como política social executada no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFES), é emblemática para a análise desse momento histórico das políticas públicas. Assim sendo, os elementos que enviesam a materialidade do PNAES no marco das instituições federais de ensino médio-técnico nos demanda entender os limites e as possibilidades postas em uma conjuntura política que se mostra alheia a centralidade da educação como política pública.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; políticas sociais e; institutos federais.

7. AUTORAS: ANA CLAUDIA DA SILVA DE ARAÚJO E GABRIELA CAROLINA MENDES MORELLO

AÇÃO, RESISTÊNCIA E LUTA NOS CAMINHOS ESTUDANTIS

O aumento significativo do acesso à educação vem como resposta ao momento histórico vivenciado no Brasil no final dos anos 1980, com a redemocratização da sociedade brasileira, as lutas de diferentes movimentos sociais e a pressão de organismos internacionais por melhores níveis de escolaridade da classe trabalhadora. A UERJ será a instituição protagonista na ampliação do acesso ao Ensino Superior por meio da absorção de um corpo estudantil trabalhador com a criação de cursos noturnos desde 1970 e com uma política de cotas desde 2003, o que ressalta essa absorção. Porém a preocupação não é apenas com o acesso, mas também com a permanência. Com essa visão, a Universidade criou mecanismos para garantir essa estrutura como a criação da bolsa para os cotistas e a criação do restaurante universitário. Ainda que seus mecanismos mereçam melhorias, a UERJ se mostra mais democrática, diversa e na luta pela ampliação da assistência estudantil.

Palavras chaves: UERJ; Cotas; Assistência estudantil.

8. AUTORA: JUREMA ALVES PEREIRA DA SILVA

EXPERIÊNCIA DE SENTIDO INSTITUINTE NA RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA COM A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UERJ, COM O ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS/RJ.

A tese de doutorado: "Há outro modo de construir a relação escola família num sentido instituinte? Reflexões críticas sobre a experiência da extensão universitária da UERJ com o ensino fundamental público no município de Queimados/RJ", defendida no PPFH/UERJ em maio de 2019, analisou a experiência de projetos de extensão da UERJ no sentido de identificar em que medida a universidade corroborou com a construção da relação escola família de modo a considerar os sujeitos familiares como parte fundamental da comunidade escolar, na construção da gestão democrática e de um projeto político pedagógico participativo. Na escola pesquisada houve a implantação do Conselho Escolar e a ocupação desse espaço por esses sujeitos e alguns responsáveis participaram mais ativamente das atividades, e se interessaram também por participarem mais regularmente da dinâmica da escola, constituindo-se num processo de assessoria por meio da extensão universitária com estudantes de Serviço Social que implementaram projetos de intervenção e de pesquisa para os Trabalhos de Conclusão de Curso. Concluiu-se que a experiência proporcionou o desenvolvimento de projetos coletivos de trabalho educativo entre a universidade e a escola que favoreceram a maior participação das famílias no espaço escolar, num processo de disputa entre concepções conservadoras e críticas num embate que perpassa o cotidiano da escola, tendo avanços consideráveis como uma experiência de sentido instituinte na educação.

Palavras-chave: experiência, instituinte, escola.

9. AUTORA: SILVANA APARECIDA PAGES

OS AGENTES SOCIAIS PRIVADOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CURRICULARES

No Brasil, a educação é direito social garantido constitucionalmente para todos, sendo dever do Estado promovê-la e incentivá-la, conjuntamente com a família e a sociedade. A educação pública gratuita também é garantida pela Constituição Federal, sendo o Estado o responsável por seu financiamento e, ainda, pela elaboração e implementação das políticas públicas educacionais. Todavia, há algumas décadas o cenário da educação no Brasil tem sido movimentado por agentes sociais privados que têm interferido nas políticas públicas, considerando como um dos seus intuítos o controle sobre os currículos, tendo em vista fins não filantrópicos. Segundo a perspectiva privada da educação, as políticas educacionais e curriculares devem seguir a lógica neoliberal de mercado, onde o Estado torna-se mínimo como agente social, deixando a gestão e execução desse serviço para os agentes privados, mas permanece financiando-o, regulamentando-o e avaliando-o. Com base nisso, este trabalho aborda o papel dos agentes sociais privados nas políticas públicas curriculares.

Palavras chaves: agentes privados da educação, políticas públicas curriculares, implementação.

10. AUTORA: REJANE PERES NETO COSTA

“UMA MARCA DE GOVERNO”: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Este trabalho integra um projeto de pesquisa institucional sobre a implementação da BNCC para a Educação Infantil na Baixada Fluminense. O objetivo é analisar, acompanhar e descrever as ações para a organização dessa política no município de Nova Iguaçu. Tal formulação curricular se encontra em andamento e

acompanhamos as atividades de revisão do currículo, uma vez que este município já possuía um currículo. Para compreender os arranjos locais é preciso considerar que em diferentes instâncias há diferentes interesses sendo disputados, contemplados ou refutados, há um cenário macro das políticas, mas há também os sujeitos envolvidos com as políticas. Ainda mais no atual momento em que tem sido dada grande ênfase aos conteúdos que se deve ensinar às crianças, esta questão parece ter ganhado mais atenção da sociedade.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Educação Infantil, Políticas Públicas Educacionais.

11. Autora: MICHELLE PARANHOS

O IDEÁRIO EDUCACIONAL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA EDUCAR O CONSENSO

À luz das contribuições teóricas de Antonio Gramsci, este trabalho tem como objetivo apontar as noções e concepções que fundamentam a reforma da educação básica em curso no Brasil desde 2016, cuja ênfase recai sob a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em consonância com a estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista, o ideário educacional que orienta a atual reforma curricular reúne elementos da “teoria do capital humano”, da pedagogia das competências, da ideologia do capital social e do discurso reacionário do Escola sem Partido. Nesse contexto, a BNCC é apresentada como mediação das disputas político-ideológicas no campo educacional, constituindo-se como estratégia do capital para educar o consenso e obter a colaboração ativa dos trabalhadores e trabalhadoras, em face à regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

Palavras chaves: BNCC, educação básica, hegemonia.

12. AUTORA: BRUNA WERNECK CANABRAVA

O PROJETO LEMANN E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA FILANTROPIA À COOPTAÇÃO?

Essa pesquisa analisa a relação entre Estado e agentes privados na construção de agenda e implementação de políticas no campo da Educação, no Brasil contemporâneo, através do mapeamento e análise da atuação de um ator influente: o investidor Jorge Paulo Lemann. Para isso, traçamos um panorama do estado da educação no Brasil desde o marco da Constituição de 1988 até hoje, seu contexto institucional mais amplo e as transformações ocorridas nesse período. Depois, analisamos as diferentes frentes de atuação da rede de organizações educacionais ligadas ao empresário e, em particular, os primeiros 15 anos de existência da Fundação Lemann (2002-2017). Em seguida, nos concentramos no período a partir de 2015, quando a presidente Dilma inicia um novo mandato com o lema “Pátria Educadora”. Descrevemos os esforços governamentais para preencher esse lema, situando a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto político nacional. A partir das informações levantadas, analisamos como Lemann se legitima e em que medida tem obtido sucesso em sua empreitada declarada de “transformar a educação no Brasil”. Por fim, a despeito de seus méritos, apontamos as limitações do projeto nas dimensões socio educacional e institucional.

Palavras-chave: Lemann, educação básica, Estado, política pública.

13. AUTORA: LISIA CARIELLO

SOCIEDADE CIVIL EMPRESARIAL E EDUCAÇÃO: UM OLHAR PARA A FUNDAÇÃO LEMANN

Este trabalho é fruto de discussões e reflexões feitas individual e coletivamente ao longo do primeiro semestre letivo de 2019 no bojo da minha pesquisa de mestrado. Deve, assim, ser tomado como parte de uma análise, ainda em elaboração, com objetivo de contribuir para a construção de um dos capítulos da dissertação. Nesse sentido, este texto tem como objetivo compreender a Fundação Lemann (FL) enquanto sujeito coletivo que atua na elaboração e na direção de políticas públicas educacionais no Brasil da atualidade. O trabalho está dividido em três seções: a primeira versa sobre o debate acerca do Estado, com ênfase no papel da sociedade civil, apontando a tradição liberal e a tradição marxista. A segunda seção busca entender o processo de ampliação do Estado no Brasil e a importância da sociedade civil hoje com ênfase na área educacional. Finalmente, pinçamos um importante aparelho privado de hegemonia empresarial que atua na área educacional, qual seja, a Fundação Lemann, buscando encontrar alguns elos na teia na qual ela se encontra, principalmente sua ligação com o Todos Pela Educação (TPE) e com o Movimento Pela Base (MPB), na esteira da atuação da FL no debate e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entendendo que esta reforma só pode ser compreendida quando analisada ao lado de outra ocorrida quase que simultaneamente: a Reforma do Ensino Médio.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Educação, Fundação Lemann.

14. AUTORA: ROBERTA CRISTINE DE ANDRANDE PASSOS

O NEOLIBERALISMO E SEU PROJETO DESTRUTIVO DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender e analisar a constituição do sistema neoliberal, como ele foi se desenvolvendo e fazendo parte da história do nosso país, deixando marcas e grande influência em todos os setores, inclusive na educação, que será o foco desta análise. Desta forma, pretende-se discutir e problematizar a concepção de educação neoliberal, calcada nos valores econômicos, capitalistas e mercadológicos. Influenciados e guiados pelos empresários no poder, com princípios dispostos pela teoria do capital humano, preconizando uma educação aligeirada, e diferente para a classe trabalhadora e para a classe dominante.

Palavras chaves: Educação, Neoliberalismo, Empresários.

15. AUTORES: UEBERT VINICIUS DAS RAMOS; GABRIELE MARES ALVES MODESTO

O DIREITO POR OUTRAS VOZES: A PROBLEMATIZAÇÃO DO DIREITO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

O presente trabalho pretende investigar/utilizar vozes e formas epistemológicas descoloniais capazes de problematizar o Direito nas escolas públicas e é resultado das experiências obtidas nas oficinas do Projeto “O Direito por Outras Vozes: RAPensando nas Escolas”. Mediante pesquisa empírica e bibliográfica, vem romper com as formas coloniais e visões formalísticas e hierárquicas de produção do conhecimento presentes na academia, questionando os paradigmas dominantes e coloniais sobre o ser e o saber (QUIJANO, 2005), por meio de uma “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2007), e assim, lançar mão de narrativas, geografias e práticas descoloniais, sobretudo por meio da relação entre Direito e a arte, enquanto instrumento eficaz de disputar narrativas, captar e reproduz comunicação dos ambientes mais inóspitos e fechados da sociedade, e, com isso, absorver as informações, críticas e problematizações necessárias.

Palavras chaves: Direito, Vozes, Escola Pública, Epistemologia descolonial

16. AUTORA: CLARISSA DE ARRUDA NICOLAIEWSKY

EU 'ERO' RUIM E AGORA EU SOU BOM! PISTAS SOBRE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pensar a educação pública a partir da experiência de uma educação menor tem se mostrado um potente caminho para tornar visível a complexidade do cotidiano escolar. Assim, busca-se pistas, em uma pesquisa de doutorado em andamento, dos atos de resistência de professoras e de crianças em uma escola municipal de Duque de Caxias. Interessa trazer como recorte para a presente conversa tanto cenas nas quais as crianças resistem ao instituído e provocam deslocamentos na direção de um processo educativo comprometido com a singularização como cenas do trabalho que vem sendo realizado pela professora do primeiro ano. Em consonância com a ideia de produção cotidiana do presente, a professora vai buscando construir o currículo em relação com o vivido na escola. As crianças pulam corda, contam seus pulos, comparam a quantidade com a de colegas, aprendem músicas de pular, trabalham com esses textos. Assim, professoras e crianças participam de experiências educativas que as (trans)formam.

Palavras-chave: educação básica, trabalho da educação, produção de subjetividades

17. AUTOR: RAFAEL REIS PEREIRA BANDEIRA DE MELLO

REDE DE PROTEÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL PARA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS A PARTIR DO ENSINO MÉDIO.

Este trabalho, a partir dos conceitos de “saber ambiental” de Enrique Leff, “capital cultural” e “habitus” ambos de Pierre Bourdieu, visa responder se as oficinas de Educação Ambiental e de formação de rede oferecida a estudantes do Ensino Médio de um CIEP, localizado no Município de Nova Iguaçu, podem contribuir para a mudança de hábitos dos estudantes em relação ao ambiente. E se após essas oficinas será possível criar juntamente com os estudantes uma rede de proteção socioambiental para preservação dos recursos hídricos no município de Nova Iguaçu. A pesquisa, na modalidade participante (pesquisação), é desenvolvida no CIEP 026, no bairro de Jardim Palmares, em Nova Iguaçu, com as turmas de Ensino Médio, do primeiro, segundo e terceiro anos.

Palavras-chave: Rede de Proteção, Ensino Médio, Educação Ambiental.

18. AUTORA: KÍSSILA MUZY DE SOUZA MELLO

REFLEXÕES ACERCA DA OBRA E VIDA DE CAROLINA MARIA DE JESUS E SUA IMPORTÂNCIA EM SALA DE AULA

Uma das escritoras brasileiras mais importantes, Carolina Maria de Jesus permanece impedida de ocupar o patamar merecido na literatura brasileira. Mesmo com o recente movimento de resgate de sua obra e da sua biografia, há um lugar onde a autora, mulher preta, favelada, mãe solteira e semialfabetizada não consegue se fazer presente, apesar de seu primeiro e mais importante livro ter sido traduzido para 14 idiomas: a sala de aula. Levar a obra e a história da Carolina para a Educação Básica integra uma estratégia de retirá-la da invisibilidade literária, ao mesmo tempo em que se trata de oportunidade de trabalhar com os alunos a questão da representatividade social no contexto histórico da década de 1960, além do estímulo à produção textual a partir do gênero Diário.

Palavras chaves: Carolina Maria de Jesus, representatividade, invisibilidade.

19. AUTORA: MARIA MARTINHA BARBOSA MENDONÇA

O PAPEL DAS OFICINAS AFRRREFERENCIADAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A partir da experiência com oficinas afrorreferenciadas no Colégio Pedro II refletimos como estas contribuem para uma crítica à história oficial contada sobre África. Segundo MUNANGA (2015) a historiografia colonial negou a história da África e do negro brasileiro e foi contada a partir do ponto de vista do colonizador. Apesar dos avanços com a Lei 10.639/03, o cotidiano escolar se mantém marcado por silenciamentos sobre a história da África antes da colonização, impactando na construção de referências positivas sobre negros brasileiros. GOMES (2001). Este trabalho pretende apresentar como as oficinas afrorreferenciadas são recursos pedagógicos que possibilitam diálogo, trocas de experiências e ressignificação das relações raciais no Brasil. Produzindo um outro olhar, uma visão positiva sobre África, afrodescendentes e negritude.

Palavras chaves: Educação; Oficinas Afrorreferenciadas; Educação Antirracista.

20. AUTORA: FERNANDA REIS

O PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E O AVANÇO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Este trabalho apresentará a continuidade da pesquisa sobre o Programa Mais Educação e a educação em tempo integral realizada em minha dissertação de Mestrado. Através da Portaria 1.144, de 10 outubro de 2016 o Programa alterou sua principal característica, que era a de promover a ampliação da jornada escolar. Agora o foco do Programa Novo Mais Educação (PNME) é erradicar o fracasso escolar. Através da análise do Caderno de Orientações Pedagógicas (MEC,2018) do PNME nota-se uma nova metodologia - de cunho empresarial - e a mudança de antigos termos como o “oficineiro” para o atual “facilitador”, por exemplo. Portanto, apresentarei neste trabalho uma comparação entre os objetivos do antigo e do atual Mais Educação apontando a inserção de novos parceiros privados, e o crescimento das características privatizantes já estudadas anteriormente.

Palavras-chave: Programa Novo Mais Educação, Educação em tempo integral, Privatização.

21. AUTOR: UILMER RODRIGUES XAVIER DA CRUZ

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES DESIGNADOS NO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL

O Estado de Minas Gerais, através da Resolução nº. 3.395/2018, estabelece termos para contratação de profissionais de educação para o preenchimento de cargos no ensino básico nas escolas públicas do Estado. Este trabalho trata-se de uma reflexão a respeito das condições de trabalho de professores designados, contratados a partir da referida Resolução, como se estabelecem as relações de poder dentro destas escolas e a realidade profissional destes sujeitos. Compreende-se que o espaço escolar é perpassado por relações sociais e, por suposto, pelo poder dos sujeitos que o compõem em diferentes posições e papéis. Assim, a educação pública é fruto das ações cotidianas destes sujeitos que, por suposto, ocupam o cargo de professores designados, contratados temporariamente e que tem suas trajetórias perpassadas pela instabilidade profissional, que afeta no exercício de seus labores.

Palavras-chave: Professores designados; Ensino Público; Trabalho precarizado.

22. AUTOR: ALEXANDRE DO NASCIMENTO PIRES

A SUBJETIVAÇÃO DOCENTE A PARTIR DO PLANO DE METAS SEEDUC-RJ DE 2010 A 2016

O presente ensaio convoca uma reflexão sobre o processo de precarização da atividade docente na SEEDUC RJ, analisando a implantação de uma política pública gerencialista, instituída na rede pública estadual, baseada em critérios meritocrático, que levou a precarização do trabalho dos profissionais de educação, em especial os professores, tornaram-se alvos de uma prática, de vigilância e perseguição, que em muitos casos foram apontadas como causadoras de ambientes de trabalho tóxicos e de adoecimento por parte dos docentes. O Plano de Metas, instituído em 2010, previa uma bonificação de 14º salário, as unidades escolares cumpridores das metas gerencialistas instituídas verticalmente, sobre as unidades escolares, sem considerar as peculiaridades das unidades escolares no contexto comunitário.

Palavras-chave: Subjetivação, Docência, Precarização do Trabalho, Plano de metas SEEDUC RJ 2010.

23. AUTORES: VINICIUS CARVALHO DE ANDRADE; DAVI FERREIRA NOGUEIRA; MARCOS RADDI DOS SANTOS

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: FLEXIBILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL?

Introdução: O Programa de Residência Pedagógica (PRP) selecionou 35 mil bolsistas de 250 IES públicas e privadas através do edital nº 6/2018. Contudo, foi recebido com resistência pelo setor público, que vem apontando o PRP como tentativa de indução compulsória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos currículos de licenciatura, conforme objetivos expressos no Programa. Objetivos: Este trabalho objetiva investigar as relações entre o PRP e a BNCC, buscando entender suas consequências para a formação de licenciandos, à partir do principal documento do Programa. Metodologia: Este é um estudo de análise documental de exploração temática, detido especificamente no edital já referido, em busca de qualquer menção à BNCC e os instrumentos para sua abordagem no PRP. Resultados: Como resultado da pesquisa foi possível comprovar que a BNCC aparece entre as abordagens e ações obrigatórias do programa, tendo na obrigatoriedade de equivalência entre horas de estágio curricular obrigatório e as atividades do PRP uma possível brecha para indução compulsória da Base no Programa. Conclusões: Conclui-se então que a influência do PRP na formação de licenciandos se relaciona intrinsecamente com a BNCC, se fazendo necessários maiores estudos sobre as práticas do Programa a fim de medir seu impacto na subjetivação dos indivíduos envolvidos, no âmbito de um projeto neoliberal de sociedade, dada sua abrangência a nível nacional e a relação intrínseca entre a Base e o setor empresarial.

Palavras-chave: políticas públicas, flexibilização, formação inicial docente

24. AUTORA: JÉSSICA COELHO DE LIMA PEREIRA

EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA

Este trabalho é um recorte bem específico de algumas questões que estão sendo levantadas em minha pesquisa de Doutorado no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), que tem como

objetivo geral analisar as estratégias de governo e os efeitos do Programa de Educação do Estado do Rio de Janeiro implantado em 2011 na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito às práticas de gestão implantadas em prol da elevação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2009, quando a rede estadual ficou em penúltimo lugar no ranking. Para esta apresentação, proponho uma problematização dos modos de funcionamento do programa Gestão Integrada da Escola (GIDE) no que diz respeito às estratégias que foram utilizadas para a elevação do IDEB. A noção foucaultiana de governamentalidade será utilizada como chave analítica para pensar sobre os efeitos dessas estratégias, considerando as mudanças que foram ocorrendo nas práticas de gestão da secretaria, articuladas a uma lógica de empresariamento da educação.

Palavras chaves: governamentalidade; empresariamento da educação; GIDE

25. AUTORA: ROSANA DA SILVA BERG

UMA ANÁLISE DE COMPETÊNCIAS DA PROVA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS DO ENEM

O ENEM é hoje a principal porta de entrada para o ensino superior. As questões do exame seguem uma matriz de referência, dividida em competências e habilidades. Este trabalho está centrado na análise crítica de competências da prova de linguagens e suas tecnologias e faz parte da tese de doutorado As avaliações ENEM e ENADE na perspectiva hegemônica do capital cultural, que está sendo produzida no PPFH – UERJ. Nossa hipótese é que o ENEM contribui para a manutenção das desigualdades socioculturais. Partindo da análise de competências investigamos como a prova é urdida e em que medida os estudantes das classes populares têm chances de sucesso no exame. O suporte teórico provém dos estudos da reprodução de Bourdieu e Passeron e do conceito de capital cultural de Bourdieu. Articulamos a análise crítica do discurso, de Rojo, de Fairclough e a análise de conteúdo, de Bardin.

Palavras-chave: ENEM, competências, análise crítica do discurso.

26. AUTOR: SEBASTIÃO JOSUÉ VOTRE

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Propomos fazer Análise Crítica de Discurso de textos da área das ciências da educação. A atenção para o tema se dá em razão de durante nossa carreira, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, depararmos com dificuldades dos estudantes em leitura e interpretação, com impacto na produção de seus textos convencionais e acadêmicos. Nosso foco se estende ao discurso das avaliações em larga escala e aos manuais de cursos EaD. A ADC contribui para formação de leitor hábil, ao orientá-lo para se debruçar sobre textos, recolher e recriar informações e interpretá-las, avançando como co-autor do discurso associado a cada texto. O referencial teórico da sociologia compreende Bourdieu, Latour, Adorno, Benjamin e o da ACD provém da análise crítica do discurso de Fairclough, Foucault e da análise de conteúdo, de Laurence Bardin.

Palavras-chave: análise crítica do discurso, educação, produção textual.

27. AUTORA: MAYNARA COSTA BARBOSA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APÓS 1988: AVANÇOS E RETROCESSOS

Anais da Jornada Discente PPFH v.1, n.1

Este trabalho visa apresentar as políticas públicas para o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil após a Constituição brasileira de 1988 até o momento atual, tendo como foco ensino básico gratuito. A abordagem teórica relacionada às políticas educacionais foram fundamentadas em Oliveira (2010), Busso (2016), entre outros autores da área. Também serão comentadas questões como o fato de que embora culturalmente no país aprender uma língua estrangeira não seja acessível para a população abaixo da classe média, estudar uma língua não-materna representa um direito humano.

Palavras-chaves: línguas estrangeiras, políticas educacionais, educação brasileira.

28. AUTORA: MONIQUE DA SILVA SANTOS

AS CONTRIBUIÇÕES TERAPÊUTICAS DA CONSTELAÇÃO SISTÊMICA QUÂNTICA NO COTIDIANO DAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ

A Constelação Sistêmica Quântica traz o benefício do olhar para a vida a partir das Ordens do Amor de Bert Hellinger, a ordenação a partir da: hierarquia (a partir de quem chegou primeiro do sistema), equilíbrio entre o dar e o receber, e o pertencimento. Por muitas vezes as ações pessoais sucumbem as profissionais da Educação e a depressão passa a tomar conta do dia a dia das professoras, tudo isso influencia diretamente nas práticas pedagógicas. Neste trabalho apresento como, a partir da Constelação Sistêmica Quântica, podemos melhorar o dia a dia destas profissionais dentro e fora da sala de aula, a partir desta terapia transgeracional transformadora. É imprescindível resistir neste momento político atual e garantir a saúde mental das profissionais é um grande ato de resistência.

Palavras-chave: educação, constelação, saúde mental.

29. AUTOR: WASHINGTON LUIS DE ASSIS PINHEIRO

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO COMO FORMAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO E PARA UM NOVO PROJETO DE SOCIEDADE

Apresentamos como objeto de estudo a importância do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em especial para a população da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Numa região marcada por altos índices de desemprego, violência e reduzida escolaridade, o acesso a uma escolaridade de qualidade é muito significativo para o futuro dos jovens desta região. Na década de 1970 observamos mudanças significativas no Modo de Produção Capitalista. Essas mudanças impactaram a Divisão Internacional do Trabalho por conta dos processos de Reestruturação Produtiva e também da Revolução Tecnológica, com consequências nos formatos produtivos e na distribuição dessa produção. O Modo de Produção Capitalista e seu modelo Neoliberal tem reconfigurado o papel exercido pelo Estado com a diminuição do investimento público em diversos setores, incluindo a educação. Como direito social e dever do Estado, esta deve ser ofertada como pública, gratuita e com qualidade para todas as pessoas. Reconhecendo os projetos políticos e de sociedade em disputa, a reafirmação de um projeto político-pedagógico que aponte na direção da compreensão do trabalho como elemento de emancipação humana se relaciona com a construção do espaço escolar em seu território.

Palavras-chaves: Modo de Produção Capitalista; Reestruturação Produtiva; Revolução Tecnológica.

30. AUTORA: MICHELLE PINTO PARANHOS

O IDEÁRIO EDUCACIONAL DA BASE COMUM CURRICULAR: ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA EDUCAR O CONSENSO

À luz das contribuições teóricas de Antonio Gramsci, este trabalho tem como objetivo apontar as noções e concepções que fundamentam a reforma da educação básica em curso no Brasil desde 2016, cuja ênfase recai sob a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em consonância com a estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista, o ideário educacional que orienta a atual reforma curricular reúne elementos da “teoria do capital humano”, da pedagogia das competências, da ideologia do capital social e do discurso reacionário do Escola sem Partido. Nesse contexto, a BNCC é apresentada como mediação das disputas político-ideológicas no campo educacional, constituindo-se como estratégia do capital para educar o consenso e obter a colaboração ativa dos trabalhadores e trabalhadoras, em face à regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

Palavras-chaves: BNCC, educação básica, hegemonia.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2

Cultura, política e linguagens em processos formativos

Autor: Laura de Aguiar Miranda

DAS NARRATIVAS ANÔNIMAS ÀS NARRATIVAS DE SI

No presente trabalho partilhamos o que denominamos um momento de inflexão de uma pesquisa que tem como objetivo gerar documentos para ampliação de arquivos sobre o envolvimento de mulheres em movimentos de resistência, durante o período da ditadura civil-militar brasileira. A escolha do tema veio da incômoda observação do silenciamento das mulheres na narração de suas próprias histórias de participação ativa na militância política. A revisão bibliográfica confirma o protagonismo de homens que registram e relatam as vivências das mulheres nas lutas, deixando à sombra a narrativa em primeira pessoa. A análise de entrevistas com mulheres militantes através de registros audiovisuais, revela um interesse de entrevistadores sobreimplicado com “as violências sofridas” que, embora importante, reproduzem apenas uma perspectiva da história, operando pela simplificação da memória. Nossa hipótese de que escutar as mulheres poderia trazer um olhar diferenciado na pesquisa, para além do sofrimento e da morte, ganhou força de inflexão no contato com a obra de Svetlana Aleksievitch – jornalista e escritora bielorrusa. Como resultado, a produção de um roteiro e a realização de uma entrevista, investigam as relações familiares, os vínculos de amizade na militância, a condição das mulheres nas lutas políticas, o que se criou entre elas. Exploram, expõem e resgatam outras maneiras de narrar e partilhar vivências, revelando que “toda política é uma questão de circuitos de afetos e de estruturas de visibilidade”. Nos levando a concluir pela relevância da política de pesquisa na criação de novos mundos possíveis, como resistência, em tempos de desamparo.

Palavras chaves: mulheres, política, memória, afetos, imagem.

Autor: Lilian Michelli Giovanelli da Costa.

Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ.

OCUPAÇÕES DOS SECUNDARISTAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

As ocupações dos estudantes secundaristas das escolas públicas representaram um movimento político de extrema vivacidade nos últimos anos no Brasil (especialmente 2015 e 2016). Nele, questões próprias da juventude foram combinadas aos tensionamentos no campo da educação formal e da escola, somadas ainda a

um contexto político bastante turbulento. Este trabalho tem a proposta de refletir sobre este movimento a partir da experiência vivida pelos estudantes, tentando entender que novos processos de aprendizado foram inscritos. Aprendizado este pensado tanto na sua definição formal quanto na sua capacidade de dar outros significados às identidades, sociabilidades e leituras de mundo.

Palavras chaves: Ocupações, juventudes, secundaristas.

Autor: Reinaldo de Jesus Cunha

NÃO SOU INDIO SOU GUARANI E A NATUREZA CONTRA O ESTADO

Este trabalho é o resultado do apanhado sobre o lugar de fala indígena dentro do universo guarani em contraposição à Juruá. O Tema: “Não sou índio, Sou Guarani”, foi pautado após entrevista com o Pajé/Cacique (acende fogo) de nome (branco) Augustinho da Silva, (99), que na oportunidade da participação da Assembleia Ordinária do CEDIND/Conselho Estadual dos Direitos Indígenas RJ, em Paraty, (27/06/19), nos concedeu a entrevista. A dificuldade da Livre Circulação do Povo Guarani e animais como a onça” no território de Juruá é tema central deste trabalho. Nesse trabalho trazemos também a narrativa do Pajé/Cacique Miguel Karai Tataxi, (119); A sua luta pela paz e convivência pacífica com Juruá em uma “Terra Sem Lei”. Além da reflexão do Lançamento do Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim, no Centro Cultural de Paraty, com a presença dos guarani e autoridades públicas, onde foi elaborado o Protocolo de Consulta Prévia, a ser respeitado por Juruá. E por último: Um Resumo Conclusivo da militância no CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas); A participação nas Assembleias Ordinárias e/ou Extraordinária realizadas tanto no contexto urbano na Cidade do Rio de Janeiro, bem como: nas Aldeias em reuniões descentralizadas. Usaremos com fontes de pesquisa para este trabalho: entrevistas, relatos de reuniões, material de pesquisa bibliográficas em livros, site, redes sociais, blogs, palestras, seminários, cursos de extensão sobre questões indígenas e outros.

Palavras chaves: Guarani. demarcação, Educação.

Autor(es): Joyce de Souza Rodrigues da Silva.

Ana Carolina de Souza de Oliveira.

Gabriel dos Santos Gomes.

USOS DAS MÍDIAS SOCIAIS: NARRATIVAS MANIPULADAS POR MEIO DA CULTURA POLÍTICA DIGITAL

As mídias sociais hoje compreendem-se como forma de difusão instantânea de conteúdos. Através do avanço das tecnologias foi possível a democratização do acesso às informações; contudo, estamos cada vez

menos críticos em relação às ideias que circulam nas redes sociais. Este trabalho objetiva compreender a transmissão de conteúdos por meio das redes sociais, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento de notícias falsas ou boatos, e tem como foco principal narrativas difundidas nas mídias em torno da ideia de que o “nazismo é de esquerda”. Buscaremos entender o funcionamento dos algoritmos e a difusão de notícias falsas que atuam como formadoras de opinião, influenciando muitas vezes os rumos dos processos políticos. Cabe aos historiadores e professores de história compreender essas formas de comunicação, apontando para a importância do senso crítico e da verificação de fontes.

Palavras-chave: mídias sociais; nazismo de esquerda; notícias falsas.

Autor: Phellipe Patrizi Moreira

Mestrando em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais - FFP/UERJ.

“SÃO VERDE E ROSA AS MULTIDÕES”: A CRECHE MUNICIPAL VOVÓ LUCÍOLA COMO “MINIATURA DA COMUNIDADE” DO MORRO DE MANGUEIRA

Este trabalho teve como objetivo socializar as investigações iniciais a respeito da escolha do intelectual Anísio Teixeira no que tange a sua defesa da educação pública e de práticas democráticas dentro e fora das instituições escolares. A opção por Teixeira ocorreu devido aos seus escritos no que se refere a promoção de “oportunidade de formação de hábitos da vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, recreação e de arte” (TEIXEIRA, 1957, p.58). Essas indagações, esquecimentos, questionamentos perpassam toda a pesquisa. Além de compartilhar os atravessamentos, a hipótese é de que o samba e a educação se relacionam e que fornecem subsídios para a uma educação popular, comunitária e significativa. São por meios dos resgates das histórias, memórias individuais e coletivas, recheadas de tensões e esperanças, defende-se aqui, portanto, a multiplicidade dos “Processos Formativos” e a luta contra as “Desigualdades Sociais.”

Palavras-chave: Comunidade, escola de samba, cultura afro-brasileira.

Autor: Caroline Andrade Cunha

ARTE E EMANCIPAÇÃO: DIRETOS HUMANOS NA ESCOLA

A proposta de articular os debates dos Direitos Humanos nas práticas de ensino têm sido, entre diversas demandas, uma saída urgente para promover uma educação para emancipação humana em tempos de promoção do ódio e apagamento das diferenças. Apresenta-se neste resumo, práticas retiradas de uma pesquisa-ação que exemplifica como as aulas de Artes puderam trazer esses debates e produzir reflexões

durante as aulas. Foi produzido um projeto aula, a partir dos pressupostos dos Projetos Pedagógicos de Trabalho (Hernandez, 2002), Pesquisa-ação Pedagógica (Santoro, 2018), e da Cultura Visual (Mirzoeff, 2007), no Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Pinheiral, em 8 turmas do 1º ano do Ensino Médio. As temáticas sobre direitos humanos partiram das questões levantadas em obras da Arte contemporânea e da Indústria Cultural. A partir destas abordagens, as aulas eram elaboradas, coletivamente, uma vez que os interesses dos discentes e respostas às atividades incitavam novos debates. Desta forma, a temática que inicialmente discutiria "os racismos" (Hall, 2012) na indústria cultural, foi expandida para outras opressões, conforme as sugestões e intervenções citadas pelos educandos.

Palavras-chave: Ensino de Arte, Direitos Humanos, Emancipação Humana, Diversidade.

Autor: Margareth Maura Dos Santos

A AFIRMAÇÃO DA CULTURA NEGRA E O USO DAS TIC'S

Há anos, vários grupos étnicos lutam por visibilidade de sua cultura, língua, religião como elementos contribuidores para a formação do povo brasileiro, dentre eles, o negro no Brasil. Com a criação da Lei de nº 10639 de 2003 estabelece que a cultura e a história afro-brasileira devem ser inseridas no currículo escolar obrigatoriamente no ensino fundamental e médio afim de explicitar a contribuição deste povo para a constituição do país. Assim com as novas tecnologias, grupos, o movimento negro e sujeitos negros se utilizam das redes sociais para divulgarem suas religiões de matriz africana, língua e também cultura como a dança, a música como formas de evidenciar seu pertencimento e sua identidade, marginalizada desde o período escravocrata. O intuito deste estudo é discutir sobre estas práticas do uso das tecnologias como meio de divulgar a importância deste povo tão excluído de nossa sociedade e de nosso contexto histórico.

Palavras chaves: Cultura, Tecnologias, Afro-brasileira.

Autor (es): Isadora de Mélo Costa.

Mestranda PPGH/UERJ

Wallace Adametz Escarrone.

Mestrando UNIRIO

Fernanda Kelly do Espírito Santo Silva.

Mestranda PPGH/UERJ

A CINELÂNDIA COMO PALCO DE UM ROTEIRO PEDAGÓGICO: REINVINDICAÇÕES SOCIAIS DENTRO E FORA DA CÂMARA DOS VEREADORES

O presente trabalho propõe um roteiro pedagógico que contempla a memória da personagem histórica Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, bem como sua trajetória política, social e cultural. Levam-se em consideração suas ações políticas, pautas de defesa e o sentido de sua representação identitária durante o curto mandato na Câmara dos Vereadores, tendo em vista que após sua morte, a representação de Marielle foi levada pela mídia, pelo luto e pelas manifestações, a distintos locais. Lugares, que inclusive, embora distantes de seus principais pontos de atuação, presenciam uma de suas primeiras identidades políticas: a de favelada, condição da maior parte dos alunos matriculados na E. M. Brigadeiro Faria Lima, a quem se destina esse roteiro pedagógico. Diante disso, objetiva-se analisar a Cinelândia como ponto de constantes reivindicações políticas e sociais dentro e fora da Câmara dos Vereadores, assim como, propor um material pedagógico que problematize o direito, a cidade, o direito à vida e a memória.

Palavras chaves: Marielle Franco, Cinelândia, E.M. Brigadeiro Faria Lima.

Autor: Thaísa Muniz

Mestranda em Ensino de História pelo ProfHistória/UERJ

SOBRE O OLHAR DE LIMA BARRETO: SENSIBILIZAR PARA A CIDADE E O PATRIMÔNIO

É preciso perceber o potencial que as marcas e os vestígios do passado trazem como instrumento pedagógico. A cidade marcada por inúmeras temporalidades sobrepostas se torna um instrumento poderoso para o ensino e a aprendizagem. Para ler a cidade é preciso perambular sobre elas recuperando a intenção de uma figura singular: os olhos de um flâneur. E encontramos em Lima Barreto, um típico flâneur dos trópicos que através da literatura busca o acesso dessa dimensão sensível do espaço e da experiência urbana. Os Rios das crônicas de Lima Barreto são múltiplos, diversos e fragmentados. É a cidade dos contrastes. É o espaço das ruínas de uma cidade colonial desejosa de modernização, de uma capital republicana que ansiava por um projeto de civilização que pudesse atender as necessidades de um Rio que deveria parecer cada vez mais como uma Paris dos Trópicos. Era a Belle Époque carioca, de um país recém republicano: um Rio de Janeiro marcado por profundas transformações urbanas, sociais e culturais. O Rio de Lima Barreto não é apenas os das grandes obras, inaugurações e a moda parisiense. Lima Barreto em suas crônicas apresenta uma visão ampla e múltipla do espaço urbano carioca. O autor também enxerga as destruições, as demolições e as exclusões. O autor de Triste fim de Policarpo Quaresma percebia que o projeto de modernização e civilização que estava em curso não incluía o Rio negro, o Rio pobre e o Rio da diversidade. Quantos Rios existem na cidade? E como essa dimensão pode ser utilizada como estratégia pedagógica para a elaboração de um roteiro urbano sobre a Belle Époque Carioca?

Palavras-chave: Ensino de História, Lima Barreto e Cidades.

Autor: Vinícius Ávila da Silva

Mestrando em Ensino de História pelo ProfHistória/UERJ

(RE)CONHECENDO ESPAÇOS DE CONSCIÊNCIA DA DITADURA MILITAR NUM ROTEIRO PEDAGÓGICO PELO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

A ausência de “lugares de consciência” relativos a ditadura civil-militar na cidade do Rio de Janeiro, guarda relação com o processo de redemocratização, mais especificamente, com a renúncia de grande parte da sociedade política e civil brasileira, bem como do Estado, em se construir um conjunto de ações com vistas à busca pela justiça, memória e verdade sobre os arbítrios da ditadura. Dessa forma, a ausência desses lugares de memória (Nora) cria obstáculos ao ensino de História comprometido com a promoção da cidadania, por meio dos métodos e abordagens próprios da Educação em Direitos Humanos. O objetivo desta proposta de comunicação oral é estabelecer relações entre: os conteúdos e conceitos relativos ao ensino da ditadura civil militar brasileira na educação básica; e, saberes outros apreendidos de diversas formas e por sujeitos diversos fora do ambiente escolar-acadêmico. Relacionando-os com locais que foram úteis ao Estado na rede de repressão nesse mesmo período na cidade do Rio de Janeiro, passando por práticas e experiências em educação em direitos humanos. Em especial, a proposição de um roteiro pedagógico de educação patrimonial pelo Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Lugares de consciência, Educação Patrimonial, Ensino de História, Direitos Humanos.

Autor: Yara Barbosa

Mestranda em Ensino de História pelo ProfHistória/UERJ

“FORA DOS MUROS DA ESCOLA: A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA DA ILHA DE GUARATIBA COMO ESPAÇOS EDUCATIVOS”.

Este projeto de pesquisa tem como objeto de estudo o reconhecimento do patrimônio histórico local no bairro de Guaratiba, especificamente na localidade denominada Ilha de Guaratiba, mapeando seus lugares de memória como possibilidades para o ensino de História, oportunizando o empoderamento identitário dos alunos e a apropriação do patrimônio local pelos mesmos. Verificamos que o ensino de História se modificou através dos anos, mas ainda fica a questão: Como ensinar História de modo a cativar/envolver os

alunos? Como estimular sua curiosidade em busca da formação de uma cultura histórica? Como se apropriar dos espaços de memória presentes, muitas vezes no entorno escolar, mas que passam despercebidos, carentes de um “olhar educado”, sensível, que os possam enxergar e uma reflexão que possam compreender os mesmos? Pretendemos propor uma pesquisa pautada nos estudos sobre memória, saber histórico escolar, história local e patrimônio. Segundo Nora, mesmo um objeto de uso pessoal pode ser um local de memória, se o mesmo estiver permeado de lembranças e sentidos. É a capacidade de memorar que forma a construção de patrimônio muito mais amplo. Sendo assim, precisamos pensá-los além dos espaços públicos e com significado para seu grupo. O patrimônio também assume um caráter importante na formação da memória afetiva com o local e com a identidade cultural do indivíduo. Queremos discutir como são formados tais espaços de memória nas sociedades atuais, particularmente no bairro de Guaratiba - quer em lugares hegemônicos ou contra hegemônicos -, através de rodas de conversa semanais com a participação discente pertencente a turmas do nono ano na Escola Municipal Narcisa Amália.

Palavras-chave: Lugares de memória, patrimônio, Ensino de História, História local.

Autor: Vagner Jose de Moraes Medeiros

Mestrando em Ensino de História pelo ProffHistória/UERJ

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DE UM ROTEIRO HISTÓRICO GEOGRÁFICO EM INHAÚMA - RIO DE JANEIRO

Este trabalho apresenta uma proposta de educação patrimonial, dialogando com a história e a geografia a partir de um roteiro a pé. Despertar o aluno para o interesse do conhecimento das disciplinas escolares está se tornando uma tarefa cada vez mais difícil, pois pouco se interessam em refletir sobre a vida, o mundo, a sociedade e o espaço geográfico que o cerca. O advento da internet e a criação dos smartphones fazem parte desse processo de desinteresse. Perdem muito tempo conectados na internet, por exemplo. É neste contexto que apresento a proposta de se fazer um roteiro histórico geográfico no bairro de Inhaúma, local em que se encontra a escola em que leciono, de modo a criar uma possibilidade de aprendizagem para fora dos muros da escola.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, História, Geografia

Autor: Cláudio Fernandes.

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ.

Co-autora: Dr^a Denise Barata.

RODA DE CHORO CURITIBANO: SIGNIFICADOS E SENTIDOS “ÊMICO” E “ÉTICO”

Por meio da pesquisa participante, buscamos entender as experiências e tensões da prática que mantém o Choro vivo desde seu nascimento: a Roda. O gênero Choro, em especial o evento “Roda de Choro” impulsionou-nos a realizar esta investigação com o propósito de levantar os atores participantes das Rodas de Choro em Curitiba; processos sociais e/ou as relações construídas ou vivenciadas nesse ambiente; processos de socialização e subjetivação; constituição da roda de Choro; analisar aspectos sociais, culturais, históricos da construção de “Rodas de Choro” na cidade de Curitiba; “personae” e personagens, processos de socialização e construção de posicionamentos identitários, relações humanas, interpretação, “performance” e repertório. Baseando-nos nas memórias explicitadas por meio das falas e dos corpos das pessoas ligadas diretamente ou indiretamente ao choro, pretendemos apresentar narrativas em disputas, destacando situações, contextos, fatos que permitam mostrar aspectos relacionados e/ou vivenciados nas práticas de Rodas de Choro em Curitiba.

Palavras chaves: Choro Curitibano, Práticas Musicais, Roda de Choro em Curitiba.

Autor: Anderson Oliveira

Mestrando em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ.

APONTAMENTOS, MEMÓRIA E RELATOS DE PESQUISA: A UNIDADE EXPERIMENTAL NO MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os apontamentos iniciais sobre a relação entre memória coletiva e a participação criativa pública no âmbito da Unidade Experimental (GOGAN, 2017, p.228) no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, durante os anos 70. Para isso, utiliza-se como recurso metodológico a apresentação expositiva e os relatos de pesquisa e demais referências bibliográficas disponíveis que remontam este singular lugar de criação. Neste sentido, busca-se com essa comunicação apontar as principais questões geradoras desta presente e inédita investigação que visa reunir fragmentos de memória e uma possível escrita da história da educação museal e da arte-educação no período da ditadura civil-militar no Brasil. Portanto, refletiremos sobre a sua contextualização, a função educativa dos museus, a arte de elite versus arte popular e as noções gerais de memória e ideologia.

Palavras chaves: Unidade Experimental, Museu de Arte Moderna Rio de Janeiro, Memória Coletiva, Arte e Política, Arte e Educação.

Autor: Priscila Lopes d'Avila Borges

Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ. Bolsista FAPERJ.

MEDIAÇÃO MUSEAL: CAMINHOS PARA CRIAÇÃO DE NOVOS SENTIDOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Este trabalho tem por objetivo apresentar os desafios do uso de museus históricos enquanto fontes singulares de saberes, ultrapassando visões restritas à compreensão do museu segundo critérios escolares ou acadêmicos. Para tanto, serão apresentadas estratégias educativas do Museu Histórico Nacional, que visam, através da mediação, criar vínculos de comunicação com o público visitante, espontâneo ou escolar, que capacitem os sujeitos para decodificação da linguagem expositiva, desnaturalizando objetos e ambientes, com a finalidade de despertar a criticidade diante da narrativa museológica, especialmente, no campo do ensino de História.

Palavras-chave: Educação museal, Museus Históricos, Ensino de História, Mediação.

Autor: Luiz Fernando Reis Sales

Mestrando em Educação - ProPEd/UERJ.

EXU NO CAMINHO DA INFÂNCIA? – UMA APOSTA EPISTEMOLÓGICA EM AFRO-PERSPECTIVA PARA PENSAR INFÂNCIA

No começo, se não oferecer Exu, não há o movimento do corpo-alma, não há a possibilidade inventiva de ressignificar. Conhecido como aquele que brinca, goza e caçoa da realidade, ele transforma tudo num terreiro/quintal/encruzilhada de brincadeiras. O que sua fome primeira tem a ver com a brincadeira? Brincar é comer para Exu? Na vida, assim como Exu a infância, um conceito para além da cronologia biológica, tem fome primária e quer tudo devorar, nada pode saciá-la, pois é constituída de fome inquietante. Exu, versado em Elegbara, também é um menino de fome insaciável, come tudo e todos sem sua fome sessar. Essa pesquisa pergunta por uma possível produção de conhecimento sobre a infância: Exu está para infância assim como a infância está para a vida? Comemos essa pesquisa, um ebó para porvir. Laroyê Èsù!

Palavras chaves: Exu, Infância, Conhecimento.

Autor: Giseuda do Carmo A. de Alcantara

Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ. Bolsista CAPES.

Co-autora: Dr^a Denise Barata.

GUARDIÕES DA ANCESTRALIDADE NEGRA: ANCESTRALIDADE E ENCANTAMENTO

Este trabalho tem por objetivo fazer um breve estudo, sobre os encantados do Terecô, que são entidades espirituais, protetores, curadores, guias, ancestrais. Eles têm o dom da cura, do conhecimento, da inteligência, do conselho, da justiça, da fecundidade, da prosperidade, da força sobre a natureza, o poder de abrir caminhos, de proteger e de aplacar a fúria. Os encantados são os ancestrais que transmitem o conhecimento para os chefes de terreiros. O encantamento é o ato de criar e recriar mundos, o mesmo, se dá dentro de uma forma cultural. Os vários estudos e pesquisas sobre o tema, deixam claro que, os encantados são entidades espirituais de grande relevância para as tradições negro-brasileiras.

Autor: Anna Mires

A MARGINALIZAÇÃO DO ARTISTA NEGRO DA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS E O SEU IMPACTO NA HISTORIOGRAFIA DA ARTE

Durante a formação da Academia Imperial de Belas Artes, feita pela missão francesa, artistas negros foram convidados para construção da instituição por reconhecer a importância do papel desses atores. Muitos deles, principalmente pintores, foram condecorados e receberam as maiores premiações para época. Entretanto, esse legado não faz parte da historiografia da arte brasileira. Para além disso, o estudo dessas obras não é feito ainda hoje na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O ensaio tem por objetivo trazer luz no lugar desse negro na historiografia da arte brasileira e, fazer um paralelo na construção racial e seu impacto nos dias de hoje.

Palavras chaves: Academia Imperial de Belas, artista negro, racismo.

Autor: Rodrigo Fagundes Bouillet

CINEMA, ESTADO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS EM DISPUTA

Pretendemos analisar o Cinema Negro contemporâneo brasileiro a partir da Economia Política da Comunicação como aporte teórico-metodológico, mais especificamente através de sua teoria da estruturação. Com esta chave, é possível observar as condições materiais do Cinema Negro, sua relação com uma classe cinematográfica histórica e majoritariamente branca bem como objetivos e estratégias de mobilização nas disputas pela hegemonia das políticas públicas. Para tanto, acionamos autores como Vincent Mosco, Raymond Williams, Stuart Hall, Noel dos Santos Carvalho e Jean-Claude Bernardet.

Palavras chaves: Cinema, Estado, Relações Étnico-Raciais

Autor: Glaucilene Francisca da Silva

Mestranda na Universidade Federal Fluminense.

A CATEGORIA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA: INSERÇÃO NA SOCIEDADE E NA CULTURA ATRAVÉS DAS LEIS

Ao cumprir uma revisão bibliográfica do tema da inclusão e como se dispõe na sociedade, a fim de compreender diversidades físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. Como o Estado e as leis, envolvem e procuram sanar o afastamento que as pessoas com deficiências são colocadas na sociedade. O objetivo deste artigo é apresentar análises referentes ao processo de construção das leis que envolvam direitos humanos perpassando pela questão das desigualdades, e abordando a inclusão de pessoas com deficiência. Com os dados é possível estabelecer a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos para constituição das leis no âmbito mundial; destaco também as leis no Brasil, trazendo foco em uma realidade mais específica. Além dessa importância, o artigo também aborda o mote sobre acesso a cultura para pessoas com deficiência, como o Estado através das leis proporciona o direito a igualdade de oportunidades envolvendo a cultura. A ausência de efetivas políticas culturais e cumprimento das mesmas, demonstra a obrigação do Estado garantir direito a cultura a todos os indivíduos, incluindo os que foram historicamente excluídos da esfera pública. A contribuição no debate e futuramente realizar análises mais detalhadas dos estudos sobre leis culturais, especificamente no campo da inclusão, problematizar e tensionar as ações do Estado; para que o setor cultural possa ser mais inclusivo e democrático para as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Direitos, Deficiência, Cultura.

Autor: Nathan dos Alves

ANCINE, POLÍTICAS PÚBLICAS E CINEMA BRASILEIRO: A IMPORTÂNCIA DAS LEIS DE INCENTIVO PARA O CINEMA NACIONAL

O cinema brasileiro, diferente do cinema hollywoodiano não se constituiu aliado ao capital, sua produção apesar de seguir as mesma lógica e etapas de criação, não consiste em uma indústria. Esse fator, aliado à hegemonia do cinema norte americano sobre o brasileiro, fazem com que o cinema nacional necessite de apoio estatal, políticas públicas para o incentivo à produção local. As declarações recentes do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, acerca do possível tratamento censuratório do governo para

com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), demonstram a relevância do assunto. Para tanto o presente trabalho busca, através de uma pesquisa bibliográfica discorrer acerca do surgimento da Ancine, sua importância para a produção cinematográfica local, as leis de incentivo ao cinema, e como funciona o maior órgão nacional voltado para a sétima arte no Brasil.

Palavras-chave: Ancine, Cinema Nacional, Políticas Públicas.

Autor: Verônica Rocha

Mestranda em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ.

POLÍTICAS CULTURAIS IMPLEMENTADAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 2014 A 2018

O trabalho é resultado parcial da dissertação de mestrado em andamento no PPFH/UERJ, na qual analisamos os Planos Estratégicos dos governos de Eduardo Paes (2013 – 2016) e de Marcelo Crivella (2017 - 2020), bem como os Relatórios de Gestão da Secretaria Municipal de Cultura, para investigar de que forma as iniciativas realizadas contemplaram o direito à cultura no período abordado. Discutimos os conceitos de direito cultural e de cidadania cultural, tomando como referência a obra de Marilena Chauí. A defesa da cultura como direito encontra sua expressão jurídica em âmbito nacional nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, complementada em 2012 com a introdução do artigo 216-A. No município do Rio de Janeiro, a Lei Orgânica aborda a cultura ao longo de 14 artigos, mas verifica-se que o exercício da cultura de forma coletiva e democrática está longe de se tornar realidade.

Palavras-chave: Políticas Culturais, Administração Pública, Direitos Culturais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3

Racismos, racismo de Estado e movimentos de resistência.

Autor (es): Bianca Toscano de Souza

SEXUALIDADE DA JUVENTUDE NEGRA: INFLUÊNCIA DO RACISMO E A HERANÇA SUBJETIVA DA ESCRAVIDÃO NA OBJETIFICAÇÃO DE SEUS CORPOS.

Em fase preliminar, a pesquisa busca analisar a influência das diversas expressões do racismo e seus desdobramentos, na subjetividade juvenil negra e suas conseqüências na formação de sua sexualidade, assim como investigar a possibilidade da presença de uma herança escravocrata no seu inconsciente através da transmissão transgeracional. Como processo metodológico analisarei as narrativas dos jovens a respeito da sua constituição subjetiva através de entrevista aberta. Como referencial teórico que abrange o conceito de sexualidade e transgeracionalidade usarei Freud (1901), Davis (1982) e Kilomba (2019) o conceito de gênero, Mbembe e Munanga raça. (2009), entre outros.

Palavras-chave: Racismo; Sexualidade; Juventude negra.

Autor (es): Kaká Portilho, Neiva Miranda e Namíbia Rodrigues

O SILÊNCIO DO HOMEM NEGRO PELA VOZ DE MULHERES NEGRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA PONCIÁ VICÊNCIO

O artigo recorre à contra narrativa do Romance Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo (2017) – para analisar o silêncio do homem a partir da voz das mulheres negras. Iniciando na narrativa de Conceição onde descreve a personagem Ponciá, esquartejada pela experiência da escravização, nos acúmulos entre partidas e ausências (morte do avô, do pai, dos sete filhos perdidos, a separação da mãe e do irmão, a relação distante entre ela e o marido). Essas rupturas, remontam a trajetória do passado, ainda ativo no presente e nos leva a refletir sobre a perda do encanto de fala do homem negro e como seu silêncio atravessa violentamente a vida das mulheres negras. Num dialogismo entre realidade e ficção, a abordagem psico-cognitiva propõe um deslocamento conceitual para compreensão do trauma assassina todos os dias não apenas o corpo, mas principalmente a subjetividade de homens e mulheres negras na diáspora brasileira.

Palavras-chave: Silencio; Trauma; Racismo.

Autor (es): Marcia Ribeiro Ramos

ESTADO DA ARTE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DE 2003 A 2018: PSICOLOGIA E BRANQUITUDE

O presente trabalho pretende realizar o Estado da Arte da produção acadêmica de psicólogos(as) brasileiros(as) sobre os temas branquitude/branquidade no Brasil nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado produzidas no período de 2003 a 2018, disponibilizadas nos bancos de dados da Capes, da BDTD, do Domínio Público e do Google Acadêmico, como requisito para a obtenção do título de mestre no PPRER – Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do CEFET/RJ. A pesquisa é qualitativa e constituída de análises e procedimentos de natureza quantitativa. Realizaremos um levantamento bibliográfico das obras e sua seleção, conjugando informações, organização e classificação dos resultados com bases nas técnicas definidas para os estudos de revisão do tipo “Estado da Arte ou do Conhecimento”. O levantamento histórico da Produção Acadêmica no campo da Psicologia é importante para entender como se encontram as pesquisas de psicólogos(as) brasileiros(as) sobre o branco

brasileiro após a implementação das políticas públicas de ações afirmativas sócio-raciais. Entender como os(as) Psicólogos(as) lidam com os temas branquitude/branquidade num país onde 54% da população se declara negra e a academia não corresponde a essa realidade étnico-racial, bem como a produção de subjetividades com relação a essa realidade é fundamental para as práticas psis. Como as políticas públicas de ações afirmativas a partir dos anos 2000 têm influenciado tais pesquisadores e que potências têm para influenciar os ambientes acadêmicos psis? Que contribuições tais pesquisadores podem trazer sobre o tema das relações étnico-raciais e que mudanças acionam, apontando as tendências, as lacunas, as recorrências e perspectivas futuras, possibilitando a continuidade do tema por outros pesquisadores.

Palavras-chave: Branquitude; Psicologia; Racismo estrutural.

Autor (es): Luana Teixeira

TERREIRO É ESCOLA E OCUPAÇÃO ESTUDANTIL É ENCRUZILHADA EPISTEMOLÓGICA. UM EBÓ PARA O REENCANTAMENTO DA VIDA

Os ataques aos terreiros assim como os ataques às escolas guardam relações que estão depositadas num mesmo lugar: a colonialidade do saber. A colonialidade do saber é projeto de poder erigido no colonialismo e que se alimenta da e na dominação dos corpos produzindo desencantamento do mundo e normatização. Dando um drible no cânone colonial, branco, heteronormativo e racista, as Ocupações Estudantis brasileiras (2015-2016) que emergiram das e nas encruzilhadas das políticas de ação afirmativa (Lei 12.711/2012), assentaram novas epistemologias e produziram ebós para despachar o carrego colonial (RUFINO, 2019). A nossa pesquisa se insere nessa encruzilhada epistemológica, prescrutando as frestas e os saberes cruzados que anunciam novos tempos em que Exu possa restituir àquilo que o colonialismo sequestrou de nós, transmutando a colonialidade-desencantada em descolonização-reinvenção da vida e reencantamento do mundo. Eis, a Pedagogia das Ocupações pedindo passagem. Espreitemos às margens!

Palavras-chave: Colonialismo; Encruzilhada Epistemológica; Ocupação Estudantil.

Autor (es): Edmar Costa Barros

NECROPOLÍTICA, PRECARIZAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA RACIAL: UMA QUESTÃO DE MUDANÇA NAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

Em séculos de dominação dos brancos, nunca ouvimos falar de mudanças significativas nas questões que envolvem o negro em relação a Políticas Públicas, independentemente de orientação política devido à ausência destes negros engajados nas questões que nos aflige nas esferas mais altas do poder executivo. Atravessou o tempo e o negro enfrentou todos os azares que o projeto de dominação branca plutocrática o infringiu. Tanto se falam de negro fazer parte das minorias, mas somos 54% da população brasileira. Então não há lógica sermos a metade da população e ocupar 18% dos cargos eletivos nas casas legislativas em lugares de destaque e com chances reais de fazer a diferença através de propostas afrocentradas que minimize o sofrimento da população negra brasileira. Então, faz-se necessário avaliar o comportamento deste negro nas casas legislativas e sua relação através de um estudo exploratório, onde apontará as relações de poder e de controle simbólico do estado através de políticas públicas que distancia esse negro das decisões mais importantes para seu destino. Urgem de análise e de correção não só por questões de cotas para reestabelecer o equilíbrio nestas esferas, mas sim promover o trabalho de base com a finalidade de levar ao poder negros, solucionando assim a crise social que atinge a maior parte da população negra brasileira.

Palavras-chave: Estado; Necropolítica; Negro; Poder; Afrocentrismo.

Autor(es): Guilherme Nogueira de Souza

NEGROS E DE CLASSE MÉDIA: A CONSTRUÇÃO DE SI DIANTE DE UMA ORDEM SOCIAL DESIGUAL

O presente trabalho é fruto da pesquisa-Os negros de camadas médias no Rio de Janeiro: um estudo sobre identidades sociais. Os dados são oriundos de entrevistas em profundidade com homens e mulheres negros, com idades entre 47 e 63 anos, à época das entrevistas, com formação em ensino superior, inserção profissional condizente com o nível de formação e renda condizente com os níveis definidores das camadas médias para o ano da pesquisa de campo. O objetivo do trabalho é analisar a construção das identidades destes sujeitos marcados por uma dupla minoritariedade: são negros na classe média alta; são classe média alta dentre os negros. Tendo em vista o deslocamento destes corpos frente a um ordenamento social desigual e hierarquizado de origem colonial, que fez sobrepor classe e cor, especialmente nos extremos do gradiente de cor e na pirâmide social de renda, o presente trabalho pretende analisar como este grupo social com tal especificidade enfrenta os efeitos desta desigualdade e do racismo na construção de si e nas relações sociais cotidianas.

Palavras-chave: Identidades sociais; Classe média; Racismo.

Autor (es): Claudia Ferreira Pinto da Silva

NÃO É POR SER POBRE E SIM POR SER NEGRO/A

Este trabalho problematiza o impacto da carência como principal critério para a entrada de cotistas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O silenciamento sobre o assunto produz o apagamento da luta histórica do Movimento Negro para a implementação de cotas raciais nas universidades brasileiras, sendo esta uma das formas de reparação histórica do Estado brasileiro pela sua conivência com a escravidão. O genocídio da juventude negra amplamente divulgada por pesquisas, de âmbito nacional e internacional, e a falta de acesso desses jovens a educação, já são provas suficientes que a não entrada de jovens negros/as nas universidades está ligada ao racismo (a cor da pele negra) e não a classe social a que esses/as jovens pertencem. O discurso de classe impede a entrada de diversos/as jovens negros/as na universidade, o que aumenta ou mantém o número de brancos/as nesse espaço. A cada 23 minutos, um/a jovem negro/a é assassinado/a no Brasil, enquanto o de brancos/as diminuiu. Isso se chama genocídio, o discurso de classe que tenta vincular as mortes e o não acesso a universidade a pobreza, pactua com o genocídio, pactua com o não acesso de negros/as a graduação e pós-graduação, pactua com a manutenção de brancos/as nos espaços acadêmicos seja como discentes ou docentes. Esse discurso mascara o racismo estrutural e estruturante da sociedade brasileira e o racismo institucional.

Palavras-chave: Racismo; Ações afirmativas; Genocídio.

Autor (es): Claudio da Silva Costa

AS SUBJETIVIDADES NEGRAS APÓS AS POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO E DE MISCIGENAÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL (1889-1930)

Este artigo aborda as discussões sobre as teorias raciais, partindo da comunicação realizada por João Batista de Lacerda, no Primeiro Congresso Universal das Raças (1911), em que um projeto da Primeira República de eliminação da população negra através do branqueamento foi exposto com lídima clareza, revelando uma pauta necropolítica (MBEMBE). O objetivo é investigar os efeitos deste projeto nas subjetividades negras e também em suas conseqüências sociais. O artigo se utiliza dos conceitos de Ideal do Ego de Neusa S. Souza e de preconceito racial de Oracy Nogueira para desenvolver o estudo e fazer refletir sobre a atual situação dos negros no país.

Palavras-chave: Branqueamento; Raça; Necropolítica.

Autor (es): Yago José Eloi do Nascimento

REGISTROS DO RACISMO: REFLEXÕES ACERCA DO SILÊNCIO DE VON MARTIUS DESMASCARADO PELO NATIRUTS

Para quem foi dirigida a escrita da história do Brasil? O presente trabalho, partindo da análise da música “Palmares 1999” da banda Natiruts, buscará identificar para quem foi endereçada a escrita historiográfica do período oitocentista. No processo de formação de uma identidade nacional, a historiografia em construção no Brasil se fundamenta na ideia de raças, através da monografia premiada pelo IHGB de Von Martius que se intitula “Como se deve escrever a história do Brasil”. O objetivo é pensar no papel destinado ao negro na história do Brasil no ano de 1840 em que o IHGB premia uma monografia escrita por um naturalista alemão que vai pensar as relações entre a sociedade dividindo-a em três raças: índio, português (branco) e o negro.

Palavras-chave: Racismo; Von Martius; Natiruts.

Autor (es): Rebecca de Medeiros

ESCRAVISMO E FORÇA POLICIAL

Neste trabalho me coloco a pensar sobre os modos de funcionar das forças policiais na contemporaneidade a partir de análises sobre o processo de formação das polícias imperiais no Brasil no século XIX. Uma polícia constituída por homens pobres que atuavam como mecanismo de defesa da propriedade privada escravista. Uma cláusula das forças policiais do século XIX ainda é usada na atualidade para o controle da população negra: atitude e/ou sujeito suspeito. Honório, em 1886, foi um homem livre confundido com um escravo fugido, capturado e torturado por policiais que ao verem seu corpo negro acharam ser esse o modo de operar. Tanto Honório, quanto milhares de jovens negros na atualidade, são sujeitos suspeitos, merecedores de um castigo, aos olhos de uma população ainda com um modo de subjetivação senhorial.

Palavras-chave: Escravidão; Racismo de Estado; Penal.

Autor (es): Selma Maria da Silva

O RACISMO INSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ATIVISTAS NEGRAS

Por compreender o racismo institucional como um dado político presente, em nossa sociedade. Propomos análise do percurso de ativistas negras antirracistas e feministas egressas “Curso Normal”, no Instituto Educação do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade da década de 1970, do século XX, hoje denominado Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, sob a gestão da Fundação de Apoio as Escolas Técnicas. Dentre as ativistas negras destacam-se: Vanda de Souza Ferreira e Neusa das Dores Pereira, respectivamente líderes feministas atuantes em prol das políticas públicas de combate ao racismo e promoção da equidade de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: Racismo institucional; Antirracismo; Mulheres negras.

Autor (es): Wesley Paulo Peixoto

RACISMO NA ESCOLA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O ESTUDANTE NEGRO

Trata-se de uma pesquisa em andamento, que procura investigar como o racismo institucional escolar pode causar consequências para o processo de construção e (re) afirmação da identidade do estudante negro do Ensino Médio. Parte-se da hipótese de que a discriminação racial, presente na escola, produz efeitos que interferem no processo de construção e (re) afirmação da identidade negra no espaço escolar, tendo como consequência o aumento das taxas de repetência e evasão escolar dos estudantes negros. A metodologia da pesquisa a terá abordagem de natureza qualitativa (MINAYO, 2001) e será realizada

uma entrevista semi-estruturada (TRIVIÑO, 1987). Para a análise das entrevistas será utilizado o método de pesquisa narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2011). Como referencial teórico tem-se: Racismo na escola (PIMENTEL, SILVA, SANTOS, 2015; MUNANGA, 2005); Juventudes (DAYRELL, 2007); Identidade negra (GOMES, 2004).

Palavras-chave: Racismo na escola; Juventudes; Identidade negra.

Autor (es): Vinicius Ferreira Baptista

INTERSECCIONALIDADE, CRÍTICA E MUDANÇA SOCIAL - UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente resumo objetiva contribuir acerca da Interseccionalidade aplicada à análise de políticas públicas. Por políticas públicas, entendemos a materialidade da ação estatal, em conjunto ou não, com esforços da sociedade civil organizada e atores de interesse privado, em termos de problemas considerados públicos e de relevância social. Assim, intuímos a Interseccionalidade, como proposta de interlocução de processos não-lineares, múltiplos e não necessariamente opostos nem conflitantes, que organizam estruturas de forma sistêmica, política e multidimensional. Nos apoiamos em Kimberlé Crenshaw (1989), Collins & Bilge (2016), que consideram a mesma como interpretação da realidade de pessoas até então marginalizadas pelas teorias sociais dominantes e que desconsideravam como o próprio sistema de dominação objetiva esta invisibilização como método em si. Collins (2019), Carastathis (2016), Hancock (2015) e Nash (2019) consideram a Interseccionalidade não apenas uma proposta teórica, mas também propositiva, que permite construir bases descolonizantes. Entendemos a Interseccionalidade, assim, a partir de três pontos: 1) aporte teórico; 2) ferramenta analítica; 3) teoria crítica. Portanto, acreditamos que, no âmbito de políticas públicas, a Interseccionalidade permite construir análises mais robustas quanto aos processos estruturantes da opressão não-lineares, não-essencializantes, não conflitantes e necessariamente sistêmicos, históricos e opressores.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Políticas Públicas; Estrutura; Opressão.

Autor (es): Tatiana Moreira Oliveira

PRECISAMOS FALAR SOBRE RAÇA, GÊNERO E POBREZA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O presente trabalho tem como base a pesquisa realizada no mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, tendo como campo de pesquisa a atuação em uma Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da capital fluminense. A proposta apresenta como tema o acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir da problematização em relação à raça, gênero e pobreza. O campo de pesquisa trouxe questões sobre o perfil das famílias quando abordamos à proteção à infância. Por que essas famílias são em sua maioria negras, pobres e com a mulher como única figura responsável pelos filhos? A partir da pesquisa foi possível entender que há um processo histórico que leva essas famílias às condições de precariedade e de questionamento em relação ao cuidado com os filhos.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Raça; Gênero

Autor(es): Nathan dos Santos Alves

PRETO, POBRE E DA PERIFERIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL POR MEIO DA GUERRA AS DROGAS

Apesar do paradigma proibicionista ter suas origens na modernidade, a intensificação da repressão dos entorpecentes e psicoativos, ocorre no século XX nos EUA, com origens racistas e se espalha por inúmeros outros países, com a chamada “Guerra as Drogas”, passando a ser um dos principais focos da ação dos mais variados aparelhos de Estado, principalmente o de segurança (polícia). Neste contexto, o presente trabalho busca estabelecer como parâmetro para análise das consequências da criminalização

das ditas drogas na população negra, focando-se mais especificamente nos efeitos da mesma, em sua juventude masculina, a fim de assim evidenciar o racismo institucionalizado, que se dá por meio de uma bio-necropolítica.

Palavras-chave: Guerra as drogas; Racismo Institucional; Bio-Necropolítica.

Autor (es): Michelly Ferreira Da Silva

PRODUÇÃO DE INSEGURANÇA: A FAVELA COMO INIMIGA DA SOCIEDADE

Atualmente a insegurança tem se configurado como um dos principais problemas na sociedade e por isso há um certo clamor do povo por segurança. A partir do clima de insegurança instaurado, é criado o perfil de inimigo que está localizado nas favelas, sendo este culpabilizado por toda insegurança e desordem na sociedade. Segundo Coimbra e Nascimento (2005) em nosso mundo globalizado pelas práticas é comum associar periculosidade e criminalidade à situação de pobreza. Um desses efeitos é os extermínios que ocorrem cotidianamente contra a juventude pobre e preta periférica a partir de características atribuídas à essa juventude que são tomadas como se fossem uma natureza, sendo, portanto, inquestionáveis, servindo de justificativa e legitimação das práticas de extermínio por parte do Estado. A violência que acontece nas favelas pode ser explicada a partir do que Mbembe (2018) entende por necropolítica, que é o estabelecimento de quem deve viver e quem deve morrer. As mortes que ocorrem neste território são naturalizadas justamente devido a produção das classes perigosas, que articula pobreza, racismo e criminalidade para que assim a figura do inimigo seja definida e o Estado obtenha o direito de decidir quem na favela deve viver e quem deve morrer.

Palavras-chave: Favela, Insegurança, Necropolítica

Autor(es): Sarah Elisa Luciano Araújo dos Santos

MÃES ATIVISTAS: O ATIVISMO COMO CONTRAPOSIÇÃO AO DISCURSO RACIAL SOCIALMENTE CONSTRUÍDO SOBRE O CORPO NEGRO

Este trabalho tem por objetivo refletir a respeito do ativismo realizado por mães de vítimas de violência letal, na Baixada Fluminense, região periférica do estado do Rio de Janeiro. Entendendo-o enquanto situado para além de uma busca por justiça, mas englobando também uma contraposição ao discurso racial socialmente construído a respeito do corpo negro na sociedade brasileira. Aqui, busca-se evidenciar o caráter relacional entre esse discurso e a naturalização da morte corpo negro como sendo a base do genocídio que atinge, principalmente, aos homens jovens deste território. Utilizando como categorias norteadoras da discussão os conceitos de Raça ((SEYFERTH, 1986), (d'ADESKY, 2009) e (ALMEIDA, 2018)), Racismo Estrutural (ALMEIDA, 2018) e Necropolítica (MBEMBE, 2015), pretende-se realizar uma revisão de literatura das categorias visitadas e destacar o movimento de mães como contraponto a um discurso estabelecido e em curso que corrobora para o racismo e culmina na morte de muitos jovens negros na Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Ativismo; Baixada Fluminense; Violência.

Autor(es): Gabriel Lima Simões

RACISMO E VIOLÊNCIA COMO POLÍTICAS DE ESTADO

Na sua missão de preservar seu poder de controle sobre a população, o estado não se poupa de utilizar a violência como política de intervenção e higienização social. O próprio estado segrega a população e traça o perfil das pessoas que ele deseja fazer viver. Em nome do bem estar desses selecionados como cidadãos de bem, dá-se início a caça àqueles que, por questões como raça, cor, gênero, condição sócio-financeira ou local de moradia, são automaticamente considerados como ameaças. São recorrentes os casos em que direitos humanos são fragilizados e violados por agentes policiais, deixando suas vítimas sem ter a quem recorrer, uma vez que se torna inviável fazer denúncias de violações aos próprios

violadores. O estado não se dá ao mínimo de esforço para justificar a condição de subcidadania que acomete a vida dos moradores das favelas. Quando uma operação policial invade uma favela, promovendo os assustadores e intermináveis tiroteios, onde fica a preocupação do estado com a segurança das pessoas que estão em meio àquele fogo cruzado e não possuem vínculo com o tráfico, que supostamente a polícia está ali para combater? Durante os 10 meses de intervenção federal no Rio de Janeiro, em 2018, ao invés da promoção de ações de inteligência para desarticular o crime organizado, viu-se centenas de operações de confrontos e ocupações policiais em favelas. A quem essa outra parcela da população poderá recorrer quando se sentir em perigo?

Palavras-chave: Favela; Racismo de Estado; Violência policial.

Autor (es): Eliane Almeida de Souza e Cruz

DECOLONIZAR O CORPO DISCENTE: A MEMÓRIA DA DOR NESSES CORPOS

Essa comunicação é fruto da conclusão de um trabalho de pesquisa realizado no IFRJ-SG (2016) que buscou um tratamento teórico-metodológico – da materialidade de relatos (entrevistas e questionários) da memória da dor de corpos negros de um determinado grupo de discentes. A intenção de análise é apresentar uma reflexão sobre os constructos epistêmicos de negação do corpo negro (não ser humano) e um fetichismo ao corpo branco (ser humano) que se constituem como elementos da sedimentação de um racismo à brasileira, que corrobora como um instrumento ideológico da violência tanto física quanto simbólica na população negra, e que gera problemas psicossociais que serviram para a negação do corpo negro e um fetichismo ao corpo branco (elementos fundamentais para a Colonialidade do Ser). Assim, a desconstrução dessa negação, através de ações pedagógicas decoloniais possibilitam novas identidades e de uma autoestima desse corpo negro no ambiente escolar e no cotidiano dos espaços sociais; além, de novas perspectivas epistêmicas e de positividade da História da África, da Cultura Africana e Afro-Brasileira (Lei 10.639/03).

Palavras-chave: Corpo Negro, Lei nº 10.639/03; Colonialidade; Decolonialidade do Ser.

Autor (es): Paulo Armando Esteves Martins Viana

ENTRE ÍNDICES DE VULNERABILIDADE SOCIAL E MORTIFICAÇÕES

A vulnerabilidade social é um conceito amplamente utilizado no campo das políticas públicas e das ciências humanas, por isso, muitas vezes naturalizado, reproduzido e saturado por ser irrefletido. Esse trabalho pretende apresentar meu projeto de pesquisa no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, cujo mote é construir uma genealogia do conceito de vulnerabilidade social nas políticas sociais, problematizando, portanto, a vulnerabilidade social como uma evidência que qualifica populações e situações como vulneráveis/ vulneráveis sociais e que está amplamente disseminada nas práticas/discursos dos profissionais operadores das políticas e nos documentos normativos das mesmas. Busco também cartografar os movimentos de resistência insurgentes em meio às práticas de cuidado da população qualificada como vulnerável através da utilização do diário de campo. Algumas perguntas têm sido fundamentais para a construção do meu problema de pesquisa, quais sejam: por que supomos vulnerabilidade a algumas populações? Quando supomos vulnerabilidade a alguns, estaríamos supondo invulnerabilidade a outros? O que, no campo das políticas sociais, insistimos em nomear como vulnerabilidade social? Que saberes queremos desqualificar ao supor vulnerabilidade social a algumas populações? Além disto, as articulações da vulnerabilidade social com o racismo de Estado, este mesmo que, segundo Foucault, autoriza o Estado biopolítico a matar, são fundamentais para este trabalho. Argumentamos que o acionamento do conceito de vulnerabilidade social e de seus agenciamentos práticos pretende obscurecer a produção da pobreza como efeito político da própria desigualdade social, do Estado biopolítico e do capitalismo.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Biopolítica, Racismo de Estado

Autor (es): Sara Cristina Gomes Barbosa da Silva

MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO: HISTÓRIAS DO PASSADO E DO PRESENTE

Investigo a constituição do magistério das escolas públicas do município de Iguassu, com ênfase no período entre 1929 e 1935. Através de Mapas de Frequência Escolar, identificou-se uma professora negra chamada Camilla Leonidia Netto que, tendo concluído o curso na Escola Normal de Niterói em 1903, chegou a receber gratificação adicional por ter completado trinta anos de exercício no magistério. A temática do acesso dos negros à escola é relativamente recente no campo da história da educação. Assim, estudar as professoras negras que existiram na história me faz problematizar a minha própria trajetória: frequentemente escuto comentários associando-me a empregadas domésticas ou faxineiras. Não desmereço o trabalho doméstico, pois fui empregada doméstica durante anos. Mas, hoje sou uma mulher negra, estudante de pedagogia na Universidade Pública na Baixada Fluminense, cotista, bolsista e pesquisadora de iniciação científica. Minha vida foi cheia de obstáculos e na escola não foi diferente.

Palavras-chave: Mulheres negras; Professoras; História da Educação; Baixada Fluminense.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4

Gênero, feminismos e corponormatividade: intersecções possíveis.

- Autor(es): Larissa Lagos de Souza Lemgruber

O DIREITO À PRIVACIDADE NA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: UMA ANÁLISE DO CASO ROE V. WADE

Este trabalho visa suscitar o debate com relação à interrupção voluntária da gravidez à luz das garantias fundamentais previstas na Constituição Federal, em especial, do direito à privacidade (art. 5º, X, CF). Para tanto, será feita uma breve análise acerca do julgado 410 U.S. 113 (1973): o caso Roe v. Wade. Assim, é fundamental que a postura punitivista do Estado seja revista com o intuito de dar efetividade aos direitos individuais femininos. O estudo em comento, portanto, possui o condão de traçar um panorama geral no que diz respeito à interrupção voluntária da gravidez, demarcando, inicialmente, as distinções entre os conceitos de público e privado. Em momento posterior, terão enfoque os aspectos constitucionais, em especial o inciso X do artigo 5º da CRFB/88. Por fim, será realizado exame do caso norte-americano mencionado nas linhas acima para fins de aplicação da pesquisa elaborada.

Palavras-chave: Interrupção Voluntária da Gravidez, Direito à Privacidade, Direitos Fundamentais.

- Autor(es): Marilha Boldt

LEI MARIA DA PENHA NAS ESCOLAS

No Brasil temos a terceira melhor Lei, segundo a ONU, mas somos o quinto país que mais matam mulheres no mundo. As políticas públicas atuais não visam a prevenção, como previsto na Lei Maria da Penha e na Convenção de Belém do Pará é necessário que aspectos legais e psicológicos acerca da violência sejam realizados na educação básica. Somente dessa forma através da educação veremos uma efetividade no combate à violência de gênero.

Palavras-chave: Violência, Gênero, Educação

- Autor (es): Roberta Pinheiro Piluso

DEFICIÊNCIA E GÊNERO: INTERSECÇÕES POSSÍVEIS EM UMA PERSPECTIVA DO CUIDADO

O presente artigo almeja realizar uma abordagem acerca da centralidade das relações de cuidado nos estudos da deficiência e de gênero. Tem a finalidade de indagar e compreender as intersecções possíveis entre os campos de estudo, por meio de um diálogo interseccional, que considera ainda outros marcadores sociais da diferença, como raça, classe, idade, sexualidade e etc. Dessa forma, pretende-se

lançar um novo olhar sobre o Modelo Social Clássico da Deficiência que necessita incorporar a centralidade à questão do cuidado e da interdependência como aspectos essenciais à vida das pessoas com (e sem) deficiência.

Pretende-se ainda analisar a dimensão do cuidado como categoria em disputa no campo dos feminismos, em que a figura da cuidadora é vista de modo naturalizado como feminina e por isso desvalorizada, e também no campo jurídico, especialmente no momento em que emergem novas normas e demandas jurídico-sociais, tais como a regulamentação da categoria de cuidadoras/es.

Palavras-chave: feminismo, gênero, deficiência, interseccionalidade

- Autor (es): Hugo Rosa Alves Almada

INVISIBILIDADE TRANS: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DAS ABORDAGENS SOBRE VIOLÊNCIA LGBTI E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Debates sobre gênero e sexualidade tem se tornado centrais para a compreensão das relações de poder que permeiam a sociedade. Este trabalho tem por objetivo trazer a luz a invisibilidade de pessoas trans em relação às políticas e pautas presentes nos movimentos LGBTI e de mulheres. Até mesmo o Estado se omite na garantia dos direitos desse subgrupo, ao não o tratar em suas especificidades e não levantar informações que facilitem a produção de políticas públicas eficazes. Uma vez que apresentam singularidades e aspectos que diferenciam suas identidades daqueles que são dominantes nos mencionados movimentos, há como consequência a falta de dados concretos a respeito da violência sofrida pelo recorte trans, que se faz presente em ambos os grupos. Para isso, adota-se uma perspectiva interseccional e se faz uso dos conceitos de sub e superinclusão, utilizados por Crenshaw (2002), para análise das problemáticas envolvidas na produção de políticas públicas que atingem este grupo.

Palavras chaves: Interseccionalidade, Violência, Invisibilidade Trans, Políticas Públicas.

- Autor (es): Margareth Maura Dos Santos

VOZES SILENCIADAS: A LUTA PELO EMPODERAMENTO DE MULHERES SURDAS NEGRAS

No Brasil, as mulheres negras têm lutado por seus direitos, espaço e visibilidade por séculos. Nas últimas décadas, diversos movimentos, como o feminista negro, denunciam e discutem sobre as questões de racismo, gênero e violência. Este estudo tende a refletir sobre o papel da mulher negra e surda num cenário nacional de resistência, militância e reivindicação por sua identidade, sua língua e seu pertencimento na sociedade brasileira. Por tratar de sujeitos silenciados há anos e marginalizados, sofrem

além da discriminação racial, há os aspectos de gênero numa sociedade machista, ainda, o não reconhecimento de sua língua, a Libras, como sua língua materna. Apesar de a Libras ser oficialmente certificada como a primeira língua dos surdos no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Surda, Resistência

- Autor (es): LAIS GOMES

NEM SURDA NEM OUVINTE: UM ENCONTRO DE UMA ESTUDANTE DE PEDAGOGIA COM UM ALUNO SURDO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A inclusão não é uma novidade nas escolas, nem tão pouco nas universidades, apesar das dificuldades que enfrentamos diariamente com inúmeras defasagens no processo da garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Escrevo minha experiência como estudante com deficiência auditiva (DA), mulher negra do curso de pedagogia da UERJ/FEBF, participante como voluntária do Projeto de Extensão “Diálogos com inclusão e mediação”. Este artigo busca compreender a construção da identidade da pessoa DA, pois não é nem totalmente surda e nem totalmente ouvinte, criando mecanismos e estratégias para o processo de aprendizagem ao longo da formação. A partir da minha experiência corporificada da deficiência, observei um aluno surdo no estágio obrigatório que realizo no Curso Normal – Formação de Professores - em São João de Meriti – RJ. Surgiram perguntas pra mim, como: por que ele frequenta o colégio Normal e não o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES? A escola Normal tem práticas inclusivas de fato? Terá sofrido preconceito aquele único estudante surdo? Para construir respostas, elaborei um questionário com essas perguntas para dialogar com o estudante surdo. Com isso, busco analisar como aquela escola lida com as questões da surdez, em uma investigação através dos olhos e da percepção de um estudante surdo.

Palavras-chave: Surdez, Escola Normal, inclusão, experiência.

- Autor (es): Danielle Stumbo Barbier

UM NOVO OLHAR NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA PARA DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

Conto essa história a partir de experiências vivenciadas durante minha trajetória de vida, que me trouxeram até aqui para ressignificar e aprender, através de desafios e possibilidades que a educação especial inclusiva tem me proporcionado no dia a dia. Preciso contar também que eu mesma passei por um processo durante minha infância, que se dava fora escola, para atendimento especializado, visando o

desenvolvimento de funções psicomotoras. Atualmente, enquanto estudante de Pedagogia, pude ver o quanto tenho ainda a aprender diante desse vasto campo, os avanços na educação inclusiva, as necessidades, conquistas, inquietações durante esse percurso. Busquei estágios na área de educação especial e inclusiva, o primeiro foi em uma Escola Municipal do Rio de Janeiro, situada no bairro de Paquetá. A segunda, no Instituto Benjamin Constant (IBC), uma escola especializada na escolarização de crianças e jovens cegos e com baixa visão, e também com outras deficiências. Nesses estágios, aprendi muito com as/os alunas/os, com as famílias deles, com docentes e todos os profissionais envolvidos. No IBC, as possibilidades de serviços de apoio à inclusão eram ampliadas, com maior acesso a profissionais de uma equipe multidisciplinar, o que proporcionava uma rede de apoio aos alunos e suas famílias. No cenário atual, vemos mais uma vez a ameaça aos direitos das pessoas com deficiência, especialmente o direito a educação. Questionamentos internos foram ganhando lugar em mim, a transformação no modo de ver as potencialidades que aquelas crianças podiam alcançar, respeitando o tempo de cada uma, suas diversas singularidades, subjetividades, conquistas diárias no processo de desenvolvimento. Isso me levou a desfazer alguns preconceitos e perceber com maior aceitação as diferentes possibilidades de cada pessoa. O que me chamou muito a atenção foi o trabalho realizado com o professor de música, em atividades com as crianças em relação a seu processo de desenvolvimento social por meio da música, deixando espaço para elas se expressarem.

Palavras-chave: formação, estágios, educação inclusiva, deficiência

- Autor (es): Caroline Moraes S. de Lima

CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA: CARTAS ENTRE UMA ESTUDANTE E(M) FORMAÇÃO E UMA PROFESSORA MAIS EXPERIENTE

Este trabalho resulta da troca de cartas entre mim, jovem estudante de Pedagogia da FEBF, e uma colega, professora mais experiente (Silvania), que retornou à formação em Pedagogia também na FEBF. Ambas participamos do Projeto de Extensão “Diálogos com inclusão e mediação”, onde nos conhecemos e demos início a um diálogo entre nós, baseado em nossas experiências em relação com a deficiência. Tenho um irmão mais novo com Síndrome de Down, identificada no momento do nascimento dele. Enviei uma carta para Silvania contando a experiência que vivenciei com minha família quando meu irmão foi matriculado, com a melhor das intenções, em uma escola privada em Duque de Caxias. No entanto, a escola rejeitou meu irmão, argumentando não estar "preparada" para recebê-lo e que a única solução seria minha família “contratar uma enfermeira” para oferecer cuidados a ele na escola. Naquele ano, a criança não estudou e meus pais encontraram uma escola somente quando mudamos de município. Nesse último ano, ele passou a frequentar uma escola pública em Maricá, onde tem uma

mediadora que o acompanha nas atividades. A escola envolve a família e a comunidade e pratica processos de inclusão que contemplam a todos. As professoras da escola participam de eventos de formação continuada promovidos pelo município e isso se presentifica em ações cotidianas, como apresentações entre as crianças que explicam o que é a Síndrome de Down. Sylvania recebeu minha carta e me contou de uma experiência que ela teve muitos anos atrás, em que ela pôde aprender observando uma colega professora que, mesmo não tendo formação superior ou específica para a educação inclusiva, dedicou-se a promover as potencialidades de uma criança também com Síndrome de Down. Compreendo que os processos de inclusão passam pelo coletivo da escola e que é preciso uma mudança nas ações, uma transformação nas práticas. Temos desenvolvido essa sensibilidade nas atividades do projeto de extensão na FEBF, em que discutimos concepções de deficiência e aprendemos com as leituras, com a escuta de experiências das participantes e com trocas entre nós, tais como a escrita das cartas que trocamos.

Palavras-chave: Concepções de deficiência, exclusão, inclusão, Síndrome de Down, formação

- Autor (es): Sylvania Monteiro

ESCRITAS EM DOIS TEMPOS: CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA EM CARTA A UMA ESTUDANTE DE PEDAGOGIA

Este trabalho resulta do recebimento de uma carta de uma jovem estudante de Pedagogia da FEBF (Caroline) e a resposta para ela que eu escrevi – sou uma professora mais experiente que retornou à formação em Pedagogia na FEBF, para a segunda graduação depois de 15 anos fora da universidade. Ambas participamos do Projeto de Extensão “Diálogos com inclusão e mediação”, onde nos conhecemos e demos início a um diálogo entre nós, baseado em nossas experiências em relação com a deficiência. Caroline tem um irmão mais novo com Síndrome de Down, identificada no momento do nascimento. Eu atuo como professora no ensino fundamental há mais de 20 anos em escolas da Baixada Fluminense, onde tive diversas oportunidades de interação com crianças com deficiência em situação de inclusão e, em algumas delas, de ter em minha turma crianças com deficiências, que receberam diagnósticos médicos ou não. Caroline relatou para Sylvania a experiência que vivenciou com sua família no momento em que seu irmão foi matriculado, com a melhor das intenções da família, em uma escola privada em Duque de Caxias. No entanto, a escola rejeitou a criança, argumentando não estar “preparada” para recebê-la e que a única solução seria a família “contratar uma enfermeira” para oferecer cuidados na escola. Recebi a carta de Caroline e dialoguei com ela, contando uma experiência que tive há mais de 20 anos atrás. Minha reação foi o questionamento da lógica medicalizante que pautou a escola que rejeitou o irmão de Caroline e a incompreensão daquela instituição acerca da função pedagógica que tinha a

desempenhar. Temos desenvolvido essa sensibilidade nas atividades do projeto de extensão voltado à formação continuada de educadoras/es, aprendemos com as leituras, com a escuta de experiências das participantes e com trocas entre nós, tais como a escrita das cartas que vamos apresentar.

Palavras-chave: deficiência, experiência, escola, formação

- Autor (es): Marcela de Toledo Piza Costa Machado

A NATURALIZAÇÃO DA MORTE DA MULHER NEGRA: DESENCARNE COLETIVO E GRADUAL PROMOVIDO PELA SOCIEDADE.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar como as mulheres negras são o principal alvo no que se refere ao feminicídio negro na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, apresentamos como referencial teórico um panorama acerca do feminismo e sua relação com gênero e patriarcado, provocando reflexões acerca do feminismo negro e suas intersecções no Brasil. A partir disso, a discussão do tema é iniciada, dando um enfoque para o feminicídio negro.

Palavras-chave: feminicídio negro, interseccionalidade, feminismo negro

- Autor (es): Patricia Priscila Costa Rangel

A RELAÇÃO DA INTÉRPRETE DE LIBRAS COM DUAS CRIANÇAS: AUTONOMIA E NOVAS CONEXÕES

Trabalhei no período de seis anos como intérprete de Libras em uma escola pública em Piabetá, município de Magé. Acompanhei duas crianças Surdas no ensino fundamental I, que mudaram minha forma de ver a educação. Elas tinham também a chamada paralisia cerebral e não se comunicavam em Libras ainda, uma era negra e a outra branca. Quando comecei a interpretar percebi nelas o olhar perdido, o que me dizia que nada entendiam.

Começamos juntos a compartilhar experiências, aprendíamos e ensinávamos uns aos outros o tempo todo, na verdade acho que eles me ensinaram mais do que eu a eles. Todos os dias fazia tudo o que estava ao meu alcance para fazê-los embebedar-se dessa língua da qual eram donos e não sabiam.

As professoras das turmas regulares manifestavam desinteresse pelos alunos Surdos e comodismo diante da presença da intérprete. Somente um professor de leitura, apesar de não ter formação e experiência previa, mostrava-se disponível e levava atividades adaptadas para os alunos em situação de inclusão. Os familiares desconheciam a cultura Surda e os funcionários da escola eram piedosos, como se a

deficiência fosse uma tragédia, não permitiam aos alunos ter autonomia, foi aí que nossa caminhada realmente começou. Cada dia provávamos para a comunidade escolar que eles eram capazes de fazer novas conexões e foi gratificante ver os olhos das responsáveis (uma avó negra e uma mãe branca), marejados quando perceberam que seus filhos não eram inválidos.

Palavras-chave: Surdos, intérprete, Libras, processo de inclusão.

- Autor (es): Erica Portilho

O PECADO DA POLIGAMIA OU A IDEOLOGIA PATRIARCAL? A LIBERDADE SEXUAL DAS MULHERES NAS SOCIEDADES Matriarcais Afrikanas

As narrativas quase sempre ocuparam papel fundamental no processo de representação mental coletiva sobre alguns conceitos e com o matriarcado não foi diferente. Seguindo o paradigma dinâmico da ciência cognitiva e seus caminhos paralelos e bloqueios conceituais, buscamos outras abordagens, inclusive abordagens não-computacionais e principalmente poliracionalistas, que nos auxiliem na reflexão sobre a poligamia. O pecado da poligamia ou a ideologia patriarcal? Investigando as origens que condenam as relações poligâmicas ao status de promiscuidade, propomos uma reflexão acerca da base de constituição da moral que norteia o certo e o errado na sociedade brasileira. Partindo da investigação da dissertação de mestrado defendida por uma das autoras, propomos uma revisão histórica das teorias que condenaram a poligamia e como ela foi etiquetada como o pecado da promiscuidade praticado pelas “sociedades primitivas”. Os teóricos ocidentais do matriarcado: Lafitau, Bachofen, McLennan, Morgan e Engels, analisados a partir de um quadro conceitual que sistematiza a codificação das unidades consensuais entre estes autores, nos ajudam a refletir como “padrão estabelecido por deus” organizou a ideologia que difundiu um conceito “universal” sobre a poligamia, como pecado contra a moral etnocêntrica euro-cristã. O discurso concêntrico tem criado verdades globalizadas, como únicas formas de entender e vivenciar o mundo. Nosso objetivo principal é refletir sobre outras possibilidades de arranjos e organizações familiares, a partir de práticas de matrimônio dissociadas da monogamia, instituída como único paradigma aceitável dentro da estrutura social brasileira. Outro objetivo é refletir a partir das sociedades matriarcais africanas, porque nos desdobramentos da poligamia: poliginia (casamento de um homem com mais de uma mulher) e poliandria (casamento de uma mulher com mais de um homem), somente a poliginia tem quase que unanimidade de aceitação, enquanto a poliandria, é mais passível de criminalização e repúdio. O que as sociedades matriarcais africanas e pindorâmicas podem nos oferecer em termos de argumentos que contestem as bases morais que não contemplam as experiências e as demandas das populações afro-pindorâmicas? O presente artigo é o estudo preliminar sobre um tema altamente complexo e que precisa ser debatido, em tempos de uma guerra de retorno ao

fundamentalismo e as tensões da quebra de paradigmas cristalizados como verdades absolutas, legitimados pelas antigas estruturas coloniais vigentes em nossa sociedade até os dias de hoje.

Palavras-chave: Poligamia. Matriarcado. afro-pindorâmicos. poliandria

- Autor (es): Andréa Nunes

REVERBERAÇÕES DE UM CORPO EM MEIO À OCUPAÇÃO DURANTE O GOLPE MISÓGINO

O espetáculo a partir do qual construímos análises acerca dos trânsitos, das poéticas e políticas do corpo é resultado do Fomento às Artes, da Secretaria Municipal de Cultura – RJ – 2016/2017 (disponível em: <https://www.facebook.com/125645387450116/videos/1462691080412200/>). A obra faz parte do repertório da Pulsar Companhia de Dança, criada há 19 anos, foi concebida e é dirigida por Maria Teresa Taquecehl y Saiz. A Cia. é composta por atores, bailarinos pessoas com e sem deficiência; dedica-se à construção de obras coreográficas em dança contemporânea e, em sua pesquisa, reflete a multiplicidade dos sujeitos e a produção artística entre corpos ímpares, com resoluções próprias de movimento. Tem, entre seus referenciais teóricos, a conscientização pelo movimento, metodologia Angel Vianna, e integra o Núcleo de Coreógrafos da Escola Angel Vianna/RJ.

O espetáculo em questão, “Vizinhanças de Renata”, é sexto trabalho da Cia e foi a primeira obra na qual vivenciamos entre os componentes da Cia a experiência de compartilhar a criação com uma atriz e dançarina cega. Este foi também o primeiro trabalho no qual buscamos caminhos para, com a dança, acessar o público com cegueira ou baixa visão. É composto por sete bailarinos: quatro mulheres e três homens e a pesquisa coreográfica se baseou em solos criados por cada intérprete. Na ideia das vizinhanças, surgem as camadas, os contornos, os entornos e as sutilezas. Na pausa, com espera e suspensão, temos o vazio, a liberdade, a possibilidade de escuta e a autonomia que se dá na alteridade, onde se descobre que a diferença de cada um se dá no outro. Convivências – Vizinhanças. O objeto deste estudo é a dança pela Pulsar e se delimita à análise pela perspectiva do intérprete-criador em “Vizinhanças de Renata”, apresentado no final de 2016 no Centro Cultural da Maré, no Teatro Angel Vianna e no Teatro Cacilda Becker.

A cena em observação foi criada diante dos impedimentos democráticos da continuidade do governo de Dilma Rousseff e, portanto, marca fissuras necessárias de registro no tempo, no espaço e na relação com a sociedade em reverberações tardias ou não. A encenação em análise é o solo de Andrea, ele aconteceu no processo de criação de um corpo n@ OcupaMincRJ e, de modo possivelmente diferente dos demais componentes da Cia, me encontrava implicada de modo singular com a resistência ao que acontecia na Presidência do Brasil. A partir dessa experiência, as reverberações de um corpo em meio a um golpe misógino contornaram a minha pesquisa, já que eu habitava na ocupa e precisava me deslocar para o

ensaio em outro bairro da cidade e retornar para a ocupação, onde organizávamos cotidianamente a luta política, inclusive do Setor da Dança.

Como afirma Araújo (2018), desde o período eleitoral até o golpe de impedimento de Dilma, observações sistemáticas mostram um matiz misógino que tentou desprovê-la de qualquer virtude política. “O gênero foi acionado na maioria das vezes como recurso negativo da figura pública da mulher Dilma Rousseff” (Araújo, 2018, p. 48).

A OcupaMincRJ não protagonizou sozinha a reação do Setor Cultural em relação à extinção do Ministério da Cultura, mas esteve entre os primeiros coletivos que se mobilizaram pra resistir. O fenômeno das ocupações se deu em diversas cidades. No meu caso, tão logo soube da mobilização entre a classe artística para aquele levante inicial, não hesitei. Houve o medo do desmonte ministerial, mas em mim a ocupação não se deu exclusivamente pelo “fica MinC” e sim, primeiramente, pelo #foratemer# e pela defesa da democracia nacional. Naquela experiência, fizemos rodas de lutas contínuas e incansáveis e, entre alguns de nós, a indignação não se bastava pelo fica MinC, capaz de reduzir a causa maior: o golpe parlamentar-administrativo e jurídico que enfrentamos, movidos pela não aceitação do golpe misógino contra a primeira presidenta eleita no Brasil.

Diante de tudo o que vivíamos no país, nós do Setor da Cultura naquela época tínhamos responsabilidades profissionais e de criação para realizar. Tínhamos compromissos com recursos públicos e vivíamos também impedimentos, nossos corpos não desviavam da questão e precisávamos seguir na criação e, portanto, muitos de nós lá ocupados produzimos por dentro daquela experiência.

É importante destacar que o atravessamento do golpe de 2016 não foi estabelecido como tema de pesquisa da Pulsar, ocorreu é que cada intérprete teve livre criação em suas frases de movimento que viessem a tratar de suas convivências e vizinhanças. Em mim, quando percebi, estava implicada com o acontecimento. Portanto a pesquisa de movimento que abordo aqui trata de pesado e peso (do corpo) que hipoteticamente podem ou devem suportar torções – implicam esforço ao corpo e, corpo, no tempo-corpo-espaco. Por meio de interseções para coexistirem campos de fuga e potencializar vidas. Estas transversalidades também versam sobre a dança falada que se faz presente na obra – uma audiodescrição cênica, ou seja, uma dança que se estabelece pela convivência com uma intérprete cega. Havendo no elenco a particularidade corporal de quem não vê, passamos a descrever a dança que se deve apreender e portanto usamos a fala, mas a fala que descreve o percurso ou a qualidade do movimento. E foi assim, diante do material de assimilação do corpo do outro, que a diretora buscou saídas estéticas para estabelecer na obra uma forma de acessibilidade comunicacional sem necessitar se recursos específicos para um público diferente do vidente, alguns de nós da dança tencionamos sobre o modo como se apresenta uma realidade que não é nova: a presença de pessoas com deficiência no palco e na plateia. Os

corpos com algum impedimento atravessam os corpos esquisitos, como os corpos(des)padronizados revelam imperceptíveis d(n)a realidade entre o estético e o político. Recorrer às teorias de dança, que semeiam pistas para os modos de trabalhar o corpo em fluxos simultâneos e em trânsito entre esses, ativa o corpo como possibilidade de mediações (e não só como corpo). Buscaremos em pensadoras como Christine Greiner e Helena Katz caminhos que nos possibilitem solos e interseções com as ciências humanas. A dança, muitas vezes, é percebida como arte doce, que compõe corpos dóceis apesar da desconfiança das disciplinas impostas ao corpo. E justamente este é um mito sobre o qual nos propomos a trabalhar conceitualmente, já que entre as danças, há àquela dança que carrega também consigo a “oposição binária entre o pesado e a leveza” (BARDET, 2014: 36).

Palavras-chave: CORPO. CEGUEIRA. PESO. OCUPAÇÃO. FEMINISMO

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5

Estado de direito, segurança pública e sistema prisional

- **Autor(es): Uebert Vinicius das Ramos**

FAVELA VIVE 2: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO PENAL E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DO RAP

O presente trabalho pretende discutir sobre o Direito Penal e a política de segurança pública brasileira a partir do rap Favela Vive 2, e, ademais, pensar e construir narrativas no/do Direito a partir da arte, no caso, a música, buscando investigar os lugares sócio-raciais estruturalmente construídos para determinadas pessoas, a estigmatização delas e do território, o Direito Penal do Inimigo, a cultura da morte e a política de guerra às drogas, que, na prática, é direcionada às pessoas. Para tanto, usamos como sustentação os versos insurgentes e problematizadores dos rapper's Lord, BK, Funkero, DK e Mv Bill, bem assim a perspectiva crítica de autores e autoras como Adilson Moreira e suas análises sobre a racialização, as investigações de Marielle Franco sobre territórios negligenciados, as críticas de Juarez Cirino ao Direito Penal do Inimigo, os pensamentos de Silvio Almeida e Eduardo Taddeo sobre as condições de viver para a morte, e, por fim, as reflexões de Juliana Borges sobre encarceramento em massa. Desse modo, ao fazermos entrelaçamentos práticos, teóricos e musicais, percebemos que o Direito Penal e a política de segurança pública brasileira têm como objetivo nuclear manter a rigidez das desigualdades sócio raciais num país que prima por uma sociedade violentamente dividida e estruturalmente desigual.

Palavras-chave: Segurança pública, Direito Penal, Rap; Sociedade violentamente dividida, Cultura da morte.

- **Autor (es): ALICE PANTOJA**

VÍNCULO INSTITUCIONAL, INSEGURANÇA SOCIAL E SURGIMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA.

Ao analisar a evolução da penalidade na década passada evidencia-se que há um liame entre a projeção neoliberal com vistas a atender um projeto ideológico e as práticas governamentais a submissão ao livre

mercado e a potencialização da responsabilidade individual, assim como o desenvolvimento de políticas de segurança ativas e punitivas, centradas nas fissuras e nas margens da nova ordem econômica e moral.

Essa política do livre mercado e da responsabilidade individual carrega consigo seis traços em comum. Mas parece oportuno analisar apenas alguns, já é suficiente. O primeiro deles é o endurecimento e o combate ao crime e às desordens urbanas e as perturbações à ordem pública, colocando um ponto final na era da complacência e, desconsiderando todas as causas geradoras dessa situação. A segunda medida é a proliferação de leis, multiplicação dos centros de detenção, ampliação das medidas tecnológicas no campo da vigilância 24h. na montagem do perfil do criminoso, em tempo real; é a liberdade vigiada e colocada à disposição do aparato de segurança. O terceiro traço em comum, é que através de uma animação midiática e comercial, encontra-se por toda parte a disseminação do discurso da insegurança, da punição, acompanhada por especialistas que disputam entre si soluções drásticas, que vendem aconselhamento e serviços em segurança urbana. Soma-se à isto o quarto traço, que é a guerra contra o crime fundada na repressão, no rotulacionismo de jovens, em sua maioria negros e pertencentes a bairros decadentes, desempregados prostitutas, sem teto, mendigos como sendo responsáveis pelo surgimento de pequenos delitos, que mais à frente evoluirão para a violência urbana e o caos coletivo. Mesmo diante de uma proclamação de um Estado de emergência na política de segurança não houve nenhuma mudança brusca na escala do crime ou da delinquência, ou seja, todo aparato policial e judiciário utilizado para atender essa proclamação, esse clamor não trouxe respostas positivas, não reduziu a criminalidade, não baixou os números da violência. Logo não pode ser legitimada como um passo adiante na eficiência do aparelho repressivo, tampouco reforçar o tratamento das políticas de segurança pública com a legitimação do sniper.

Palavras-chave: Sociedade, segurança e barbárie.

• **Autor (es): Gabriel da Silva Reis**

PARADIGMA COM OBSTÁCULO: UMA ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O presente trabalho analisa a eficácia das audiências de custódia no estado do Rio de Janeiro. O objetivo da pesquisa foi compreender as dificuldades para o controle das ilegalidades no ato da prisão em flagrante. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura a fim de delimitar alguns conceitos importantes e estabelecer um marco teórico e, por fim, analisar empiricamente as audiências. Após a coleta destes dados, foi possível observar, no que diz respeito à previsão legal e precedentes, que a audiência de custódia tem uma estrutura adequada, contudo, há problemáticas na prática que limitam e impedem que seu propósito seja cumprido com êxito, principalmente no que tange a atuação dos juízes.

Palavras-chave: PROCESSO PENAL, DIREITO PENAL, CUSTÓDIA

- **Autor (es): Bruno Joviniano de Santana Silva**

A MATABILIDADE INDIZÍVEL: A VIDA ABANDONADA NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

O presente trabalho busca analisar criticamente o sistema penal carcerário, sob a perspectiva das categorias de estado de exceção, campo, bando e homo sacer, do filósofo Giorgio Agamben. Desse modo, busca-se traçar um paradigma entre o campo e o cárcere, de modo a compreender as violações perpetradas na realidade prisional, como decorrentes de um estado de exceção que se torna a regra nesse ambiente. Nessa ótica, o preso é visto como uma entidade paradoxal que congrega em si a ideia a sacralidade e a matabilidade, troféu de uma sociedade desigual, que contribui severamente para a supressão seletiva de direitos de indivíduos vulneráveis. Nesse pensar, as pessoas privadas de liberdade são postas em situação de abandono pelo poder público que passa a disciplinar os corpos aprisionados, alocando-os em completo despojamento em um panorama de inapetência de direitos que consagra uma vida nua, seca e crua.

Palavras-chave: mutabilidade, homo sacer, bando, campo, seletividade.

- **Autor (es): Helena Rocha Matos**

ESTADO PENAL E DEMOCRACIA: A URGÊNCIA DE UM PROGRAMA PENAL ALTERNATIVO E SUAS INTERFACES COM A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA.

O presente trabalho objetiva contextualizar as possibilidades de alcance de um programa penal alternativo diante da crise de legitimidade do sistema penal. Analisa políticas públicas de alternativas penais sob uma ótica de intervenção penal mínima, desencarceradora e restaurativa a partir do paradigma do realismo marginal. Verifica a relevância institucional e humanitária de um programa alternativo como medida de resistência do Estado Democrático de Direito em face do Estado Penal. Relata as mudanças ocorridas entre 2014 e 2016 no âmbito do Ministério da Justiça e a partir de 2015 no bojo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobretudo o recém lançado “Justiça Presente”, inédita parceria do CNJ com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras-chave: estado penal máximo, política penal alternativa, desencarceramento.

- **Autor (es): Leonardo Mello Silva**

DA CRISE DAS INSTITUIÇÕES DE CONFINAMENTO AO INSUCESSO DA PRISÃO

A falência do sistema prisional adotado no país não é um fato isolado, relaciona-se com questões sociais subjacentes ao esgotamento das possibilidades do que Michel Foucault chamara de sociedade disciplinar. Durante o século XX, as instituições de confinamento se mostraram ineficientes no processo de subjetivação do indivíduo demandando formas de violência e controle colocando em xeque o papel de instituições como prisão, hospital, fábrica e escola. Na realidade brasileira, as políticas públicas para a área da segurança, pautadas no cárcere, além de ineficientes são insuficientes para o número de criminosos não refletindo

apenas a desigualdade social, o racismo e a degeneração econômica, física e moral da população: são expressões de inconciliáveis relações de poder político-econômicas e carecem de fundamentação teórica.

Palavras-chave: políticas públicas, prisão, sociedade disciplinar.

- **Autor (es): Francine de Oliveira Ferreira**

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O presente artigo tem por escopo fazer uma análise dos direitos fundamentais e das condições do preso no Brasil, tendo em vista que tais direitos são tutelados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Execução Penal, contudo, ainda assim não possui a menor garantia a dignidade da pessoa humana e sobrevivência no sistema carcerário. Os direitos fundamentais têm a finalidade de proteção da dignidade humana em geral, e será discutido a violação ao direito do indivíduo condenado criminalmente. Corroborando a Lei de Execução Penal, na qual, também será objeto da pesquisa protege todos os direitos dos detentos, mas na atualidade sem eficácia no do sistema carcerário plano concreto.

Palavras-chave: Preso, Dignidade Humana, Constituição Federal

- **Autor (es): Fernanda Bottari Lobão dos Santos**

SELETIVIDADE SOCIOEDUCATIVA E AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

A população de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro possui um perfil bastante delimitado: 96% são do sexo masculino, 81% possuem entre 16 e 18 anos de idade e mais de 70% se consideram negros ou pardos. O presente trabalho visa analisar os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que discute as práticas psicológicas no que tange à seletividade socioeducativa, partindo do princípio de que a psicologia tem um papel ético de defesa da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, devendo ter em vista a produção de direitos. Perpetuamos a seletividade e a concepção menorista ou reinventamos nosso espaço enquanto técnicos, agindo no sentido de evidenciar os processos de criminalização da juventude pobre e negra, e o conseqüente punitivismo? Enquanto psicólogos, somos engrenagem para a cristalização de uma Justiça racista e elitista ou somos militância em prol da juventude e dos nossos atendidos?

Palavras-chave: Socioeducação, seletividade, práticas psicológicas.

- **Autor (es): Alexandre do Nascimento Pires**

PERPETUAÇÃO DE UM ESTIGMA: A CONFIGURAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE NA REPRODUÇÃO DO ESTADO PENAL

Este pretende-se um ensaio analítico sobre a Baixada Fluminense, como região metropolitana do Rio de Janeiro, na reprodução do Estado Penal, a partir da detecção de uma necropolítica, que se prolifera em um contexto de produção e manutenção do estigma sobre o território e a população. Nesse intuito, apresentaremos e analisaremos o processo histórico que constituiu a região, percebendo as mudanças e

permanências, que formulam o conceito de Baixada Fluminense, uma região marcada pelo abandono, pela falta de planejamento e implementação das políticas públicas, fortemente marcadas pela violência e chacinas. O medo e a insegurança no território foram artifícios fundamentadores das ações públicas na segurança da Baixada Fluminense.

Palavras chaves: Baixada Fluminense – Estigma de violência – Estado Penal – segurança Pública

- **Autor(es): Tatiana Lourenço de Souza**

PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE POBRE E A MITIGAÇÃO DOS MEIOS DE DEFESA NA JUSTIÇA JUVENIL INFRACIONAL

A criminalização de adolescentes em conflito com a lei, é um problema social que se perpetua ao longo da história brasileira. Em pleno século XXI, a conjuntura não se modificou, no que tange aos sujeitos sobre os quais a norma vigente recai, formalizando os processos de sujeição criminal. Dessa maneira, se faz necessário uma reflexão sobre os discursos estigmatizantes que incidem sobre os adolescentes em conflito com a lei, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, lugar que o poder público promove mais políticas de internação do que programas que aceleram o processo de afirmação de direitos básicos. Este contexto fático sugere características de um sistema de justiça, assistido pelo poder judiciário, que abusa do poder punitivo estatal (inquisitório) ao invés de implementar e promover políticas públicas. Neste ponto, o trabalho trouxe o debate sobre a defesa na Justiça Juvenil Infracional como meio de garantir direitos fundamentais previsto pela CRFB/88 e pelo ECA. O artigo mescla a metodologia teórica e empírica. Dentre os resultados encontrados, destacam-se a participação mitigada da defesa ao longo do processo, mais medidas de internação do que medidas de liberdade assistida e a presença de um sistema acusatório com características inquisitoriais.

Palavras-chave: Defesa, Direitos fundamentais e o ECA, Processo de Criminalização de Adolescentes em conflito com a Lei.

11. **Autor(es): Elinton Fabio Romão**

RETROCESSOS NO ATLAS DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DO DISCURSO QUE VISA O DESMONTE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O Atlas da Violência se tornou nas duas últimas décadas uma importante ferramenta para a análise dos dados de segurança pública e da geografia dos conflitos, no último atlas porém detectamos uma pobreza na análise dos dados que nos parece intencional, o Estado que é maior responsável pela segurança pública se vê praticamente isentado de culpa, que recai sobre os jovens, sobre os pessoas cumprimento de medidas sócioeducativas, argumento que para nossa análise faz parte da construção ou fortalecimento de um discurso

pertencente a uma agenda neoliberal de extrema direita que visa o desmonte e/ou alterações das garantias sociais presentes na constituição.

Palavras-chave: Discurso, Neoliberal, Atlas da Violência

12. Autor(es): Aline da Silva Fernandes, Marcela de Toledo Piza Costa Machado

O RIO SOB INTERVENÇÃO

O seguinte trabalho tem por objetivo discutir o contexto da segurança pública no estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, e o processo de adensamento da militarização que levou ao decreto de intervenção federal no estado em 2018. Partindo da conjuntura de implementação da Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) e realização dos megaeventos, vamos traçar um panorama da política de segurança pública, chegando até o momento em que houve o decreto de intervenção federal, explicitando como a mesma apareceu como solução. Dessa forma, queremos pautar como a acentuação da militarização vem se traduzindo na morte de uma parcela específica da população, a negra e pobre do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Segurança pública, intervenção federal, militarização

13. Autor(es): Thaís Loureço e Joel Filho

AS MÚLTIPLAS PUNIÇÕES QUE SOFREM E PASSAM AS DETENTAS NEGRAS NO BRASIL

O objeto do presente trabalho acadêmico tem o objetivo de discutir e evidenciar a desumanização contra a população carcerária negra feminina sinalizando comportamentos racistas, machistas, misóginos e discriminatórios que perpassam suas vidas. As detentas negras além de estarem na condição de presas são prisioneiras de uma realidade ainda mais cruel, na qual as detentas não negras não costumam enfrentar, elas são julgadas e punidas múltiplas vezes pela sociedade brasileira racista, machista e patriarcal. Sociedade esta que aceita com mais naturalidade a prisão do homem negro (pretos e pardos), mas que quando se trata da mulher negra (pretas e pardas) elas são castigadas com formas totalmente diferentes de tratamento dentro e fora da cadeia. Nesse sentido, é do entendimento de todos que não existe raça entre seres humanos, mas que outra justificativa haveria para este quadro histórico, senão o racismo?

Palavras-chave: Racismo, Detentas Negras, Direitos Humanos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6

Recursos naturais, neoliberalismo e soberania nacional: tensões e possibilidades

31. Autor: Fernanda Mariz do Amaral das Neves

Co-autor: Aurélio Lamare Soares Murta

MONITORAMENTO AMBIENTAL DE DRAGAGENS

As atividades de dragagem nas áreas portuárias visam expandir as atividades dos portos e manter uma profundidade adequada nos canais de acesso, nas áreas de atracação e nas bacias de evolução. A dragagem é conhecida por impactar o meio ambiente, e um programa intensivo de monitoramento é uma ferramenta importante para a proteção ambiental. A licença ambiental concedida para dragagem de manutenção deve exigir o monitoramento contínuo das variáveis de água e sedimentos na área de influência direta, antes, durante e após as operações de dragagem. Para afirmar que não haverá efeitos adversos na biota, são necessárias análises biológicas, como testes ecotoxicológicos. Depois é necessário verificar se houve influência da dragagem na água na área de disposição – como aumentos na concentração de sedimentos arenosos e nas concentrações de alguns metais – e se esses compostos estão concentrados para um nível acima do especificado no CONAMA 344/2004. Todavia, um problema que ocorre é a falta de informações ambientais antes da dragagem, o que limita a detecção de possíveis impactos ambientais da dragagem e o pequeno número de locais de amostragem determinados pelo órgão ambiental regulador (INEA) para estabelecer o projeto de amostragem do monitoramento ambiental que não permite análises estatísticas para detectar variações. Assim, recomendamos uma revisão mais detalhada no sistema de licenciamento exigido pelo órgão ambiental.

Palavras-chave: Monitoramento, Licenciamento, Meio Ambiente.

Autor(es): Malu Freitas

Co-autor: Aurélio Lamare Soares Murta

EMISSÕES DE CO₂ EVITADAS PELO USO DO BIODIESEL NO BRASIL

Durante vários anos, a utilização do petróleo para diversas atividades necessárias à vida social, tornou o mundo bastante dependente deste. No entanto, a expansão é insustentável devido a razões ambientais, sociais e econômicas. Dentre combustíveis alternativos, temos o biodiesel, um combustível obtido através do processo de transesterificação de óleos vegetais ou gorduras animais. Dentre as vantagens de uso deste

combustível, destacam-se: ser renovável, diminuir a dependência do petróleo, além de possuir menores índices de emissão de gases do efeito estufa. A partir dos cálculos realizados, levando em consideração o consumo de petrodiesel no Brasil, é possível quantificar as emissões provenientes do seu uso até 2025 e em paralelo calcular as emissões evitadas com uso do biodiesel. Com a necessidade de criar consciência sobre a degradação ambiental, os governos estão trabalhando com empresas para mitigar os impactos ambientais. O Brasil instituiu políticas que mostram que é possível alcançar crescimento econômico e aumentar o uso de fontes renováveis simultaneamente, contribuindo para questões relacionadas às mudanças climáticas, especialmente no campo da energia.

Palavras-chave: Meio Ambiente, combustível alternativo; biodiesel.

Autor (es): Wesley Dias Serafim

Sabrina Xavier G. de Almeida

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO – UFF

O Projeto Gestão de Resíduos Sólidos, criado pela pró-reitoria de Extensão da UFF, foi recentemente implantado na Faculdade de Administração da universidade. Sendo um programa de extensão, atua em parceria com a Enel, distribuidora de gás e energia elétrica, participando do Programa de Eficiência Energética da empresa. O Projeto é um exemplo prático e fácil de disseminação acerca de conhecimentos sobre gestão ambiental – disciplina obrigatória do curso e assunto que vem ganhando espaço nas discussões atuais. O projeto abarca um conjunto de ações que visam preservar o meio ambiente através da coleta e destinação correta de resíduos sólidos recicláveis, como a conscientização do emprego correto das lixeiras dentro e fora das salas de aulas. O projeto também conta com a coleta e descarte apropriado de óleo de cozinha, uma ação que pode e deve ser utilizada para além do ambiente universitário, beneficiando a sociedade como um todo.

Palavras chaves: Gestão ambiental, Resíduos, Parcerias

Autor: Camila Correa

CAPITALISMO VERDE E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA NO DESCARTE DE RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS

O presente artigo tem por escopo examinar, em ótica interdisciplinar, o capitalismo verde como mecanismo de gestão no descarte de resíduos eletroeletrônicos, perfazendo uma análise crítica quanto às práticas anticapitalistas e consumistas como métodos redutores da poluição por obsolescência programada, bem

como as legislações brasileiras e os esforços de organizações internacionais voltados para a redução de impactos ecológicos poluidores, ligados à produção industrial, o consumo e má gestão do lixo, face a interesses políticos, econômicos e sociais, no intuito de promover uma abordagem contextualizada em sede da metodologia investigativa empregada, que compreende a revisão qualitativa bibliográfica, através de um viés crítico e comparativo, examinando também informações quantitativas nas produções mais recentes, num diálogo entre árvores científicas, tendo como pano de fundo a justiça distributiva na teoria da justiça como equidade, de John Rawls (1997) e revisitada por Ronald Dworkin (2006), como uma equidade social, aplicada à promoção do direito à cidade, proposta por Henry Lefebvre (2001).

Palavras chaves: Capitalismo verde, resíduos eletroeletrônicos, justiça distributiva, cidadania, direito à cidade.

Autor(es): Gabrielle Reis

Mariana Cardoso Procópio

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL POR MEIO DA PRÁTICA

É irrefutável a importância de uma entidade, sendo ela privada ou pública, realizar a gestão dos seus próprios resíduos. Sendo assim o presente resumo tem como objetivo apresentar os impasses encontrados na implantação do Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos na Faculdade de Administração da Universidade Federal Fluminense, principalmente no que tange à conscientização ambiental. Tais dificuldades estão sendo observadas no dia a dia do funcionamento do prédio e em contato com os funcionários terceirizados, servidores e alunos da UFF. A maior parte dos problemas encontra-se no fato de que há necessidade de uma conscientização por parte da comunidade acadêmica. Desta forma iniciou-se uma maior divulgação do projeto nas redes sociais e em eventos acadêmicos a fim de mostrar a importância da participação de todos.

Palavras-chaves: Conscientização ambiental, Gestão de Resíduos, Comunidade Acadêmica.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7

Direito à educação superior e o papel da universidade na produção do conhecimento

Resumos aceitos e apresentados

1. Autor (es): Juliana Simeão Santiago, Daniela Gomes Alcantara, Fernanda de Souza Gusmão Louredo, Patrícia de Oliveira Mesquita Teixeira, William Esteban Ospina Garrido.

POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: INCLUSÃO E DESEMPENHO ENTRE OS COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

A pesquisa teve como objetivo estudar a implementação do sistema de cotas como política pública de ação afirmativa conducente à inclusão social, bem como seus efeitos na Universidade Federal Fluminense (UFF). Verificou-se o desempenho dos cotistas durante o curso, quanto à sua inclusão no grupo, aos resultados da aprendizagem e à evasão, nos cursos de Administração, Direito, Engenharia Química, Letras, Matemática, Medicina, Odontologia e Pedagogia. Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória que, de acordo com (GIL, 2002), objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, visando a torná-lo mais explícito. Utilizou-se pesquisa documental e bibliográfica, com vasta revisão da literatura e uso de dados secundários. Realizou-se pesquisa de campo para levantamento de dados primários. Nesse caso, o recurso à sociometria desenvolvida por Moreno (1992) se constituiu em um sistema de avaliação da atração-repulsão entre cotistas e não cotistas sujeitos da pesquisa. Concluiu-se que não há diferença significativa de desempenho e evasão entre os cotistas e não cotistas, e que os cotistas apresentam inserção e aceitação social.

Palavras chaves: Sistema de cotas, Ação afirmativa, Inclusão social.

2. Autor (es): Renata do Nascimento de Souza

O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O objeto de análise do presente trabalho é o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e suas implicações no processo de democratização do acesso e permanência no ensino superior brasileiro. O desenho da política provocou a oportunidade dos estudantes desenvolverem novas estratégias que ampliassem as suas possibilidades de ingresso ao ensino superior. Algumas pesquisas, porém, demonstram que a seleção nacional unificada provocou efeitos não previstos, além de não ter alcançado alguns dos seus objetivos: aumento da taxa de evasão, alteração do perfil dos alunos ingressantes nos cursos de baixo prestígio social, baixa mobilidade territorial dos estudantes, formação tardia de turmas, entre outras. O Sisu é uma política pública que tem como proposta a democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior, contudo a execução da política revelou alguns limites e contradições neste processo.

Palavras chaves: Sistema de seleção unificada (Sisu); Acesso e permanência; Ensino superior brasileiro.

3. Autor (es): Luma Doné Miranda

A FORMULAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS PARA AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR NOS PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL

O presente trabalho tem objetivo de analisar as justificativas dos projetos de lei protocolados no Congresso Nacional que possuíam o intuito de instituir ações afirmativas no ensino superior público brasileiro. Para tanto, foram analisados 26 projetos de lei observando quais modalidades foram apresentadas bem como os grupos alvos desta política. O artigo está pautado em dados quantitativos e qualitativos advindo de discussões bibliográficas sobre a temática, atas de reuniões, documentos encontrados nos diários da Câmara dos Deputados Federais e do Senado e áudios das reuniões deliberativas. Deve-se destacar que o presente trabalho analisa apenas documentos oficiais do Congresso Nacional. Neste sentido, o ponto de vista apresentado aqui é observado apenas na construção dos documentos. O principal recorte feito neste trabalho é temporal. Foram selecionados os projetos de lei protocolados desde 1999, ano do projeto originário até a criação da lei nº 12.711 em 2012. A escolha do recorte temporal tem o objetivo de abarcar o maior número possível de projetos de lei com essa temática, ao mesmo tempo em que compreende a limitação de debate após a lei ser sancionada. O método de pesquisa utilizada neste trabalho é a análise de conteúdo. Este tipo de investigação busca, através da origem dos enunciados, formas de explicar e justificar determinados fenômenos.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Cotas, Legislativo.

4. Autor(es): Clarisse de Mendonça e Almeida

INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES COM USO DE TECNOLOGIAS

Seguindo a proposta deste eixo temático de refletir acerca do papel das universidades na construção de novas práticas e conhecimentos, o presente trabalho se propõe a apresentar os resultados preliminares das entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a docentes egressos de cursos de licenciatura a distância e atuantes no ensino presencial. A dinâmica, amparada pelos preceitos teóricos de Minayo (2018) e Manzini (2004), integra a tese intitulada “Reflexões da formação docente a distância – aplicação da tecnologia na prática profissional” e objetiva destacar possíveis aspectos relacionais entre a escolha da metodologia a qual estudaram e as atividades docentes com o uso ou não de ferramentas digitais.

Palavras-chave: formação docente, tecnologias digitais.

5. Autor (es): Silvana Aparecida Pages

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DE NOVOS PESQUISADORES

O objeto deste trabalho é a análise dos Programas de Iniciação Científica desenvolvidos nos cursos de graduação e sua contribuição para a formação de novos pesquisadores. A universidade como locus onde se produz o conhecimento deve investir em estudos que estimulem o desenvolvimento dos Programas de Iniciação Científica em conjunto com as agências de fomento à pesquisa existentes no Brasil. Tais agências são de grande importância, pois fomentam as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação, possibilitando e estimulando políticas e programas que ampliem e alcancem um maior número de estudantes de graduação, para que ingressem nos Programas de Iniciação Científica, participem ativamente das pesquisas desenvolvidas pelos docentes dessas instituições e seus respectivos grupos de pesquisa, formando novos pesquisadores. Este trabalho tem especial importância, haja vista a atual situação do financiamento de pesquisas no Brasil o qual tem sofrido seguidos cortes e o descrédito ofertado a produção de conhecimento desenvolvida no país, que tem sido promovido pelo atual governo.

Palavras-chave: iniciação científica, graduação, formação de novos pesquisadores.

Palavras chaves: iniciação científica, graduação, formação de novos pesquisadores.

6. Autor (es): Davi Ferreira Nogueira

UNIVERSIDADE PÚBLICA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES-PESQUISADORES

A defesa da universidade pública e da formação de cientistas é fundamental para a produção de conhecimento e para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Sob forte ‘ataque’ privado-mercantil (MANCIBO; VALE, 2013) e neoconservador, juntamente com uma conjuntura de difusão de Fake News, marca da nova onda de pós-verdade, a Universidade, principalmente as licenciaturas, vem sofrendo um processo brutal de sucateamento, reduzindo o seu papel, em grande parte dos casos, a ‘centros de ensino’(SGUISSARD, 2015) e engessando a sua função de pesquisa e extensão. Desse modo, nosso texto busca defender a ideia de formação de professores-pesquisadores, na perspectiva da unidade ‘ensino-pesquisa-extensão’ como forma de produzir conhecimento superando a difusão de senso comum sem embasamento científico, entendendo a necessidade da construção de currículos para além dos interesses empresariais e de Organismos Supranacionais (SILVEIRA, 2011).

Palavras-chave: Ciência; Professor-pesquisador; Universidade.

7. Autor(es): Alexandre Fernando Coutinho da Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O presente resumo objetiva apresentar o contexto histórico da criação dos programas e ações do governo como PROUNI – Programa Universidade Para Todos e FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, bem como o panorama do papel da universidade na produção do conhecimento de uma educação transformadora e o papel da ciência no processo de valorização do capital e sua contribuição para a sociedade, visando

refletir sobre a democratização do ensino superior no Brasil. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica, sendo fundamental para a revisão de literatura sobre o tema estudiosos como Darcy Ribeiro e Paulo Freire, entre outros, que ancoram a investigação sobre as Políticas Públicas de incentivo à educação no Brasil, bem como o papel da universidade na produção do conhecimento. A partir dos estudos percebe-se que é de suma importância o investimento em educação para a autonomia do país e de novas descobertas da ciência em contribuição a sociedade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Superior, Produção do conhecimento.

8. Autor (es): Carlos Baptista de Freitas Neto

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA UFF

Visando atender o Decreto nº 7.404, de dezembro de 2010, o Projeto Gestão de Resíduos Sólidos tem como objetivo trazer a coleta seletiva para o ambiente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense, porém, passa por uma série de desafios para sua plena implementação. Apesar da ampla divulgação e apoio da direção da unidade, percebe-se a dificuldade de se dar continuidade ao projeto. Os principais problemas vão desde a manutenção do projeto que depende do auxílio de uma empresa terceirizada até a questão relacionada aos que convivem no local e dispensam o lixo nos cestos errados com altíssima frequência. Soma-se a isso a restrição de verbas imposta pelo governo, o que interfere na compra de materiais. Esses fatores podem acarretar o fracasso do projeto, bem como dificultar o trabalho de conscientização ambiental proposto pelo responsáveis do projeto.

Palavras chaves: gestão de resíduos, UFF, conscientização.

9. Autor (es): Roberta Mendonça

BALBÚRDIA, QUEREMOS!

O governo de Jair Bolsonaro é marcado por diferentes retrocessos, dentre eles, o contingenciamento de investimentos na educação superior e cortes de recursos. Regidos por princípios conservadores, eles atacam qualquer ideia de formação que não seja a que atenda o mercado econômico e ao conservadorismo religioso. Frente a isso no dia 30/04/19 eles anunciaram o corte de 30% dos investimentos nas universidades públicas sob o argumento de que os cortes eram devido à “balbúrdia” provocada em seus campi. Diante disso, este trabalho pretende colocar em análise o que eles chamam de Balbúrdia para pensar as múltiplas forças que se confrontam nesse jogo.

Palavras chaves: Universidades Públicas, Balbúrdia, Movimentos Instituintes.

10. Autor (es): Carla Guimarães Ferreira

MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Este resumo tem por objetivo fazer-nos refletir acerca da influência dos valores de mercado que se projetam sobre a universidade pública, levando-a ao sentido oposto da educação em sua acepção transformadora. A origem do atual método de avaliação do ensino superior e como este é fomentado através dos órgãos de avaliação e fomento, como a CAPES e o CNPq; a obediência interessada de grande parte dos docentes às concepções gerencialistas e à mercantilização da educação – por exemplo, através do seu financiamento por meio de fundos privados, tal como propõe o atual governo com o programa Future-se –, a perda de autonomia do pesquisador e as políticas de controle social do Estado são temas transversais que merecem ser analisados. É preciso pensarmos formas de resistência que impeçam o aprofundamento de práticas que comprometam a educação enquanto espaço e tempo de formação humana e desenvolvimento civilizatório.

Palavras chaves: Mercantilização; Financiamento; Educação Superior.

11. Autor(es): Leonardo Mello Silva

"FUTURE-SE": MAIS QUE UMA POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL

A proposta do programa Future-se foi aberta à consulta pública pelo MEC durante o período de 17 de julho a 29 de agosto de 2019. Apresentando-se como renovação do financiamento para as universidades e institutos federais, traz novas possibilidades de aquisição e gestão de recursos financeiros entre instituições de educação superior pública e a iniciativa privada. Não obstante às críticas referentes à mercadologização da educação superior e após uma atenta análise de sua proposta de alteração legal, pode-se concluir que o programa é mais que uma possibilidade constitucional. De certo modo, tanto a Constituição Federal de 1988, quanto a LDBEN de 1996 somam-se a uma série de leis e medidas administrativas promulgadas nas últimas décadas que oferecem um leque de possibilidades para as relações entre setores privados e instituições públicas. O programa future-se representa mais uma continuidade que um rompimento.

Palavras-chave: Future-se, ensino superior, constituição.

12. Autor (es): Maria Clara de Arruda Barbosa

AS CONEXÕES ENTRE CAPITAL PORTADOR DE JUROS E FUNDO PÚBLICO NO DIRECIONAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL

O trabalho ora apresentado tem como objeto de análise a relação entre fundo público e o capital que porta juros, no âmbito da financeirização da educação em nível superior no Brasil, especialmente por meio de renúncias fiscais e programas de financiamento estudantil. Tal abordagem se constrói a partir do entendimento de que estes processos, não se realizam por questões exclusivas e endógenas no âmbito de uma política de governo, mas ao contrário, são determinados pelo movimento amplo de produção e reprodução das relações sociais.

Palavras chaves: Fundo Público; Educação Superior; Capital.

13. Autor(es): Bruna Werneck Canababrava

O “SONHO GRANDE” DE LEMANN E O DESPRESTÍGIO DA UNIVERSIDADE E CIÊNCIA BRASILEIRAS

O artigo analisa os efeitos da influência de agentes do terceiro setor ligados a empresas globais no desenho e implementação de políticas para a educação no Brasil, tomando como objeto principal o efeito colateral do desprestígio da universidade pública brasileira. Para atingir esse objetivo, focamos na atuação do investidor Jorge Paulo Lemann, principalmente através da análise dos primeiros 15 anos de atuação da Fundação Lemann, investigando a visão dela sobre a universidade e o conhecimento científico legítimo para ser mobilizado na reforma da educação brasileira.

Palavras chaves: Universidade, Lemann, colonialismo mental.

14. Autor(es): Analice Valdman de Miranda e Carla Guimarães Ferreira

POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A GESTÃO DO CONHECIMENTO DA CAPES

Este trabalho objetiva avaliar a gestão do conhecimento (GC) desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no âmbito das universidades públicas brasileiras. Foi elaborada uma base de dados de corte transversal na qual se assumiu como variável determinante o Ranking Universitário da Folha (ano base 2017) e como variáveis explicativas os investimentos realizados por estado, os números de acessos à plataforma QualisCapes, os números de pós-graduações, além da localização das instituições de ensino. Por meio da análise desenvolvida com o amparo do aplicativo Gretl, foi possível perceber as falhas da GC desempenhadas pela CAPES, bem como aprofundar os debates sobre o papel do estado na gestão das universidades públicas.

Palavras-chave: políticas públicas, gestão do conhecimento, gestão pública.

15. Autor(es): Filipe Luiz Cerqueira Cerqueira Carvalho

A CONFERÊNCIA DE CÓRDOBA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA UM ENSINO SUPERIOR DEMOCRÁTICO

Trata-se de um resumo de pesquisa apresentado ao curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2018. Objetivando analisar a Conferência Regional de Educação Superior, com ênfase na 3ª edição desta. É irrefutável a relevância desta conferência para o ensino superior brasileiro e latino-americano, sobretudo 1 ano depois do centenário da reforma universitária de Córdoba – Argentina. Desde sua primeira edição a Conferência Regional de Educação Superior - CRES desencadeou ações importantes no ensino superior e sociedade latino-americana, sobretudo quando idealizamos a educação como bem público social e democrática. Para tal, faz-se emergencial a inclusão no ensino superior de saberes e conhecimentos de povos que foram subalternizados na América Latina. Ponto de vista demasiadamente defendido na Conferência, no eixo temático - “Educação superior, diversidade cultural e interculturalidade”

- Este eixo, foi fulcral para consolidar nosso interesse em pesquisar a Conferência. É neste eixo temático que encontramos caminhos para construir e pleitear um projeto de educação superior brasileira democrática, no decênio de 2018-2028. De acordo os documentos de Córdoba, este só será possível, se o ensino superior brasileiro e latino americano, incluir a cultura, saberes e modos de produzir conhecimento dos povos subalternizados da América Latina, tais como negros e índios. Acreditamos que a perspectiva crítica decolonial nos fornece instrumentos para avançar em nosso trabalho, ajudando a compreender a visão de mundo desses povos para produção de conhecimento no ensino superior brasileiro. Em suma, este trabalho contribui para democracia no ensino superior brasileiro e reconstrução da hegemonia desses na produção de conhecimento em dialogo com a sociedade.

Palavras-chave: Conferência de Córdoba, Decolonialidade, Ensino Superior.

16. Autor(es): Matheus Henrique da Mota Ferreira

TRABALHO→ PRÁXIS→ POIESIS: EDUCANDO NA COMPLEXIDADE

Levando em consideração a centralidade da noção de Trabalho em Marx e na tradição marxista, busco atualizá-la através da consideração do Pensamento Complexo de Edgar Morin e de uma discussão das mudanças na forma e nas condições do trabalho na atual organização social. Seguindo a pista de Bogdanov de que os modos de produção tornam-se modos de organização, podemos visualizar o novo modo de organização do capitalismo contemporâneo, o qual se alimenta de energias socio-emocionais e cognitivas em uma frenética economia libidinal e atencional. Todas as atividades se misturam ao trabalho e parecem gerar riqueza alienada para uma torrente de fluxos de dados, produtos e capital, virtualmente distribuídos e concretamente concentrados em bancos de dados e megacorporações do Vale do Silício. Nesse contexto, cresce o clamor por uma pseudo-valorização da educação, dita flexível, criativa, inventiva e cada vez mais virtualizada e autonomizada em relação às instituições de ensino, que passam a ser representadas como paradigma do anacronismo. Ainda há espaço para o ensino-aprendizagem e pedagogias críticas nesse contexto atual? O educar enquanto trabalho pode servir como novo espaço de luta e mesmo como novo paradigma para reconceber o trabalho como atividade produtiva-organizativa-cognitiva-afetiva, permitindo sinergicamente a elaboração de novas estratégias revolucionárias na complexidade do capitalismo tardio?

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Complexidade.

17. Autor (es): Rafael Carduz Rocha

A COSMOLOGIA DO NEOLIBERALISMO

Nesta comunicação pretendo apresentar algumas reflexões acerca do papel destacado que a cosmologia exerce na construção da visão de mundo de uma sociedade. Não é a toa que a cosmologia surgiu logo no início da sistematização do conhecimento em torno da astronomia, ainda no Paleolítico. Hoje, após décadas de promoção da cosmologia do Big Bang como início do tempo e do espaço a partir da singularidade, que leva a uma condenação de "fim da histórica cósmica" com a morte fria, essa visão entra em crise e já não

desfruta da mesma aceitação que teve nas últimas décadas. Seus principais proponentes a abandonaram e sustentam que do passado extremamente quente do universo não segue necessariamente a necessidade da singularidade. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se aprofunda a crise do capitalismo. O que esses movimentos têm em comum?

Palavras chaves: cosmologia, crise do capital, crise da ciência.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8

Economia Política e dependência na América Latina

- Autor(es): Alberto Mendes

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL REFORÇA O AVANÇO DO AUTORITARISMO LIBERAL

O Brasil vive uma grave crise em suas instituições ainda ditas democráticas. Os métodos adotados pelo novo governo têm sido comparados aos do regime de exceção pelo qual o país passou. Não é raro também a associação com o fascismo. O agravamento da decadência do neoliberalismo acentuou nas classes dominantes o seu viés mais perverso: o autoritarismo. Pretendo discutir nessa comunicação, como a judicialização da esfera política pode reforçar o viés autoritário do liberalismo. Para tanto, buscarei evidenciar como os aspectos políticos ficam subordinados ao econômico e, no Brasil em particular, como a dependência tornou-se uma perversa opção da burguesia nacional.

Palavras-chave: judicialização da política; autoritarismo; burguesia nacional

- Autor(es): Eduardo Silva da Costa Netto

A CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL: RAÍZES HISTÓRICAS E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

Este artigo tem como questionamento principal a discussão da proibição da maconha no Brasil, iniciando por uma vertente histórica do Cânhamo/Maconha há cerca de 10 mil anos atrás, a qual seja a referida planta era conhecida antes mesmo do próprio conhecimento da escrita. Como metodologia o presente artigo contextualiza desde o conhecimento da planta e a sua criminalização no Brasil em 1830. A fim de proceder à sustentação empírica do tema, recorri a parte histórica do proibicionismo, ao movimento social e libertário “Marcha da Maconha”, à questão da afetação do acesso à saúde dos usuários para que assim, possamos refletir sobre a política atual da Lei Antidrogas e se, nesse dispositivo elencado, ela é eficaz ou não.

Palavras-chave: Criminalização, Maconha, Brasil.

- Autor(es): Patrícia Maia

DESEMPREGO, REFORMA TRABALHISTA E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O desenvolvimento do modo de produção capitalista incorre em mudanças no mundo do trabalho e nas condições de vida da população. O avançar tecnológico e a redução do número de trabalhadores empregados tornam o desemprego um problema estrutural. A categoria superexploração do trabalho

(Marini, 2011) explica a forma de acumulação de capital nos países dependentes, por meio da ampliação da jornada e intensificação do trabalho. A flexibilidade das relações trabalhistas, sobretudo em decorrência da crise dos anos 1970, impõe forma mais acentuada de expropriação e acumulação capitalista. A reforma trabalhista contemporânea modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de modo a precarizar, ainda mais, as condições de trabalho e se caracteriza, portanto, pela superexploração trabalho.

Palavras-chave: reforma trabalhista, desemprego, superexploração do trabalho.

- Autor(es): Gabriel Rolemberg Serwy

A QUESTÃO DA “BURGUESIA NACIONAL” ONTEM E HOJE: ASPECTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS E ATUAIS DO CARÁTER DEPENDENTE DA BURGUESIA BRASILEIRA

A “questão da burguesia nacional”, como é tratada nesse artigo, é o elemento central de um debate histórico sobre a disposição que teria, ou não, a burguesia dos países de capitalismo dependente em concorrer com o capital estrangeiro de modo a superar sua dependência tecnológica, financeira e cultural deste último e politicamente assumir posições anti-imperialistas. Esse debate tem transcorrido juntamente ao processo de industrialização brasileiro desde, pelo menos, metade do século XX, mas se enfraqueceu nas últimas décadas com a redução do número de pesquisas e reflexões teóricas sobre a burguesia brasileira, sobretudo quando se fala de abordagens marxistas. Nesse artigo, trazemos à tona a interpretação da teoria marxista da dependência, que se constitui enquanto uma resposta às formulações que então eram defendidas, nos anos 1950, pelo estruturalismo cepalino e as teses do Partido Comunista Brasileiro, as quais entendiam a burguesia nacional como um ator estratégico na superação do subdesenvolvimento, cabendo politicamente à classe trabalhadora uma aliança com ela para enfrentar as oligarquias do latifúndio e o imperialismo. Atualizamos essa discussão na segunda parte do artigo, quando apresentamos algumas contribuições de Armando Boito Jr. sobre as frações de classe da burguesia brasileira nas últimas décadas, sobretudo no período dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, bem como sobre a constituição do bloco no poder nesse período e em que medida essa nova conjuntura contribui para explicitar algumas características contemporâneas da “grande burguesia interna” brasileira, conceito poulantziano utilizado pelo autor.

Palavras-chave: Burguesia nacional, burguesia interna, dependência, lulismo

- Autor(es): Diego Martins Dória Paulo

EMPRESAS BRASILEIRAS TRANSNACIONALIZADAS E ESTABILIDADE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA PLATAFORMA DEMOCRÁTICA (2007-2018)

O presente trabalho versa sobre a relação de continuidade entre interesses materiais do capital-imperialismo brasileiro e a ação de aparelhos privados de hegemonia na América Latina. Por meio da ação dessas organizações, objetiva-se criar um solo social adequado para a reprodução ampliada do capitalismo, priorizando a busca por estabilidade política e a assim chamada "coesão social". Dada a limitação do espaço, analisaremos destacadamente a ação de uma entidade em específico, a saber, o Instituto Fernando Henrique Cardoso, um dos responsáveis pelo lançamento da Plataforma Democrática, que nomeia a pesquisa. Em linhas gerais, a Plataforma Democrática pretende "fortalecer" a "cultura democrática" na América Latina, o que nos permite oportunidade de estudar as relações entre o capitalismo e esse regime político na região.

Palavras-chave: Plataforma Democrática, Instituto Fernando Henrique Cardoso, Capitalismo, Democracia

32. Autor (es): Wallace Borges

TEORIA MARXISTA DAS CRISES, INSTABILIDADE DAS MOEDAS E CICLOS LONGOS

A conjuntura política de instabilidade no Brasil pós impeachment da presidente Dilma Rousseff demonstra seus impactos em diversos setores, neste artigo, iremos abordar exclusivamente os impactos na economia do Brasil que desde então demonstram ora estagnação ora um crescimento irrisório, insuficiente para a demanda efetiva de serviços públicos como, saúde, educação, segurança, infraestrutura e habitação para citar alguns. Para tratar dos diversos problemas da economia brasileira é proposto nesse artigo uma análise a partir do prisma da teoria Marxista das crises, além disso este trabalho busca analisar correlações entre as constantes alterações da taxa de câmbio e o decréscimo de recursos públicos e sustentabilidade da dívida pública, por fim buscamos verificar se podemos explicar a economia brasileira, com seu recente ampliação no que tange renda média e o declínio da mesma a partir da teoria dos ciclos econômicos de longa duração.

Palavras chaves: Crise econômica, instabilidade, regressão cíclica

33. Autor (es): PEDRO GUIMARÃES PIMENTEL

DO ESCRAVISMO COLONIAL AO CAPITALISMO DEPENDENTE: O ESTADO DURANTE A TRANSIÇÃO

Neste ensaio almejamos discutir o processo de dissolução do escravismo colonial, através da revolução abolicionista. Tal interpretação parte das contribuições originais de Jacob Gorender e Décio de Azevedo Saes que, em complementariedade, inauguram um entendimento singular acerca da organização social brasileira – sob a égide da escravidão – e o processo de transformação do Estado escravista a partir da materialização da dominação burguesa pós-Abolição. Outrossim, abordamos as concepções weberianas da

historiografia nacional que preconizam a incompatibilidade entre o regime democrático-liberal-burguês e a estrutura social herdada do passado colonial e escravocrata em antagonismo com o materialismo histórico enquanto instrumental de compreensão das transformações sociais. Ao final, esperamos despertar o interesse pela leitura das obras de Gorender e Saes afim de ampliar o campo de investigações sobre o processo de transição do escravismo ao capitalismo dependente.

Palavras chaves: Escravismo colonial, revolução abolicionista, formação do estado burguês, Jacob Gorender, Décio de Azevedo Saes

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 (última rodada)

Economia Política e dependência na América Latina

34. Autor (es): VITOR VIANA TAGARRO

AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS E OS EMBATES NO INTERIOR DA SAIN

A pesquisa tem como foco a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), um organismo essencial na compreensão da inserção do Brasil nas Exposições Universais – eventos estes que inserem num contexto de modernidade a partir da segunda metade do século XIX funcionando como uma espécie de palco onde as potências industriais ingressavam na “locomotiva do progresso”. Sendo assim, é de fundamental importância entender as motivações e implicações brasileiras que incentivavam, ou não, as elites que integravam a SAIN a orquestrarem a participação do Brasil nessas exposições. É intenção da apresentação, portanto, jogar luz sobre a heterogeneidade ideológica que pode ser identificada no interior da entidade entre essas elites políticas que a compunha, sendo a discussão acerca da realização da Exposição Nacional de 1861 o principal exemplo a ser explorado. Por isso, busco examinar a atuação da SAIN, elemento fundamental para a realização do evento, trazendo uma abordagem que enxerga a entidade a partir de uma ótica que contempla a análise de seu periódico, o Auxiliador da Indústria Nacional.

Palavras-chave: SAIN, Exposições Universais, Modernidade

35. Autor (es): Isabele Cristina Fonseca Ramos

EXPEDIÇÃO PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA

A Expedição Pedagógica, originada na Colômbia, tem sido reconhecida em diversos países latino-americanos, desde a década de 1980 como uma prática de formação de educadoras e educadores que buscam interrogar seus “saberes e fazeres”. (UNDA, 2002), a partir do encontro com outras realidades educacionais. Segundo Guardiola Ibarra (2014), uma das perspectivas políticas da Expedição Pedagógica consiste em questionar e refletir sobre a diversidade dos processos educativos na América Latina, na defesa da escola pública e na valorização de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação libertadora e emancipadora. Diante disto, para este trabalho, que é fruto de minha pesquisa de mestrado, destaco uma experiência de formação docente vivida no Peru, na perspectiva da Expedição Pedagógica.

Palavras-chave: América Latina; Expedição Pedagógica; Formação Docente

36. Autor (es): MARCOS LUIS OLIVEIRA DACOSTA

AVANÇO CONSERVADOR x EMANCIPAÇÃO HUMANA

No ano de 2013 manifestações populares tomaram as ruas das principais capitais do Brasil demonstrando as mais diversas insatisfações. De reajustes de passagens à corrupção. Embora o cenário aparentasse para uma organização desarticulada de uma política partidária, o cenário eleitoral de 2014 demonstrou que partidos conservadores se aproveitaram da polarização construída nas ruas para se apropriarem do Congresso Nacional e de espaços legislativos estaduais e municipais. O discurso conservador e anti-político vem se consolidando e tomando a sociedade de assalto. Dado o cenário político, econômico e social brasileiro, de uma economia dependente, de capitalismo periférico e que se mostra cada vez mais submissa ao Imperialismo Estadunidense, cabe-nos uma avaliação de como vêm se construindo as articulações entre - usando a categoria de Estado Ampliado de Gramsci - a sociedade política e a sociedade civil para garantir os interesses das frações da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora e imprimir na sociedade seus projetos sem que haja uma mobilização de resistência efetiva? Que grupos compõem e como se articulam estas frações de classe? Quais são seus projetos e como se manifestam na sociedade?

Palavras-chave: Conservadorismo, Imperialismo, PNE

37. Autor (es): Lucas Amaral Satana

O PRIVILÉGIO TROPICAL: A INDÚSTRIA NACIONAL DE FÁRMACOS E SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

As transformações socioeconômicas ocorridas durante o século XIX na Europa Ocidental e, posteriormente, nos Estados Unidos com a consolidação do capitalismo industrial catapultaram as outras nações periféricas dentro de um novo contexto global de produção. Nesta nova ordem crescente de desenvolvimento técnico-industrial impulsionado pela ideia de modernidade, as Exposições Universais ganham destaque, se relacionando com as práticas imperialistas do período, expondo não somente novas tecnologias e invenções, mas também consolidando um determinado “modelo de modernidade”. O Brasil não fica de fora de todo esse movimento, contando com forte investimento estatal na chamada “inventiva nacional”, como parte de seu projeto de inserção o cenário global através de sua participação nas Exposições. O objetivo desse trabalho é desenvolver uma abordagem a partir da análise dos Pedidos de Patentes encontrados no Fundo de Privilégios Industriais do Arquivo Nacional - mais especificamente no setor de fármacos - de 1882 até 1910, que demonstram como essa modernidade foi experimentada de maneira muito singular no Brasil oitocentista. Ao observar o que estava sendo patenteado e o quanto se era patenteado dentro deste segmento, pretendemos analisar as características únicas deste setor

industrial, que teve um árduo processo de desenvolvimento no Brasil durante os oitocentos, em diálogo com um processo de consolidação de um sistema de propriedade intelectual.

Palavras-chave: Indústria Nacional; Exposições Universais; Propriedade Intelectual.

38. Autor (es): Jacqueline Cristina da Silva

TRABALHO E DEPENDÊNCIA NAS AMÉRICAS: INOVAÇÕES?

Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, e as mudanças nas economias no pós-guerra, a relação do Norte e Sul global se fortaleceram, mas com um viés de dependência. Com as discussões sobre as mudanças tecnológicas e o modo de se pensar a produção, e o valor da mão de obra atualmente, através do avanço das grandes corporações, o trabalho vê-se mergulhado em constantes mudanças. Pensando sobre as novas estratégias globais de pensar o capitalismo, e o crescente alvo em buscar conhecimento e técnica, este resumo visa analisar a relação entre Norte e Sul global, em especial América Latina, através da dinâmica do trabalho formal ou não - formal, visando encontrar respostas em meio à essa expansão de tecnológica e busca pelo poder.

Palavras-chave: Hegemonia, Capitalismo, Trabalho.

39. Autor (es): Lucas Pacheco Campos

REFLEXÕES SOBRE A ATUAL FASE NEOLIBERAL NO BRASIL E A RADICALIZAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Desde de 2014, o Brasil passa por uma série de mudanças econômicas e políticas. A crise econômica conjugada ao apelo dos conglomerados midiáticos sobre a suposta necessidade de "ajuste" das contas governamentais têm contribuído para a reformulação das políticas públicas e do próprio Estado. O processo de transfiguração da Constituição de 1988 foi acelerado e ganhou ainda mais força na agenda institucional. Esse ambiente de transformações na esfera da reprodução social está diretamente relacionado ao reordenamento das relações capitalistas no país, no sentido de recuperação e crescimento dos seus patamares de acumulação. Considerando esse cenário, o presente trabalho tem como objetivo apontar relações entre as recentes reformas que atingem o Estado e o que consideramos ser um processo de radicalização do padrão dependente-subordinado do desenvolvimento capitalista brasileiro. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não se trata de um momento de ruptura radical com o passado distante ou mesmo recente. Entendemos se tratar de um processo de aprofundamento da situação histórica de dependência brasileira e, em particular, do projeto neoliberal em curso desde os anos 90, o qual alternou fases sociais-liberais e vem adquirindo nos últimos anos sua face hiper-reacionária. Serão apresentadas algumas consequências das recentes reformas neoliberais para o crescimento do desemprego, da precarização e informalização do trabalho e do empobrecimento

generalizado, situação que contribui no aprofundamento acelerado das condições de superexploração e necessariamente exigem o recrudescimento das funções repressivas do Estado.

Palavras-chave: Dependência, neoliberalismo, superexploração

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9

Políticas Públicas para a infância e adolescência: entre direitos e concepções

Coordenação: Maria Mostafa e Rosana Ribeiro

Mesa 1:

Autora: Jaqueline Sinésio

ADOÇÃO LEGAL NO BRASIL DE 2009 A 2019: MANUTENÇÕES E MUDANÇAS NOS PERFIS BUSCADOS À LUZ DOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

O trabalho em questão, parte de dissertação de mestrado sobre adoção ainda em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio, tenciona apresentar dados e algumas conclusões sobre os perfis de crianças e jovens disponíveis e buscados para adoção no Brasil. Para tal, serão utilizadas informações presentes no Cadastro Nacional de Adoção, bem como pesquisas, artigos e trabalhos anteriores sobre o tema, respeitando o eixo 2009-2019, haja vista que 2009 foi em que entrou em funcionamento o Cadastro Nacional de Adoção, um banco de dados gerido pela Justiça Brasileira cuja intenção, grosso modo, é integrar e facilitar informações sobre adotantes e "adotáveis" no país. O objetivo específico do trabalho é observar quais foram as mudanças, caso tenham ocorrido, nos perfis buscados ao longo dos últimos 10 anos por candidatos a pais e mães em relação aos perfis disponíveis de crianças e jovens, tomando como referencial teórico o conceito de marcadores sociais da diferença, ou seja, classe, raça/etnia, gênero, idade, entre outros. Qual é o peso desses fatores na escolha e busca do filho/a? As conclusões apontam para sensíveis mudanças, mas também para algumas discrepâncias entre os números e os discursos observados durante trabalho de campo em municípios do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: adoção, Cadastro Nacional de Adoção, marcadores sociais da diferença

Autor: Anderson Costa

VIVÊNCIA E PRÁTICA NA PERSPECTIVA DE UM EX ACOLHIDO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Venho através da minha vivência de ex Acolhido, que foi Acolhido aos dois anos de idade. Nesta minha trajetória de vários Acolhimentos de Instituições Infância Juvenil, aonde trilhei minha caminhada com Acolhido, Educador Social e atualmente com coordenador do acolhimento município Infância Juvenil

Lisaura Ruas de Niterói. Venho problematizar que espaço e este no campo dos Direitos humanos e qual direito que realmente ele garante. Quem são os profissionais que lá atuam e quais são as suas atribuições.

Palavras-chave: Acolhido, Direito humanos, Infante Juvenil.

Autora: Carolina Terra Quirino da Costa

PRIMEIRA INFÂNCIA, DISCURSOS E DISPUTA DE NARRATIVAS

Com objetivo de analisar se as políticas voltadas para a primeira infância estão calcadas na agenda de direitos, este trabalho questiona os motivos do aumento do interesse na primeira infância de diferentes meios, como a academia, governos e órgãos internacionais, mesmo em um cenário onde os direitos sociais são severamente suprimidos. Através de uma metodologia qualitativa que privilegia a análise bibliográfica, foi possível concluir que existem dois discursos em disputa. O primeiro, hegemônico, compreende a primeira infância como uma estratégia para obter ganhos econômicos e sociais no futuro. Em contraponto, há também a compreensão da criança na primeira infância como sujeito de direito, independente dos ganhos enquanto capital humano que podem ser gerados para a sociedade capitalista.

Palavras-chave: Primeira Infância, Política Pública, Discurso

Autora: Maria Mostafa

REPRESENTAÇÕES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DA CONSTITUINTE AO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A primeira infância tem permeado o campo da infância com fortes conquistas no cenário das lutas da infância no país, sendo uma das mais relevantes a aprovação em 2016 da Lei Federal 13.257 conhecida como Marco Legal da Primeira Infância. Como a valorização da primeira infância pode ser compreendida no campo maior de lutas pelos direitos da criança e do adolescente no Brasil? O que a aprovação dessa lei representa em termos de continuidades e conquistas no campo da infância? Para refletirmos sobre os significados da emergência da primeira infância, vamos discutir a própria categoria infância e olhar para representações sociais que têm se feito mais presente nas leis para a infância no país, e nos debates que acompanharam a elaboração desses documentos.

Palavras chaves: primeira-infância, direitos das crianças, concepções de infância.

Autora: Michele Malheiro Borges de Aquino

A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, O DIREITO A BRINCAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O COTIDIANO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões a partir da minha experiência de trabalho no campo da saúde mental e como psicanalista de crianças e adolescentes e das articulações partindo dos marcos legais da "Constituição do Brasil" (1988) no Artigo 227, e a "Convenção sobre os Direitos da Criança" (1989) que em seu Artigo 31º regulamenta sobre o direito das crianças ao descanso, ao tempo livre e a participação na vida cultural. De pesquisas a respeito do desdobramento das vivências do brincar terapêutico e da impossibilidade do brincar, sobre a importância do ato de brincar cotidiano para a saúde mental de bebês, crianças, adolescentes e seu grupo familiar, da construção de práticas de afirmação da Políticas Públicas voltadas para as crianças e adolescentes.

Palavras chaves: Criança e Adolescente, Políticas Públicas, Direito ao Brincar

Autora: Renata Tavares da Silva Guimarães

CONSELHOS DE DIREITOS: É POSSIVEL UMA CRIANÇA FALAR?

No início da década de 1990, vimos serem consolidados os direitos para as crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) afirma a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (1989), referente a imagem da criança como sujeito de direitos. Neste contexto, é imprescindível considerar sua voz e participação, assim como salvaguardar seu interesse superior. Essa orientação dialoga com os valores do reconhecimento da criança como um sujeito histórico de direitos. Castro (2008) afirma que em diversas áreas comuns as infâncias, a voz da criança é representada pelo adulto, aquele que sabe cuidar da criança, e por isso detém o poder para representar e traduzir o interesse superior da criança. No Brasil, a resolução 159 do Conanda diz do direito de crianças e adolescentes participarem de espaços políticos que tomem decisões, que lhe dizem respeito. No entanto, Conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente vêm enfrentando uma grande dificuldade em fazer valer esta resolução, por falta de conhecimento de estratégias metodológicas/conceituais para garantir sua participação. Os espaços dos conselhos têm um modo de operar autocêntrico, pouco atraente e compreensível para crianças. As decisões ficam a cargo de conselheiros (adultos), que em nome de uma representatividade acaba por não refletir os desejos das crianças, que eles afirmam representar. Essa forma adultocêntrica tem corroborado com o silenciamento de crianças e adolescentes, que se deparam com mais um direito negado. É necessário o adulto abrir mão de um determinado lugar de poder e junto com a criança construir novos planos que contemplem as falas e conhecimentos que somente ela pode compartilhar.

Palavras-chave: Participação; Criança; Conselhos de Direitos;

Mesa 2:

Autora: Carolayne Ferreira dos Santos

A VIDA É SÓ UM DETALHE: UM ESTUDO SOBRE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ACOMPANHADOS PELO CREAS NA BAIXADA FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO.

O CREAS é responsável pela administração da política de assistência social e execução das medidas socioeducativas com caráter de proteção social prevista no ECA, mas também de responsabilização do adolescente pelo ato infracional cometido, com natureza pedagógica que visa assegurar a reintegração social do mesmo. Acompanhamos os atendimentos das chamadas medidas socioeducativas em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, que deveria ser feito a partir das políticas intersetoriais, o que muitas vezes não ocorre. Há uma enorme dificuldade em realizar de forma eficaz o processo visto que esses adolescentes e o equipamento estão inseridos em territórios conflagrados pelo tráfico de drogas, pelo aparato militar estatal, poder paralelo das milícias e a ausência do Estado no cumprimento de segurança e proteção social frente a um projeto de encarceramento em massa e genocídio da população negra e periférica, principalmente na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: medidas socioeducativas, territórios conflagrados, serviço social.

REFERÊNCIAS:

Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social. Caderno de orientações técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016.

CÉSAR, C.C.M. Estratégia de saúde da família em território conflagrado pela violência armada: o desafio das ações de promoção da saúde no Complexo da Maré. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: http://www.posgraduacao.epsjv.fiocruz.br/upload/TCC/tcc_109.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE / Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

Autora: Carla Cristiane Souza da Silveira

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A ESCOLA: DO RISCO AO DIREITO

Este trabalho visa refletir sobre as formas como o direito à educação é exercido por adolescentes cumpridores de medida socioeducativa. Pretende-se problematizar a organização interna da escola que nem sempre é pensada e discutida por sujeitos que tecem as tramas cotidianas, e muitas vezes excludentes, que perpassam a realidade escolar. Acredita-se que tal afastamento, pode interferir no interesse dos estudantes pela escola, em especial no de adolescentes vítimas e, algumas vezes, reprodutores de violência. O atual retrocesso político nos impõe buscar formas de retirar as “mordaças”, que limitam espaços e pensamentos a fim de favorecer um ressignificar das relações escolares, tornando-as mais acolhedoras, e, portanto, menos violentas e excludentes.

Palavras chaves: Adolescente, Medida Socioeducativa, Direito à Educação, Relações Escolares.

Autoras: JÉSSICA MENDONÇA e JOSEANNE VASCONCELOS NASCIMENTO

DESAFIOS ENFRENTADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA.

A atividade interdisciplinar da psicologia social comunitária vem sendo expandida no Brasil, facilitando cada vez mais o acesso às políticas públicas em comunidades carentes. O presente trabalho visa discutir a fragmentação e os entraves evidenciados no funcionamento dos órgãos públicos, frente às dificuldades vividas pela população carente. Foi desenvolvido um estudo a partir da observação de uma criança de nove anos em situação de rua, exposta às diversas formas de violência como vulnerabilidade social, abandono familiar, violação de direitos fundamentais, violência psicológica, descriminalização, trabalho infantil, e negligência do princípio fundamental regido pela constituição de 1988, o princípio da dignidade humana. Após os órgãos competentes terem sido acionados oficialmente, a criança citada permaneceu no mesmo local, na região de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro durante meses. O Ministério Público, Conselho Tutelar, SAMU, CRAS, CREAS, PSB, PSE fizeram parte do nosso campo de visitação e foi detectada a ausência de atua o dos seus papeis legais. Com isso, nossa pesquisa a o objetivou analisar o modo de atua o dos setores governamentais responsáveis pela vida vulnerável em situa o de risco e foi constatada sua omissão. Na complementa o desse trabalho apuramos o papel contraditório desempenhado pelos abrigos de suporte   criança, que, pela falta de serviço benéfico, seguro e acolhedor, se transformam em locais propícios para fuga, fazendo com que as crianças prefiram prosseguir nas ruas.   fundamental então perceber a urgência das crianças e adolescentes que permanecem desamparadas como uma questão social e política que precisa ser revista com aten o especial.

Palavras chaves: Políticas Públicas, Infância, Situa o de Rua.

Autoras: Valdelúcia Alves da Costa; Rita de Cássia Galvão Pavan

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar impede se viver uma vida segura e digna, necessária para no exercício da liberdade cidadã. Compreendida como fruto da sociedade que perpetua as desigualdades por meio de suas diversas instituições, uma delas a escola. Para isso, se estabelece a violência sob a forma de bullying. Como medida de enfrentamento propomos a defesa da educação inclusiva e a convivência entre diferentes indivíduos na escola. Para tal, cabe considerar a Lei nº 13.663 (BRASIL, 2018), no art. 1º, ao dispor sobre “Promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas e estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas”. Tal dispositivo legal nos faz analisar seus impactos e desenvolvimento nas ações contrárias à violência nas escolas públicas em Niterói.

Palavras chaves: Violência Escolar, Bullying, Educação Inclusiva

Sessão 3:

Local:

Autora: Juliana Santana

TRABALHO PROFISSIONAL E GARANTIA DE DIREITOS: REFLEXOS DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO HUPE/UERJ

Em nossa pesquisa, consideramos que possuir documentação básica é uma exigência primordial para a vida de um cidadão. Se tratando de crianças e adolescentes, consideramos não só um direito, mas dever do Estado. Podemos dizer que, é indissociável a relação entre o acesso a direitos sociais e acesso à documentação pela população usuária das políticas sociais de famílias que possuem em sua composição familiar pessoas de 0 a 17 anos e 11 meses, ou seja, crianças e adolescentes. Nossa afirmativa se baseia na realidade da infância e juventude ser uma das portas de entrada para as políticas sociais e programas oriundos delas. Acreditamos que o acesso à documentação e os processos de acesso aos direitos sociais, andaram em direções distintas e ainda, acreditamos ser de interesse do Estado como forma de exclusão de parte da população do acesso a direitos além dos que constam no Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA/1993), mas também direitos básicos da constituição Federal de 1988, tornando-se ainda um limite para o trabalho profissional do/a Assistente Social na política de saúde.

Palavras-chave: Processos de trabalho, serviço social, infância e juventude, cidadania.

Autora: Eliana Rocha Oliveira

ENTRE A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E O PROJETO LIBERAL: AS CONTRADIÇÕES NO CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi instituído pela Constituição Cidadã de 1988 para dar cumprimento ao seu artigo 227, na deliberação de políticas públicas, no âmbito do paradigma de sujeito de direitos, como um instrumento de participação direta da sociedade civil. Entretanto, os governos que se seguiram à promulgação da CF apresentaram um perfil político liberal. Este trabalho busca refletir sobre as condições entre o texto legal e as políticas demandas pelas organizações representadas no CONANDA, no período 1993-2014.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente, Políticas Públicas, CONANDA

Autor: Caio Cesar Silva Nascimento

OS ESPAÇOS PARA A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DENTRO DO PROGRAMA SENAC DE APRENDIZAGEM: O NÃO PRESCRITO.

Este trabalho buscar refletir e analisar como se dão algumas práticas dentro do Programa de Aprendizagem Profissional de um Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em São Paulo. O programa ancora-se em uma política pública (Lei n. 10.097/2000) de caráter permanente, que reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. O que se indaga nesta pesquisa, está para além do desenvolvimento das competências (planejamento, organização, direção, controle, atendimento ao cliente, técnicas de redação, comunicação oral, cordialidade, postura profissional apropriada ao ambiente organizacional, entre outras) previstas no catálogo dos cursos do programa de Aprendizagem Profissional. Busca-se vivenciar por meio da pesquisa do campo em quais espaços, momentos e atividades podem e são produzidas as subjetividades e/ou onde eclodem os processos de subjetivações dos jovens inscritos no programa de aprendizagem do SENAC-SP.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Juventude.

Autora: Jessica Damiana Pires Fernandes

INFÂNCIA, DEFICIÊNCIA E MEDICALIZAÇÃO: UMA DISCUSSÃO EM QUESTÃO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

No processo de redemocratização do país, uma nova base jurídica e conceitual insere a criança como sujeito de direito. Esse novo quadro político afirma uma concepção de infância como categoria social da história humana, tomando a criança como sujeito histórico e social, que está no mundo, que incorpora esse mundo, mas também o influencia e constrói significados a partir dele (KRAMER, 2007). Mesmo com os avanços legais, ao discutir o tema da infância, é necessário tratar dos diferentes direitos sociais das crianças pequenas, como o direito à inclusão. Nesse sentido, o projeto de extensão “Encontro com educadores da Baixada Fluminense: diálogos a respeito de inclusão e mediação” promove encontros com a comunidade a fim de discutir a questão da medicalização, inclusão e deficiência na educação. O projeto tem como referencial teórico o modelo social de deficiência (DINIZ, 2012), que reconhece que a deficiência não existe isoladamente, mas se estabelece no encontro com uma sociedade e com práticas. Tivemos a oportunidade de receber um grupo de professoras da educação infantil. Nos relatos, as crianças foram apresentadas a partir de uma possível deficiência, encerradas num diagnóstico, por não se adequarem ao padrão esperado para sua faixa etária. Questões como a obrigatoriedade do laudo para a inclusão das crianças emergiram de seus discursos. Nesse sentido, a continuidade dos encontros objetiva movimentar essas concepções sobre criança e os processos de inclusão na escola. Assim, pretende-se construir coletivamente uma crítica aos modos medicalizantes de lidar com as questões infantis, com as dificuldades de adaptação as normas pré-estabelecidas pela escola, e também com os desdobramentos éticos na produção de diagnósticos que geram adoecimento e exclusão (CORSINO, 2016).

Palavras-Chave: Infância - medicalização - deficiência

Sessão 4:

Autoras: Mônica de Souza Motta; Cintia Larangeira

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SÃO GONÇALO/RJ

O campo da Educação é atravessado, de forma inseparável, pela relação de suas características estruturais e conjunturais (FRIGOTTO, 2011). Assim, na medida em que o Estado é relacional, a Educação reside na indissociabilidade do exercício do poder, porque nasce da política. O presente trabalho busca refletir, brevemente, sobre as relações de forças que se revelam entre as políticas públicas e a garantia de direitos sociais, no que tangem suas concepções histórica, ideológica, política e cultural do país, especialmente, em nosso recorte sobre as políticas educacionais direcionadas à Educação Infantil no município de São

Gonçalo/RJ. Trata-se de pesquisas iniciais fundamentadas nas discussões referentes às formulações de políticas públicas para a garantia do direito à “educação dos pequenos” (TAVARES, 2003).

Palavras-chave: Políticas públicas, Direitos sociais, Educação dos pequenos

Autora: Rosana Ribeiro

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS: REFLEXÕES SOBRE UMA POLÍTICA PARA A(S) INFÂNCIA(S)

O trabalho pretende apresentar algumas conclusões a que chegamos na pesquisa de Mestrado acerca da implementação de uma política pública de expansão da Educação Infantil e alguns dos elementos que nos instigaram a dar continuidade à pesquisa através do Doutorado. Busca-se destacar a importância das relações entre Política e Território, principalmente a partir dos pressupostos elencados na Constituição Federal de 1988, tentando perceber até onde as determinações mais gerais da política pública se entrelaçam com as demandas locais, pensando no micro-espaco também como uma escala de poder.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Infantil, Constituição Federal

Autora: Lidiane Barros Lobo

ORGANIZAÇÃO POPULAR E A LUTA POR CRECHES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – RJ

Este trabalho pretende apresentar um recorte da pesquisa intitulada “Quem manda na escola pública?” realizada durante o Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ/FEBF), entre os anos de 2017 e 2019. Temos como objetivo tratar da criação das primeiras creches municipais do município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, em 1988, a partir da luta do movimento de bairros, em um período de ascenso das lutas populares no país. Destaca-se que o momento político vivido no Brasil, a partir da transição política e dos debates em torno da Constituinte, reverberou nas ações organizadas no local, gerou mudanças na concepção do atendimento de crianças da primeira infância, possibilitando o surgimento das primeiras unidades sob responsabilidade do Poder Público Municipal.

Palavras chaves: Educação, creches municipais, Nova Iguaçu

Autora: Michelle Abraão do Carmo

"QUE HORAS VAMOS PRO PARQUINHO?": UMA REFLEXÃO SOBRE BRINCADEIRAS E APRENDIZAGENS NA INFÂNCIA EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

O presente relato de experiência tem como objetivo trazer para reflexão uma discussão sobre brincadeiras e aprendizagens na educação infantil. A partir de um projeto chamado "Brincadeiras de quintal" em uma EMEI no município de Nova Iguaçu. Algumas questões que impulsionaram esta escrita foram: o que podem aprender as crianças que brincam na escola? Como adequar a brincadeira ao planejamento das aulas? Como construir uma prática de modo a proporcionar, de fato, uma aprendizagem que seja significativa, tendo como resultado a aplicabilidade do conhecimento adquirido na escola, para o exercício da cidadania na vida? As questões foram discutidas a luz de Vygotsky (2008), Manuela Ferreira (2002, 2004 e 2008) e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Compreendendo as possíveis formas de atuação da brincadeira como norteadora do trabalho com as crianças, concluímos que como direito e realidade social a Educação Infantil faz parte da vida contemporânea das crianças. Matriculadas nessa instituição, passam boa parte de suas infâncias tendo como mediadores os espaços e os sujeitos que compõem a EMEI. Sendo assim, essa instituição, com suas opções pedagógicas, se torna uma das grandes responsáveis pelas percepções de mundo por parte das crianças, revelando-nos que brincadeira ganha importância no cotidiano da Educação infantil, pois para as crianças é a possibilidade de construção de um tempo integralmente útil com ou sem estabelecimento de censuras, obrigações e ocupações feitas por elas. De um lado a brincadeira que permite a construção de um contexto social compartilhado, de outro, a que cria as condições para a própria existência do sujeito, por fim, a brincadeira que permite a construção de um dado objeto de conhecimento: a subjetividade humana.

Palavras chaves: Brincadeiras, aprendizagens, Educação Infantil.

Autora: Marcela Aurea Rodrigues Gomes Amaral

A CONSULTA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DA BNCC NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

O presente trabalho pretende apresentar a fase inicial da pesquisa realizada sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, que surge como “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASIL, 2018). O objetivo é compreender a fase relacionada à “consulta pública” e o debate realizado para elaboração do documento nas Escolas Municipais

de Educação Infantil (EMEI) do Município de Nova Iguaçu. Neste sentido, retomo as linhas gerais da construção da proposta da BNCC, tendo em vista a atuação de seus principais agentes formuladores e as disputas ideológicas e políticas que a atravessam, buscando apontar e descrever a participação dos profissionais da educação das EMEIS e a (in)existência do debate público para a construção implementação da proposta da BNCC em Nova Iguaçu.

Palavras chaves: BNCC, Educação Infantil, Nova Iguaçu

ST 10 - EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E DA CIDADE

Autor: Marcia Araújo Ribeiro Lima

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS NAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, PUBLICADAS NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP) DE 1980 ATÉ 2016: DESTACANDO OS DESCRITORES EDUCAÇÃO POPULAR E APRENDER POR TODA VIDA

Este trabalho tem como objetivo apresentar as perspectivas teóricas-metodológicas das pesquisas sobre Educação de Jovens e Adultos, publicadas no periódico Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) de 1980 até 2016 destacando os descritores Educação Popular e Aprender Por Toda Vida. A temática estudada encontra-se relacionada à pesquisa de tese concluída e a estudo bibliográfico-documental que mapeou, dentre 43 artigos sobre Educação de Jovens e Adultos publicados no periódico RBEP no período recortado, seis trabalhos selecionados a partir dos descritores Educação Popular e Aprender por Toda Vida. Os seis artigos foram analisados considerando as perspectivas teóricas-metodológicas das pesquisas, tendo como fundamentação teórica as análises de Cardoso (1976), de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010) e outros autores.

Palavras-chave: Educação Popular e Aprender por Toda Vida, perspectivas teórico-metodológicas, EJA.

Autor: Greyce Kelly Fernandes de Almeida

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E MOVIMENTO SINDICAL: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA CONTRA O CAPITAL

Nos anos 90, as Centrais Sindicais Brasileiras, avançam no campo das políticas sociais, lutando não apenas por questões salariais e pela garantia de emprego, mas promovendo ações que visam o desenvolvimento e o bem-estar individual e coletivo da população. Neste sentido intenciona-se pensar as estratégias sindicais e pedagógicas das maiores Centrais Sindicais do Brasil, com a juventude trabalhadora, como um processo de aprendizagem ao longo da vida, de forma a renovar o quadro de lideranças e a garantir a sobrevivência das mesmas. Comparar as políticas sindicais existentes para a juventude entre as Centrais Sindicais; compreender as concepções de juventudes que estão presentes através dos seus coletivos juvenis; e identificar como as Centrais Sindicais organizam-se frente o alto índice da taxa de desocupação juvenil.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Juventudes e Movimento Sindical.

Autor(es): Ana Luiza Rodrigues Cabral

Clara Ferraz Santos Rabello

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DAS ÁREAS RURAIS E URBANAS

No eixo da educação popular, urge a necessidade de integrarmos os movimentos sociais com práticas educativas que façam o intercâmbio do meio rural com a cidade, isto é: levar os alunos para práticas sobre meio ambiente em campos de plantação, conhecer o trabalho e a vida rural, conversar com locais.

Palavras-chave: Educação popular, movimentos sociais, cidade.

Autor: Ana Sofia Cartaxo Bruno

EDUCAÇÃO POPULAR NA PRAÇA: CRUZOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Com a apresentação da proposta de comunicação pretendo contar alguns fragmentos da pesquisa de doutorado em curso sobre educação no espaço público da cidade com enfoque na praça da Cinelândia no centro do Rio de Janeiro. A partir dos movimentos de continuidades e deslocamentos gerados nos âmbitos teórico e empírico, procura-se refletir como os encaminhamentos decorrentes de questionamentos e reflexões para pensar os corpos-em-performance que atravessam e ocupam a praça, interferem nos sentidos possíveis para pensar o educativo. As ações dos movimentos sociais urbanos, dos coletivos e dos diversos grupos que corporizam e incorporam a praça, apontam para a ação coletiva contemporânea das ruas que mostram processos educativos como espaços /tempos no âmbito de uma perspectiva de educação popular a partir de leituras decoloniais e feministas, anti-racistas, anticapitalistas, contra o patriarcado, a homo e transfobia, pela defesa dos direitos da natureza e dos animais. A “política contemporânea das ruas” desloca o foco para o saber que o estar junto produz, para as redes de saber e convivialidade, para, deste modo, estender e alargar outros entendimentos da educação e da pesquisa em educação que transgridam limites e fronteiras.

Palavras-chave: educação popular, espaço público, movimentos sociais.

Autor: Thainá Borges Campistano de Oliveira

OS PRIMEIROS PASSOS DA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE O ENERA

Esse trabalho tem como intuito analisar o cenário das lutas do campo, em específico da Educação no Campo, que levaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a criação do primeiro Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), na cidade de Brasília, em Julho de 1997, o que surgiu de novo no quadro da lutas e conquistas após o evento, e em sua segunda edição, em Setembro de 2015, 18 anos depois da primeira edição. Devido a escassez de matérias sobre os ENERAs, a pesquisa foi baseada em diversos trechos de artigos que tratam da histórica luta de uma Educação do Campo, no campo e para o campo, como trechos do Dicionário da Educação do campo, teses de doutorado e alguns relatos retirados de artigos sobre o MST, como os de Caldart, além de documentos oficiais do Governo como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB lei nº 9394/96. Este trabalho advém da disciplina de Educação do Campo, a fim do aprofundamento das questões do campo, por meio de revisão bibliográfica. Sendo assim, ao final das análises, com as informações encontradas ou a falta delas, possibilitaram, com esses diversos fios entrelaçados, costurar-se brevemente a importância desses Encontros para a luta dos camponeses por uma educação pública e de qualidade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Educação do Campo, ENERA.

Autor: Fabrícia Nascimento Silva de Oliveira

A EDUCAÇÃO POPULAR DAS MULHERES DO CAMPO E DA CIDADE PRESENTE NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFRRJ

A Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ foi institucionalizada no ano de 2014. De 2010 a 2013 o curso foi ofertado via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), neste período usando apenas o espaço físico da Universidade. Mesmo com a institucionalização o protagonismo da educação popular das mulheres do campo e da cidade vem marcando e demarcando as pautas emergenciais da educação. Reconhecer as atuações e ações das mulheres frente aos movimentos sociais do campo é protagonizar as diferentes lutas. A primeira turma institucionalizada da Educação do Campo teve a representação das ações das mulheres de luta e a educação popular das mulheres formando e educando sujeitos nos espaços formais e não formais.

Palavras-chave: Educação do campo; Educação popular das mulheres; Protagonismo.

Autor: Tássia Cordeiro

A OFERTA ESCOLAR NO BRASIL RURAL: O MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ATUAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados preliminares da pesquisa de doutorado (PPFH/UERJ), que versam sobre o estabelecimento de um desmonte da Política Nacional de Educação do Campo. Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, estão sendo realizadas revisões bibliográficas e levantamentos de dados junto às Sinopses Estatísticas da Educação Básica (INEP/MEC). Para a compreensão deste processo seguimos duas frentes principais de investigação: a primeira tem como objeto de análise a influência da expansão do agronegócio para a luta popular por educação do campo e a segunda busca investigar a oferta escolar nos espaços rurais do país nas últimas décadas. Neste sentido, verificamos uma forte ingerência do agronegócio na educação pública brasileira, consolidada principalmente por meio de Parcerias Público-Privadas, e um processo de reorganização espacial da oferta escolar, com a retração da oferta no meio rural e a concentração da oferta nos espaços urbanos.

Palavras-chave: Educação do Campo; Agronegócio; Políticas Públicas.

Autor: Jadson Lobato Gonçalves

CINEMA, EDUCAÇÃO POPULAR E CAMPESINATO: UM ENCONTRO ENTRE A OBRA DE JOSE SOUZA MARTINS E O FILME CABRA MARCADO PRA MORRER DE EDUARDO COUTINHO.

Contar uma narrativa, uma perspectiva, um ângulo de observação, suas descrições estéticas e éticas possibilitam reconstruir conexões entre passado, o presente e o futuro. É nessa arte de conectar mundos e tempos que o cinema e a educação popular encontram bases sólidas para uma nova pedagogia na formação da cidadania. Gilles Deleuze, um dos autores que fundamentam o cinema-movimento como um grande instrumento na desconstrução de padrões e representações conservadoras da sociedade, aponta para o impacto cinematográfico causado no espectador como uma mudança sobre o espírito e a sua cosmovisão das coisas: o cinema tem o poder de fazer pensar e pensar o Todo. É sobre esse plano de fundo que a obra de Martins e de Coutinho entram em harmonia para iluminar a história do campesinato e a pensar o Brasil das lutas no campo. No filme “Cabra marcado pra morrer”, do diretor Eduardo Coutinho, ficam exemplificados conceitos pelas quais Martins trabalha sobre a questão do campo: repressão, formas de dominação, valor moral e valor de mercado da terra, etc. No enredo, o assassinato de uma liderança do movimento campesinato é expressão desse Brasil desigual e da violência na luta pela terra, em uma relação imbricada de ficção-documentário. Esse trabalho se propõe a apresentar conceitos de Jose Souza Martins sobre a via da

educação popular e o cinema combativo de Coutinho como instrumentos didáticos-pedagógicos para traçar novas perspectivas políticas, sociais e filosóficas.

Palavras-chave: Cinema, Educação Popular, Campesinato.

Autor: Fernando Caldeira

AS EXPERIÊNCIAS DE PRÉ-VESTIBULARES POPULARES DO RIO DE JANEIRO

Esse trabalho tem como proposta uma fala mais objetiva sobre as experiências compreendidas através das reuniões do Fórum de Pré-Vestibulares do Rio de Janeiro. Reuniões essas onde são explicitadas diversas questões sobre os cotidianos dos projetos, podendo ser elencados: a luta pela universidade, a evasão dos alunos nos projetos, as condições e estruturas onde os projetos acontecem, dentre outros. De modo mais específico, esse trabalho tem uma boa consolidação sobre Pré-vestibular Popular Construção em Manguinhos-Fiocruz, onde atualmente sou professor e Coordenador, sendo de grande relevância na minha trajetória. Os PVPs nos ajudam a elucidar a realidade da educação brasileira e apresentam a diferenciação que ocorre no processo educativo. De um lado, temos as escolas para os que podem pagar e de outro, as escolas públicas que são enfraquecidas por falta de investimentos, de um projeto democrático e de normas pedagógicas – instrumentos essenciais para formação e desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. A consolidação dos Pré-Vestibulares Populares no Brasil e especial no Rio de Janeiro, foi importantíssima para as lutas pela implementação e conquistas de políticas públicas educacionais vigentes.

Palavras-chave: Movimento Social- Educação Popular -Pré-Vestibular Popular.

Autor: Edivan Fulgêncio

MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Este trabalho se propõe como uma produção científica na busca da compreensão do papel dos coletivos populares como novas formas de mobilização e organização popular em um território empiricamente observado como carente de políticas públicas, as quais têm sido negligenciadas ao longo das últimas décadas, em contraponto ao crescimento populacional observado. A abordagem metodológica terá como auge o estudo de caso de um dos coletivos populares em ação na Região de Campo Grande, Rio de Janeiro, dedicado à educação popular para a cidadania e participação política na construção da sociedade do bem comum.

Palavras-chave: Geografia urbana, Movimentos Sociais, Educação popular.

Autor: Adenilson Pontes Pinto

PROJETO DE EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

A sociedade capitalista acaba por favorecer a classe dominante, os donos dos meios de produção. Enquanto o restante da sociedade acaba sendo explorado e marginalizado. Isso ocorre também no que diz respeito no acesso ao conhecimento. Neste sentido, buscando democratizar o acesso à educação superior, o Pré Vestibular Social Leonhard Euler (que faz parte do projeto de extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO). Proporciona a jovens e adultos a oportunidade de estudar e se preparar para fazer os vestibulares, assim como uma conscientização de classe e transformação social. O projeto conta com professores voluntários que acreditam em uma educação transformadora e alunos de diversas localidades.

Palavras-chave: Educação transformadora, transformação Social, Pré-vestibular Social.

Autor: Fabiana Aldaci Lanke

A ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS JOVENS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DO PNE: DESAFIOS PARA O MONITORAMENTO

A pesquisa descritiva objetivou apresentar o cumprimento da estratégia de número 8.1, da Lei 13.005 de 2014, Plano Nacional de Educação - PNE, voltada a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos do campo. A análise se pautou na fase de monitoramento do Ciclo das Políticas Públicas e observou no Relatório de monitoramento do PNE que a média de 8,1 anos estudados pelos jovens do campo em 2014 foi elevada para 8,5 em 2016. Buscou-se a previsibilidade orçamentária no PPA 2016-2019 apresentada nos Programas “Reforma Agrária” e “Educação de qualidade para todos”. Contudo, a desatualização das informações disponibilizadas e a falta de dados pormenorizados das medidas empregadas pelo poder público dificultam o monitoramento da elevação de escolaridade de jovens do campo meta estabelecida no PNE.

Palavras-chave: Educação no Campo, Ciclo de Políticas Públicas, Monitoramento do Plano Nacional de Educação.

Autor: Larissa Fernandes Pereira

O PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL COMO EMPODERADOR DE ALUNAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFRJ- CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Enfrentando as desigualdades enraizadas no Brasil, os pré-vestibulares sociais - oriundos do movimento negro - visam incluir pessoas com baixa renda em Instituições públicas de ensino superior. Esse trabalho destaca então a importância do pré-vestibular social na vida de oito alunas cotistas do curso de Licenciatura em Química do IFRJ- Campus Duque de Caxias, oriundas da Baixada Fluminense e da rede pública de ensino. A pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, mostrou a grande fragilidade no ensino médio estadual e que o pré-vestibular social conseguiu suprir, na maior parte dos casos, a ausência da referência escolar, empoderando, formando cidadãos críticos, aumentando a autoestima e gerando o pertencimento.

Palavras-chave: Instituto Federal, Pré-vestibular social, Baixada Fluminense.

Autor(es): Andris Cardoso Tibúrcio

Marcélia Alves de S. Martins

CORPOS IMPERTINENTES: RESISTÊNCIA E SUBJETIVIDADE DE MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

A vida pulsa por romper com o silêncio das ruas, pulsa por entendermos que somos variados na forma de existir no mundo, somos singulares. Na história brasileira as mulheres negras, tem um percurso de desterritorialização forçada. Foram arrancadas do seio de suas famílias e de seu pertencimento em Áfricas, trazidas como mercadoria para uma terra desconhecida e aqui invisibilizadas socialmente. Corpos domesticados e servis para cuidar das lavouras, das cozinhas e dos prazeres sexuais dos senhores, amas de leite dos filhos das sinhás, muitas vezes na negação de seus próprios filhos. No Brasil República emerge um projeto de país que incluiu a negação da ancestralidade negra (VERGNE, 2014), e às mulheres negras restou o lugar de serviçais. O estar na rua foi e é combatido em nome da ordem urbana, mas os corpos negros insistem no direito de negar a invisibilidade. Na prática profissional em Consultório na Rua encontra-se a história impressa nos corpos de mulheres negras que impõem a necessidade de compreensão e escuta. Corpos femininos em situação de rua são aqueles que dizem sim à vida e à resistência, denunciando a história de exclusão sofrida por sociedades que os invisibilizaram, e que gritam quando as ruas tentam silenciá-los.

Palavras-chave: Mulher Negra, Racismo, Situação de Rua.

Autor: Maria Clara Moreira Dos Santos

DONA RUTH TELLES DE MENEZES - A MULHER NEGRA QUE DEMOCRATIZOU A EDUCAÇÃO DE SANTO ALEIXO

Ruth Telles de Menezes nasceu em São Fidélis - RJ em 1913, acredita-se que a origem de sua família seja de escravizados pertencentes à família mais importante da Baixada Fluminense no período colonial do Brasil. As terras deles eram conhecidas como Solar dos Telles, dando origem aos bairros Vilar dos Telles em São João de Meriti e os Arcos dos Teles no centro da cidade do Rio de Janeiro em homenagem à essa imponente família. A grande conquista da Dona Ruth foi democratizar a educação para a população de Santo Aleixo em um período de grande crescimento econômico, mas não de conquistas sociais. A luta e resistência dela é evidente, este trabalho procura problematizar o porquê esta mulher negra educadora da Baixada Fluminense foi invisibilizada na história, sendo negada qualquer tipo de reconhecimento e valorização diante de sua relevância para a história e a educação de Santo Aleixo. Muitas vezes a cor da pele chega "à frente" da competência de muitos indivíduos negros na sociedade brasileira. E com a Dona Ruth não foi diferente, sabe-se apenas da participação dos homens brancos da elite para a construção do maior Grupo Escolar do estado do Rio de Janeiro na década de 1950.

Palavras-chave: mulher negra, educação, invisibilidade.

Autor: Lucas Henrique Justino de Souza

OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA CONSTITUINTE DE 1987-88

A inauguração da “questão urbana” como política urbana constitucional se dá na Constituição da República de 1988. A presente pesquisa busca investigar o papel dos movimentos sociais urbanos neste processo de reconhecimento constitucional ao identificar narrativas, demandas e exigências que possibilitaram a positivação (ou não) de direitos individuais e sociais no texto constitucional. Este trabalho possibilita compreender, a partir do passado, o que está até hoje no campo das possibilidades e dos impasses, isto é, estabelecer elos entre as demandas de justiça social que ficaram pendentes para o tempo presente. Contribuímos, portanto, para uma rememoração da atuação dos movimentos sociais urbanos na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 a fim de compreender, também, como se deu a cristalização das relações de poder na redemocratização. Essa é uma aposta teórica que diverge da opção de analisar a Constituição a partir de marcos analíticos que não se debruçam pelas relações sociais que se formaram. Para nós, a Constituição de 1988 é produto destas relações e, por isso, esta pesquisa revisa a literatura dos movimentos sociais (teoria dos movimentos sociais e sociologia urbana), acessa fontes documentais dos anais da

Constituinte (Subcomissão de Questão Urbana e Transportes da Assembleia Nacional Constituinte) e entrevista três sujeitas que participaram da rede de movimentos, da academia e ONGs.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; reforma urbana; redemocratização; assembleia nacional constituinte.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

Vidas, Trabalho e Imagens: Os impactos da transformação do capitalismo na vida cotidiana na produção e reprodução material das relações sociais na contemporaneidade

Autor(es): Alice Maciel Domingues

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A CONSTITUINTE DE 88: DAS LUTAS SOCIAIS AO TEXTO POSITIVADO

O trabalho em questão visa analisar a organização dos trabalhadores e de seus sindicatos para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, no sentido de compreender o modo e a efetividade que tal processo ocorreu. Dessa forma, se analisa principalmente o que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo e seu desenvolvimento. Como perspectiva teórica tem-se o entendimento do direito como cristalização das relações sociais de poder e observação de sua limitação estrutural à participação social, bem como dos caminhos para alcançar a mesma. O estudo se deu a partir de revisão literária, entrevistas com militantes e parlamentares da época e análise dos anais, de modo a observar também os debates em plenário principalmente quanto à autonomia sindical, a estabilidade e os direitos das mulheres trabalhadoras.

Palavras-chave: Constituinte, Novo Sindicalismo, organização dos trabalhadores, positivação de direitos.

Autor(es): Wanderson Pimenta Souza

TÓPICOS PARA UMA LEITURA DO DIREITO DO TRABALHO EM PERÍODOS DE CRISE

Abordar o Direito do Trabalho em tempos de crise, mais especificamente, no período entre 1964 – 1979, como forma de contribuição e reflexão sobre a crise atual. Apontar que eventuais crises do direito do trabalho se relacionam com a conjuntura política e econômica. Levantar e questionar a legislação trabalhista aprovada e aplicada pelos tribunais naqueles anos. O tribunal escolhido é o Tribunal Regional do Trabalho da Região, situado no Rio de Janeiro e, em específico, os principais acórdãos do período.

A ideia é vislumbrar como procedeu o Tribunal diante do quadro de turbulência política, atravessado por intensas lutas trabalhistas nos grandes centros urbanos, em especial na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Trabalho, Direito, Ditadura

Autor(es): Vilma Mendonça Esteves

GIG ECONOMY E GESTÃO DA SOBREVIVÊNCIA: PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E DA REALIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO

O trabalho mediado por aplicativos e plataformas digitais cresce no mundo todo. O avanço da “gig economy”, chamada no Brasil de “uberização”, vem despertando debates sobre a precarização e a intensificação do trabalho. As empresas uberizadas ou empresas-aplicativo transferem os riscos e custos do empreendimento para os trabalhadores autônomos, devidamente cadastrados em suas bases de dados e dispostos a realizar as atividades com seus próprios recursos. Embora as plataformas sejam as maiores beneficiárias das operações comerciais que intermedeiam, elas renunciam a qualquer responsabilidade sobre suas consequências, alegando que não há vínculo empregatício com seus prestadores. Esta pesquisa objetiva refletir sobre a uberização enquanto um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e exploração do trabalho, onde a regularidade do assalariamento formal e a garantia dos direitos sociais e trabalhistas tendam a se reduzir. Com o intuito de pensar sobre as relações de trabalho contemporâneas, analisaremos os elementos das relações de trabalho dessas empresas e os conflitos trabalhistas gerados.

Palavras-chave: uberização, precarização, direitos sociais.

Autor(es): Lorena Esteves de Oliveira

Carla Guimarães Ferreira

TRABALHO E ALIENAÇÃO DOCENTE

A produção capitalista “captura” a subjetividade da pessoa que trabalha. Na academia, o processo de alienação acarreta implicações para a subjetividade conduzindo os professores a uma omissão consentida. Não é possível falar de captura da subjetividade sem se recordar da tecnologia. A manutenção de um pensamento hegemônico capitalista passa necessariamente pela via da informação e da comunicação, principalmente a instantânea. É preciso ainda avaliar o uso intensivo da tecnologia por meio da educação à distância. Na universidade, o uso da internet acrescido de materiais de estudos com mais imagens do que texto, como slides, em detrimentos de seminários e discussões, tem propiciado ensinamentos pouco críticos. Quando se deixa de ler e de refletir o que se leu, você não constrói subjetividades libertadoras. A reflexão, o debate e a compreensão da realidade tendem a ser abolidos da universidade.

Palavras-chave: Tecnologia; Alienação; Trabalho Docente.

Autor(es): Lorena Esteves de Oliveira

Carla Guimarães Ferreira

WHAT IS UP? UMA ANÁLISE DO SUJEITO TRABALHADOR NA ERA DA COMUNICAÇÃO DIGITAL

A internet é uma ferramenta que promove um espaço para a construção de novas subjetivações que, não estão alinhadas instantaneamente com precarizações e adoecimentos. Assim como o ciberespaço, a organização do trabalho, também possui potencial criativo, contudo ambas são atravessadas por relações de poder e pelo produtivismo capitalista. Quer dizer, o próprio sistema capitalista sofre transformações com a inserção digital. Destarte, a proposta é abordar a relação entre trabalho e sujeito trabalhador tendo em vista o uso de aplicativos de redes sociais e mensageiros instantâneos. Com a comunicação digital, as relações se tornam fluidas, bem como a organização do trabalho que, agora, ocupa diferentes espaços e tempos ultrapassando esferas que antes eram consideradas privadas. Questões como: captura da subjetividade, ciberneurose, alienação e adesão dos sujeitos ao panóptico digital são discutidas.

Palavras-chave: Trabalho, Capitalismo, Comunicação Digital, Subjetividade

Autor(es): Jéssica Guimarães Martins

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR OU A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA? UMA ANÁLISE SOBRE O VÍNCULO DE TRABALHO DO “MEDIADOR PEDAGÓGICO” NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO CONSÓRCIO CEDERJ.

Com a ampliação do ensino superior, a educação à distância tornou-se uma estratégia de expansão e democratização do acesso à educação pública (DEMARCO, 2018). Nesse cenário foi constituído o Cederj que conta com sete universidades públicas (UERJ; UENF; UNIRIO; UFRJ; UFF; UFRRJ; CEFET), oferecendo 16 cursos e distribuído em 33 Polos. Para operacionalizar essa estrutura, que visa formar alunos em escala, entra em cena a figura do antigo “tutor” recentemente denominado de “mediador pedagógico”. Neste contexto, o presente estudo objetiva analisar os efeitos da lei 8.030/2018 que veda a utilização do termo “tutor”, bem como discutir os elementos que acarretam a precarização do trabalho desse profissional remunerado por bolsa.

Palavras-chave: tutor, precarização, EAD.

Autor(es): Valéria Mendonça Esteves

A PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS SERVIDORES NA “DESBUROCRATIZAÇÃO” DA MÁQUINA PÚBLICA FRENTE À REDUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Este artigo tem a premissa de investigar a precarização do serviço público na Administração Pública do Poder Executivo Federal e mostrar as consequências dessa deteriorização tanto para o funcionalismo público quanto para a sociedade. A Administração Pública é conhecida popularmente como máquina pública. E para manter essa máquina em pleno funcionamento depende da atuação de servidores que através de uma série de estratégias e ações vislumbram alcançar os resultados

favoráveis para satisfação das necessidades da população, em cumprimento aos Direitos Sociais assegurados pela Constituição Federal e demais legislações. A máquina pública encontra-se com um quadro deficitário de servidores, muitos se aposentaram e não houve reposição desse quantitativo. Visando suprir esse esvaziamento o governo tem investido na informatização, na tentativa de substituí-los por serviços de digitalização e na contratação de terceirizados, fatores que impactam na redução e paralisação da eficácia e qualidade dos serviços prestados. Algumas condutas negativas do servidor têm desvalorizado a imagem do funcionalismo associada à falta de recursos e infraestrutura que contribuem para o desmonte do serviço público e prejudicam toda sociedade.

Palavras-chave: desburocratização, direitos sociais, serviço público

Autor(es): Daniel Luiz Pitz

O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO NA ECONOMIA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Este estudo pretende fazer uma discussão acerca o mundo do trabalho e suas novas configurações frente os impactos da globalização, sobretudo na esfera econômica. Dessa forma, a pesquisa propõe-se a responder o seguinte problema: Quais são as consequências da globalização no mundo do trabalho? Para a realização dessa pesquisa serão utilizados o método qualitativo e a técnica de pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias. Nesse sentido, a primeira parte desse estudo expõe-se os aspectos gerais e teóricos do fenômeno da globalização. Logo após, aborda-se sobre a globalização na economia e por fim, explora-se as transformações no mundo do trabalho ocasionadas pelo fenômeno da globalização no interior do modo de produção capitalista, sendo o objeto de verificação mais específico do estudo.

Palavras-chave: Globalização, trabalho, relações de trabalho.

Autor(es): Patrícia Maia

A PRECARIZAÇÃO ANUNCIADA PELA REFORMA TRABALHISTA É REALIDADE NO BRASIL

O presente artigo tem por objetivo diagnosticar os principais elementos da Reforma Trabalhista regida sob a lei nº.13.467/17 ao promover sua relação de emprego nos requisitos de modalidades de - contratação, jornada de trabalho, condições de trabalho e demissão – que se apresentam para além da lei que lhe serve de referência. Desemprego, informalidade e precarização do trabalho refletidos no ciclo do capitalismo contemporâneo, marcado pelos impactos sobre a população. O objetivo geral é provar a perda de direitos e o aumento da desproteção social dos trabalhadores com a Reforma trabalhista. Como objetivos estratégicos analisar a importância dos sindicatos nas relações de trabalho no mundo do trabalho; investigar a precarização das relações de trabalho trazidas pela nova

lei; e compreender a Reforma Trabalhista diante precarização no Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico sobre precarização, com referenciais como Antunes (1999; 2006; 2011), Alves (2005; 2014), Mészáros (2014), Druck (2011; 2015), que proporcionam a compreensão desses impactos sobre as relações de trabalho, principalmente sob as formas do desemprego e do trabalho formal, novas formas contratuais de precarização e a expansão do trabalho informal.

Palavras-chave: Precarização, Reforma Trabalhista, Desemprego.

Autor(es): Fernanda Chaves Vasconcelos

A LEGISLAÇÃO DE GREVE NO BRASIL, AVANÇOS E RETROCESSOS PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

Este artigo tem como tema problematizar a legislação sobre a greve no Brasil, sua evolução e involução ao longo da história do país. Em um plano geral objetiva-se demonstrar como a Constituição de 1988 contém resquícios da legislação brasileira anterior sobre essa matéria. Em um plano mais específico busca-se mostrar como os sindicatos foram tratados pela Constituição e pela legislação infraconstitucional após a sua promulgação, bem como a judicialização da greve. A seguir, explica-se como os dissídios de greve são julgados pela Justiça do Trabalho absorvendo os ideais neoliberais. Constata-se que a greve permanece causando mal-estar na sociedade burguesa por meio de suas leis, perpetuando um trabalhador alheio ao seu pertencimento a uma classe e às suas lutas adjacentes.

Palavras-chave: Greve, Sindicatos, Judicialização da greve.

Autor (es): Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz

AS RELAÇÕES ENTRE O TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NÃO-COOPERADOS E O ACÚMULO DE CAPITAL NA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO DA REDE DE RECICLAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RRERJ)

A principal característica do Sistema Capitalista de Produção é a sua constituição social através de classes, baseadas na posse ou na ausência de capital acumulado e propriedade privada. A presente proposta concentra-se em compreender de que modo a organização da Rede de Reciclagem do Estado do Rio de Janeiro (RRERJ) institui a relação entre o trabalho de catadores de materiais recicláveis não-cooperados e outros sujeitos componentes desta Rede, no acúmulo de capital e na manutenção da Indústria da Reciclagem. Segundo Corrêa (1997), o conceito de ‘rede’ pode ser compreendido a partir de ‘nós’ e ‘teias’ em que; os ‘nós’ são materialidades resultantes das relações sociais (e de comunicação) e as teias são linhas

de comunicação entre tais nós, estabelecidas de maneira multiescalar e em um período de duração (efêmero ou duradouro).

Palavras chaves: Rede; Indústria da Reciclagem; Catadores de Materiais Recicláveis.

Autor (es): Rivera Guianze

COMBATENDO A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.

A precarização do trabalho alcançou níveis alarmantes nesta década. Os trabalhadores não somente têm cada vez menos direitos, em muitos casos nenhum, como também passaram a ser responsáveis pelo risco do negócio. Jornadas de 10, 12, até 16 horas voltam a se tornar habituais, como eram nos primórdios do capitalismo. Como combater esta insanidade? Como devolver dignidade ao trabalhador? Estas e outras perguntas começam a aflorar depois do impacto inicial provocado após a destituição de Dilma Rousseff e os ataques aos direitos trabalhistas, provocados por Michel Temer e Jair Bolsonaro. A sociedade começa, lentamente, a entender os perigos decorrentes da denominada "uberização" e se preparara para diminuir, atenuar e até impedir os avanços que podem levar à barbárie social.

Palavras chaves: Dignidade, Precarização, Trabalho.

Autor (es): Bruno de Souza Marques

TERCEIRIZAÇÃO - NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO

No capitalismo uma das configurações assumidas pelo mundo do trabalho foi a contratação de empresas por um ente público para a realização de atividades específicas necessárias ao seu funcionamento. A esse processo dá-se o nome de terceirização ou outsourcing. Com o discurso que tal prática tem por finalidade reduzir custos e manter a competitividade no setor público, a terceirização se alastrou no país principalmente nos anos 1990, no governo de FHC. O capitalismo apregoa ainda que a vantagem da terceirização é que o governo pode voltar-se as suas atividades principais, com maior facilidade e eficiência, enquanto os terceirizados tratam de atividades não-essenciais. Na verdade, a terceirização é uma precarização do trabalho, o contratado não possui autonomia dentro da Administração Pública; pode se sentir desmotivado quando exerce a mesma função que um servidor, mas recebe menos por isso; é refém de atrasos salariais e contratos insipientes, entre outros problemas. Diante disto, o objetivo deste resumo é refletir os dilemas terceirização no setor público.

Palavras chaves: Trabalho; Terceirização; Precarização.

Autor (es): Wesley Dias Serafim

Matheus Campos

O IMPACTO DOS JOGOS ELETRÔNICOS NA SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRA, INFLUENCIADO PELO MARKETING

Os jogos foram introduzidos na sociedade no século XVI. Romanos e gregos o utilizavam como forma de aprendizagem. Com a ascensão do cristianismo e suas crenças, o interesse no mesmo decaiu. No entanto, com a evolução do capitalismo e das tecnologias, os jogos alcançaram níveis tecnológicos. Os jogos eletrônicos ganham cada vez mais espaço no mercado, causando grandes impactos na economia e na sociedade em geral. Antigamente, eram vistos como algo infante-juvenil e principalmente relacionado ao gênero masculino. Considerava-se que as mulheres não tinham capacidade (ou podiam não gostar) de jogar. Assim, um dos impactos mais relevantes causado pelos jogos é a desconstrução desses estereótipos. Hoje, o cenário dos gamers (pessoas que jogam jogos eletrônicos/online, profissionalmente ou não), é bem diversificado. Através do Marketing, as empresas vêm adotando práticas, políticas e produtos relacionados com esse novo público em ascensão.

Palavras chaves: jogos eletrônicos, marketing, desconstrução do machismo

Autor (es): Caroline Linhares de Souza

Fábio Moita Louredo

Rosane Aurore Romão Juliano

GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E CONDIÇÕES DE TRABALHO APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017.

Dieter Grimm costuma afirmar que a dignidade é um valor intrínseco à condição humana (SARLET, 1988). A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 1º declara como fundamento da República Federativa do Brasil, dentre outros, a dignidade da pessoa humana. Partindo, portanto, do pressuposto que o trabalho é uma forma de inserção social que compõe a construção dos sujeitos (Dejours, 1994) e que a culpabilização individual é uma função da subjetividade capitalística (Monteiro et al, 2006), esse resumo visa promover o debate acerca das possíveis consequências da entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 que altera fundamentalmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que põe em risco a garantia da dignidade da pessoa humana por meio de decisões governamentais que acentuam a precarização das relações de trabalho.

Palavras chaves: Trabalho, precarização, dignidade da pessoa humana.